

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS- CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NAYARA DE FÁTIMA NUNES SANTOS

MOVIMENTO CLARIDADE E SEU IDEAL DE CABOVERDIANIDADE

São Luís

2020

NAYARA DE FÁTIMA NUNES SANTOS

MOVIMENTO CLARIDADE E SEU IDEAL DE CABOVERDIANIDADE

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

São Luís

2020

Santos, Nayara de Fátima Nunes.

Movimento claridade e seu ideal de caboverdianidade / Nayara de Fátima Nunes Santos. – São Luís, 2020.

97 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

1. Cabo Verde. 2. Literatura. 3. Claridosos. I. Título.

CDU 821.134.3(6)

NAYARA DE FÁTIMA NUNES SANTOS

MOVIMENTO CLARIDADE E SEU IDEAL DE CABOVERDIANIDADE

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.
Orientadora: Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.
Universidade Estadual do Maranhão
(Orientadora).

1º Examinador

2º Examinador

A minha avó Euricina Lima Nunes (*in memoriam*) e
minha mãe Marion de Fátima Lima Nunes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente queira agradecer a Deus e a todas as forças do universo que de alguma forma me ajudaram durante essa trajetória.

Agradeço as duas mulheres mais importantes da minha vida. Minha avó Euricina Lima Nunes, que infelizmente não se encontra mais nesse plano terrestre, mas sei que de onde estiver sempre estará ao meu lado. E agradeço a minha mãe Marion de Fátima Lima Nunes, razão pela qual acordo todos os dias, minha força, minha luz, meu tudo.

Agradeço a meu pai Joaquim Luís Santos, por todas as vezes que não deixou eu desistir quando eu pensei que não tivesse mais forças, e lhe agradeço por existir na minha vida.

Agradeço a minha família paterna e materna, que apesar dos pesares, foram extremamente importantes para minha jornada até aqui.

Agradeço aos meus irmãos da vida, minhas pessoas favoritas no universo, que sempre estiveram ao meu lado desde antes da graduação, Amihan Brennard (minha prima), Indiara Castro, Felipe Ethan e Mauro Almeida.

Agradeço ao curso de História e principalmente a turma 2016.1 e a todos meus os meus companheiros de turma.

Sou grata pela existência dos meus amigos: Deborah Santos, Gabriele Carvalho, Karina Campos e Jennifer Pimentel, por todos os momentos bons, pelos ruins, pelas risadas, pelas lágrimas, pelos conselhos e principalmente por tudo. Sem vocês essa jornada não teria sentido.

Agradeço aos meus presentes de 2016: Ricardo Santos e Ana Vitória Costa, obrigado por estarem ao meu lado desde do começo da graduação.

Agradeço aos meus presentes de 2019: Evelyn Silva e Ludimila Soares, por terem proporcionado inúmeros momentos incríveis, obrigado por tudo.

Agradeço a todos os amigos que fiz durante essa graduação, em especial e com muito amor e carinho a: José de Ribamar, José Guimarães, Alan Carlos, Raul Costa, Rardson Alves, Marcos Teixeira, Bruna Rocha, Patrícia Massetti e Jardson Oliveira.

Agradeço ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, por ter me proporcionado conhecer pessoas incríveis e que foram de suma importância para me manterem

tranquila durante essa fase final da graduação, em especial: Chistofferson Melo, Liandra Martins e Thalita Souza.

Agradeço com muito amor, carinho e admiração a João Pedro Lemos, obrigado por TUDO e por existir em minha vida.

Agradeço a todo corpo docente do curso de História da Uema, em especial: Ana Livia Bomfim, Helidacy Corrêa, Henrique Borralho, Júlia Constança, Milena Galdez, Mônica Piccolo e Yuri Costa. E agradeço também a todos os demais funcionários.

Agradeço imensamente a minha orientadora, por ter acreditado em mim quando ainda estava no 1º período da graduação, por todas as oportunidades, por todos os debates, por todas as dicas e principalmente por ser essa pessoa maravilhosa, empática e sensível.

Agradeço ao NEAFRICA por todas as reuniões, debates, rodas de conversas e eventos. Sou grata as instituições FAPEMA e CNPQ, que me proporcionaram apoio a pesquisa.

Agradeço a todos aqueles e aquelas que de alguma forma contribuíram nessa caminhada.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim, por todo o esforço, por todas as renúncias, por todas as lágrimas, todos os risos, todas as noites em claro, e principalmente por nunca ter desistido.

*“Trazе boses
Um aroma daquel pais
Cabo Verde terra querida”*

Cesaria Evora.

RESUMO

Nos últimos anos ocorreu uma maior abrangência no que tange os estudos acerca do continente africano, sobretudo ligado as problemáticas que emergiram ao longo das independências. No que se refere a pesquisa em relação aos aspectos mais linguísticos, a literatura africana, principalmente a dos países de fala oficial portuguesa, começou a ter uma maior abrangência. Ao estudar a literatura em África é necessário observá-la como uma forte influenciadora no processo de independência desses países, já que a literatura serviu como um instrumento de luta e de afirmação nacional. Partindo dessa contextualização que buscamos compreender a importância do movimento literário da Claridade. Esses intelectuais fundaram o Movimento Claridade em 1930 e a Revista Claridade no ano de 1936, as obras obtiveram grande importância no âmbito literário em Cabo Verde. Esse movimento possuiu um papel fundamental no que diz respeito ao processo de construção de um ideal de caboverdianidade, que foi de suma importância para a construção da identidade nacional após a independência, no ano de 1975. O presente trabalho tem como objetivo perceber os impactos das produções dos intelectuais da Claridade no processo criação da identidade de Cabo Verde. Assim, busca-se compreender de que forma os claridosos influenciaram a ideia de similitude entre Cabo Verde e Brasil, bem como perceber de que maneira se forjou um ideal de caboverdianidade no contexto independentista. Neste sentido este trabalho constitui como mais um instrumento, no sentido de ampliar o conhecimento sobre esse país.

Palavras-chave: Cabo Verde. Literatura. Claridosos.

ABSTRACT

In recent years there has been a greater breadth of studies on the African continent, especially linked to the problems that have emerged during the course of independence. With regard to research on the more linguistic aspects, African literature, especially that of Portuguese-speaking countries, has begun to have a greater scope. When studying literature in Africa it is necessary to observe it as a strong influence in the independence process of these countries, since literature has served as an instrument of struggle and national affirmation. Based on this contextualization, we seek to understand the importance of the literary movement of Claridade. These intellectuals founded the Claridade Movements in 1930 and the Claridade Magazine in 1936, the works gained great importance in the literary sphere in Cape Verde. This movement played a fundamental role in the process of building the ideal of Cape Verdean identity, which was of paramount importance for the construction of national identity after independence in 1975. The present work aims to understand the impacts of the productions of Claridade intellectuals in the process of creating Cape Verdean identity. Thus, it seeks to understand how the Claridade influenced the idea of similitude between Cape Verde and Brazil, as well as to understand how a Cape Verdean ideal was forged in the context of independence. In this sense, this work is one more instrument to broaden the knowledge about this country.

Keywords: Cape Verde. Literature. Claridosos.

LISTA DA SIGLAS

MPD-Movimento para a Democracia.

PAICV-Partido Africano para a Independência de Cabo Verde.

PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

PIDE-Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CABO VERDE: a ilha que emana literariedade	16
2.1 Cabo Verde: conhecendo esse País	16
2.2 Cabo Verde no contexto colonial português do século XX	21
2.3 Literatura cabo-verdiana: instrumento de construção do nacionalismo	25
3 BRASIL E CABO VERDE: Irmãos Além-Mar	30
3.1 Afinidades entre Brasil e Cabo Verde	30
3.2 A influência do modernismo brasileiro na Revista Claridade	33
3.3 Influência de Gilberto Freyre sobre os claridosos	37
4 MOVIMENTO LITERÁRIO DA CLARIDADE	41
4.1 Formação da Revista Claridade: Artes e Letras	41
4.2 Importância do movimento Claridade para a construção de uma identidade nacional	45
4.3 Catalogação da revista	47
4.4 Apontamentos literários: Revista Claridade (1º, 2º e 3º volume)	50
4.4.1 Apontamentos Literários 1º Volume	51
4.4.2 Apontamentos Literários 2º Volume	55
4.4.3 Apontamentos Literários 3º Volume	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXO A - ACTO COLONIAL,1933	80
ANEXO B - ALTERAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. REVISÃO DE 1951. (REVOGAÇÃO DOS TERMOS). NESSA ALTERAÇÃO CONTÉM A MUDANÇA DE TERMOS, DE COLÔNIAS PARA PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS/TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS	85
ANEXO C - ÍNDICE: TÍTULOS E AUTORES DOS DEMAIS VOLUMES DA REVISTA CLARIDADE	91
ANEXO D - PRESENÇA DA FRASE VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA NO JORNAL PORTUGUÊS DIÁRIO DE LISBOA,1936	97

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos percebe-se um aumento no que diz respeito a questões raciais, isso pode ser claramente observado na explosão de movimentos conservadores e de apoio ao racismo. O ano de 2020 sem sombra de dúvidas entrará para a história mundial, tendo em vista os inúmeros acontecimentos emblemáticos, dentre eles, as manifestações mundiais contra o racismo, que ficaram conhecidas como: All Lives Matter¹. É partindo disso que cada vez mais se torna extremamente necessário os estudos voltados ao âmbito racial e africano.

Com o avanço das pesquisas, os estudos sobre África ganharam cada vez mais espaço e novos pesquisadores se debruçaram sobre esse continente. Começou-se a observar uma necessidade de se fazer uma história nacional e também uma narrativa dos africanos como agentes de sua própria história, em meio a isso a literatura exerceu um grande papel, pois ela serviu como instrumento de luta política e ideológica.

Sabe-se que a obra escrita seja ela literária ou acadêmica se deriva de ações, ideias e interesses, e estão nitidamente ligadas a quem escreve a obra, aos hábitos e aos costumes da época em que foi escrita. A Literatura africana por muito tempo percorreu a ideia de dualidade nos aspectos de moderno *versus* tradicional, colonizado *versus* colonizador, entretanto, em vários países, principalmente no pós-independência, surge uma nova forma de ver a literatura, a mesma passa a ser um instrumento de afirmação nacional.

A Revista Claridade surge no ano de 1936 cujas obras obtiveram grande importância no âmbito literário cabo-verdiano. O grupo possuiu um papel fundamental no que diz respeito ao processo de construção de um ideal de caboverdianidade, o qual serviu para a formação de um ideal de nação após a independência do país no ano de 1975. Nesse sentido este trabalho tem como recorte espacial, a sociedade cabo-verdiana e como recorte temporal os anos de 1936 e 1937.

Ainda existem inúmeras lacunas no que tange ao estudo acerca da História da África, entretanto, observa-se que nos últimos 30 anos ocorre uma emergência de estudos acerca deste continente. No Brasil acontece uma maior efervescência em relação aos estudos acerca do continente africano com a aprovação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de

¹ Movimento contra o racismo que teve o ponto inicial nos Estados Unidos. Esses protestos começaram após o crime de morte cometido por um policial branco contra George Floyd, um homem negro na cidade de Minneapolis. Após o conhecimento de impunidade desse crime, iniciou-se uma onda de manifestações contra o racismo em diversos países.

História da África e Cultura Afro-brasileira no ensino fundamental e médio, posteriormente essa Lei é substituída pela 11.645/08 que passa a incluir também a temática da História e Cultura indígena, a partir dessa aprovação muitos estudiosos brasileiros começam a dar enfoque aos estudos relacionados a África.

O estudo de África é fascinante e além disso necessário, tendo em vista que ao se problematizar a história africana se vê que a história europeia, ocidental, não é base de totalidade. É partindo dessa visão de emergência e de quebra do estereótipo, que este trabalho se torna relevante, principalmente no que tange aos estudos dos países africanos no pós-independência. Estudar os mesmos é ressaltar que esses povos não são inertes ou passivos, pelo contrário são agentes que lutaram de diversas formas, particularmente através da literatura, contra o colonialismo europeu.

No que concerne aos aparatos metodológicos este trabalho se debruça a partir de uma perspectiva de análise trans e interdisciplinar, e de uma perspectiva qualitativa visto que o desenvolvimento de pesquisa no campo dos estudos africanos se torna imprescindível esse tipo de análise. No que diz respeito a questões analíticas, utilizamos a perspectiva proposta por uns dos fundadores da Micro História, Carlo Ginzburg, que sugere um método de interpretação, o chamado Paradigma Indiciário (1949), que seria uma nova possibilidade de interpretação que veria aquilo considerado marginal. O método sugerido por Ginzburg, trata de enfatizar aquilo que está por trás das fontes, as lacunas e as entrelinhas que se não são bem analisados acaba passando de forma despercebida. Assim essa análise procura formular explicações históricas através de interpretações.

Para Levi

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI,1992, p.158)

No tocante a fonte e o objeto de estudo aqui proposto, a literatura detém o foco principal. Como afirma Pesavento, “a literatura é fonte para a História dependendo dos problemas ou questões formuladas.” (PESAVENTO, 2003, p.39). Assim, a metodologia inter e transdisciplinar se torna ainda mais importante, até porque a História só a pouquíssimo tempo começou a considerar a literatura como fonte e objeto de pesquisa.

Essa ampliação do fazer historiográfico se deu a partir da Escola dos Annales em 1929, tendo três pontos específicos, norteadores da revolução historiográfica: a interdisciplinaridade, ampliação das fontes e ampliação dos objetos. “Com a nova história, enfim o documento, em todas as suas formas deixou de ser entendido como expressão de verdade e transparência para ser analisado como um monumento. ” (PINSKY; LUCA *apud* FERREIRA, 2009, p.64).

No que concerne um aspecto mais linguístico, a literatura africana, principalmente a dos países de língua portuguesa começou a ter uma maior abrangência. Ao estudar a literatura em África é necessário observá-la como uma forte influenciadora no processo de independências desses países, já que em muitos desses a literatura serviu como um instrumento de luta e de afirmação nacional.

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da revista *Clareza* na possibilidade de criação de identidade cabo-verdiana pós- independência, sendo assim a problemática central se constitui a partir do questionamento do porque os claridosos escolhem a literatura como ferramenta para a construção de uma identidade nação no período colonial e pós-colonial.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro nos propomos a demonstrar a formação do país Cabo Verde, apresentando desde sua conquista entre 1460 e 1462 até o período colonial português em 1975. Posteriormente apresentaremos como era a situação de Cabo Verde no contexto colonial português do século XX, nessa parte será demonstrado a situação econômica, social e cultural evidenciando os descasos do governo português nesse arquipélago. Também irá ser apresentado o surgimento da literatura cabo-verdiana e suas fases, enfatizando como ela era utilizada para se opor ao governo português.

No segundo capítulo buscamos demonstrar a ideia de similitude de Cabo Verde e Brasil percebendo a importância do modernismo brasileiro, mais precisamente a geração de 45 e como esse movimento serve de base para criação do Movimento literário da *Clareza*. Posteriormente será apresentado a influência de Gilberto Freyre sobre os claridosos, dando ênfase principalmente a característica dual que teve esse influxo, pois em um momento Gilberto Freyre foi aclamado e em outro duramente criticado.

No último capítulo iremos apresentar o processo de formação da revista *Clareza*, evidenciando seus fundadores, características físicas da revista, anos de publicação e temas recorrentes.

Posteriormente, será exposto o papel da revista Claridade no processo de construção da identidade nacional de Cabo Verde ainda no período colonial e demonstrando qual era o ideal proposto por esses intelectuais. Por fim será realizado apontamentos do 1º, 2º e 3º volume da revista Claridade, com o intuito de perceber como o movimento da Claridade observava Cabo Verde.

2 CABO VERDE: a ilha que emana literariedade

2.1 Cabo Verde: conhecendo esse País

O presente capítulo obedece à finalidade de demonstrar a formação de Cabo Verde, apresentando em suas proposições a importância da trajetória, desde sua conquista entre 1460 e 1462 até o período colonial português em 1975. Ao longo do seu desenvolvimento, apresentará também como era a situação circunstancial de Cabo Verde no contexto colonial português do século XX, a situação econômica, social e cultural, evidenciando nessa exposição a constância dos descasos do governo português nesse arquipélago. Posteriormente, numa análise cuidadosa, será apresentado o surgimento da literatura cabo-verdiana e suas fases, enfatizando, sobremaneira, como ela era utilizada para apresentar o ponto de vista dos cabo-verdianos perante o governo português.

Ademais, na abordagem deste trabalho, analisar-se-á um grupo de intelectuais cabo-verdianos que utilizaram a literatura como ferramenta para a construção de uma nacionalidade pós independência. Nessa perspectiva, faz-se necessário expor a construção e a formação desse país. Portanto, vislumbra-se a origem e a construção do país Cabo Verde, apresentando diversos aspectos tais como: sua capital, ano de descobrimento, quantidade de ilhas, idioma oficial, sua localização no continente africano, moeda, regime político, línguas oficiais, diáspora e questões culturais. Nesse primeiro momento será exposto então os aspectos gerais e particulares deste arquipélago.

No amplo painel, o país popularmente conhecido como Cabo Verde tem o nome oficial de República de Cabo Verde e está imerso em um arquipélago formado por um total de dez ilhas e de treze ilhéus². As ilhas e os ilhéus que formam o arquipélago de Cabo Verde são constituídas por duas denominações, são elas: Barlavento e Sotavento. A primeira denominação significa a favor do vento e a segunda, contra o vento. As ilhas que formam o grupo Barlavento são: Santo Antão, Boavista, São Nicolau, São Vicente, Sal e Santa Luzia; ilhéus: Boi, Pássaros, Branco, Rosa, Curral do Dodò, Rabo de Junco, Frogata, Chamo e Baluarte. As ilhas que fazem do grupo Sotavento são: Santiago, Fogo, Maio e Brava. Os ilhéus são: Santa Maria, Cima, Luís Carneiro e Grande.

² É uma ilha em proporções menores ou também pode ser um rochedo no meio do mar. Pode também ser denominado de ilhotas. Normalmente a formação desses ilhéus ocorre por causa de um processo erosivo.

Figura 1 – Mapa de localização de Ilhas de Barlavento e Sotavento



Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2012/12/mapas-de-praia-cabo-verde.html>. Acesso em: 28/10/2020.

Cabo Verde tem como capital a cidade, Praia. Esse país fica localizado a 570 km da costa da África Ocidental e possui um território de 4033km² e uma área marítima de 700.000 km². A maior ilha do arquipélago é Santiago e a menor é Santa Luzia. O clima cabo-verdiano se caracteriza por ser árido e com pouca e em alguns momentos nenhuma chuva. Esse fato ocasionou e ocasiona diversas crises de seca neste arquipélago. De acordo com os dados de 2010, do INECV (Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde) Cabo Verde tem uma população de aproximadamente 432.812 de habitantes.

Compreende-se também que, de acordo com os dados estatísticos, o país é majoritariamente jovem. A população é composta por descendentes de africanos, escravos ou livres e de diversos povos europeus tais como: franceses, italianos, ingleses e, em sua maioria, portugueses. De acordo com Hernandez (2002), o arquipélago se caracteriza pela sua miscigenação, já que os cabo-verdianos são constituídos por metade de origem africana e metade de origem europeia.

Dentro desse contexto, verifica-se algo muito presente em Cabo Verde, a diáspora. Tal fato ocorre devido, principalmente, a questões climáticas em que muitos cabo-verdianos veem na imigração uma opção de melhoria de vida. A diáspora cabo-verdiana se concentra em torno de 518.180 de cabo-verdianos que emigraram. Desse modo, pode-se observar que existem mais cabo-verdianos fora do que exatamente habitando o país. A questão da diáspora cabo-verdiana, além de ser um fato bastante presente, também é de suma importância para reforçar a economia, uma vez que, na maioria das vezes, os que migram passam a ser os provedores e a sustentarem seus parentes que ficaram no arquipélago.

A moeda de Cabo Verde é o Escudo Cabo-Verdiano. Em relação à política, o país possui como regime político, a república; atualmente o governo possui tendências de direita. No âmbito da questão, é relevante expor, acerca desse país, o aspecto linguístico. Como afirma Augel,

Fez e continua a fazer parte da política cultural de uma grande parte dos países africanos a preocupação em valorizar as línguas maternas, faladas pelas diferentes etnias nacionais, como constituindo um elemento básico e indispensável para a afirmação da identidade pessoal e coletiva. (AUGEL, 1998, p.33).

Na maioria dos países africanos, que foram colonizados por países europeus, existem distintamente dois idiomas falados. Um seria o oficial, que normalmente é a língua do antigo colonizador. O segundo idioma seria as chamadas línguas nacionais que constituem as línguas dos diversos povos que já habitavam o continente africano antes da colonização. Em Cabo Verde não seria diferente, o idioma oficial é o Português, porém a língua oficial é o Criolo. É oportuno ressaltar que cada ilha tem um Criolo próprio. Em face dos aspectos gerais e particulares apresentados, cumpre considerar a exposição da história desse país, a partir da colonização até a sua independência.

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto em meio ao contexto de expansão do império português no século XV. A datação do descobrimento desse arquipélago ainda é algo impreciso, entretanto a literatura, acerca da história desse país, supõe que Cabo Verde foi descoberto entre 1456-1460 cujo intitulado descobridor foi Diogo Gomes.³ Em documentos ditos como oficiais sobre a descoberta de Cabo Verde, relata-se que, quando Diogo Gomes chegou no arquipélago, ele se encontrava desértico e não habitado.

³ Foi um navegador e explorador português. É nomeado como o “descobridor” da ilha de Santiago e consequentemente descobridor de Cabo Verde.

Assim, norteadada por esse princípio, a colonização efetiva ocorre a partir de 1462 com seu início na ilha de Santiago. O sistema de capitania foi implantado neste lugar e a mão de obra, em sua maioria escrava, era oriunda da Guiné. Após a colonização a ilha de Santiago foi dividida em dois lotes assim divididos: a Capitania do Sul, que tinha sua sede em Ribeira da Prata, tinha como dono Antônio da Noli; e o segundo lote foi a Capitania do Norte que tinha como dono Diogo Gomes.

Cabo Verde teve um papel crucial no que cerne às rotas comerciais dos séculos XV-XVIII, já que, devido sua posição geográfica, esse arquipélago serviu como posto comercial entre a Europa, África e a América. Entre 1513-1515, o porto da Madeira, localizado em Ribeira Grande de Santiago, conhecido atualmente como Cidade Velha, foi um dos principais centros de compra e venda de povos escravizados. Em virtude dessa notoriedade, em relação a rotas comerciais, Ribeira Grande de Santiago se torna cidade.

Os séculos XIX e XX, em Cabo Verde, merecem uma atenção especial, tendo em vista que os acontecimentos desses dois séculos impulsionam a luta pela independência desse país. O fim do tráfico de escravos não teve forte impacto na economia, mesmo esse país sendo detentor de um dos principais portos de compra e venda de escravo. Cabo Verde, no século XIX, dependia diretamente das mercadorias do estrangeiro desde itens básicos até bens de consumo. A economia local era baseada principalmente na pescaria e na salga de alguns pescados. Sistemáticamente, também ocorria o cultivo voltado para a extração de óleos. Por exemplo, palmeira de dendê. Todavia, para ocorrer o cultivo, era necessário que o clima fosse favorável, fato improvável para acontecer.

A partir dessas considerações, entre 1831 a 1833, Cabo Verde apresenta uma das maiores secas da história do país, ocasionando uma grave crise alimentícia. Nesses três anos consecutivos, foi registrado a maior escassez de alimentos do país. Em 1874 ocorre um forte movimento de imigração de cabo verdianos para outros países, principalmente para a Europa. A economia frágil desse Cabo Verde se perpetua até meados do século XX e a mudança, mesmo que lenta, só ocorre com o advento da Segunda Guerra Mundial. A década de 1950, na África, é bastante eufórica, pois é justamente nesse período que ocorre o “boom” das independências, e Cabo Verde não está isenta desse contexto.

Pode-se afirmar que, a década de 1950, em Cabo Verde, foi marcada por constantes embates políticos e identitários e sobre forte repressão, isso, portanto, refletiu nas produções literárias, as quais foram vistas como representantes dessa luta pela independência e criação de

uma identidade nacional. Como afirma Hernandez, “a heterogeneidade em torno das preferências ideológicas, soma-se ao pouco preparo teórico e pragmático na organização de movimentos contestatórios, além das dificuldades impostas pela censura e pela repressão do governo português, acentuadas com Salazar” (HERNANDEZ, 2002, p.161).

A luta pela independência de Cabo Verde teve Amílcar Cabral⁴ como sendo a figura de liderança a favor da libertação de Cabo Verde e Guiné Bissau. Para Cabral, já que ambas as colônias eram de Portugal, as quais deveriam ser libertadas unificadamente. Em 1956 ele cria o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), esse partido tinha ideais de origem marxistas, e pregava que Cabo Verde e Guiné Bissau deveriam se unir em prol de uma única libertação.

Seja como for, o fato é que, para desgosto do partido e do movimento de libertação, em 1973 Cabral é assassinado. Então, a independência de Cabo Verde ocorre apenas em 5 de julho de 1975, dois anos após a morte de Cabral. A libertação desse país foi impulsionada principalmente pela Revolução dos Cravos⁵ que aconteceu em Portugal.

Em linhas gerais, por exatos dezessete anos, Cabo Verde possuía apenas o monopartidarismo, o único partido era o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), esse partido surge da cisão do PAIGC, devido ao rompimento das relações diplomáticas entre Guiné Bissau e Cabo Verde. Em 1990, surge o partido de oposição o MPD (Movimento para a Democracia). Esse partido se caracteriza por ter tendências conservadoras. O PAICV se mantém no poder até 2001, posteriormente e, atualmente, faz-se presente mais políticos do MPD, inclusive o atual presidente desse país, Jorge Carlos Fonseca, é filiado a esse partido.

Em um contexto geral da situação, com relação aos aspectos culturais, Cabo Verde se torna um país ainda mais extraordinário. O país se caracteriza principalmente pelo uso das

⁴ Foi um líder político e agrônomo guineense que lutou a favor da independência da Guiné Bissau e Cabo Verde. Apesar de ter nascido na Guiné Bissau, Cabral passou boa parte da sua vida em Cabo Verde, permaneceu nesse país da sua infância até a fase adulta. É por causa da sua vivência em Cabo Verde que ele lutou também pela libertação desse país. Amílcar Cabral foi influenciado por ideais de cunho marxistas. Criou em 1956 o PAIGC. Foi assassinado em 1973, em Conacri. O seu assassino fazia parte do partido. Informações obtidas no livro: TOMÁS António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. Edições tinta da China, Ltd. 1 ed.Lisboa.2007.

⁵ Foi um acontecimento que ocorreu em 25 de abril de 1974 em Portugal. Esse movimento tinha como principal projeto a deposição do regime ditatorial do Estado Novo. Essa revolução foi de suma importância para o processo de libertação das colônias portuguesas em África, tendo em vista que a população portuguesa estava bastante descontente tanto em relação à repressão quanto ao não entendimento de altos investimentos do estado nas forças armadas para lutarem nessas colônias considerando que Portugal estava imersa em uma grave crise econômica.

letras, oportunizando à literatura, um fator relevante, preciso e bastante presente no cotidiano desse arquipélago. Além disso, algo particularmente característico em Cabo Verde é o gênero musical típico denominado de Morna⁶. Esse gênero caracteriza a melancolia e nas letras das músicas se faz presente os anseios e questões do cotidiano da maioria da população desse arquipélago.

Com base na trajetória e os inúmeros empecilhos durante toda sua história, Cabo Verde registra-se como um país extraordinário. Estudar Cabo Verde é uma necessidade social e política, visto que, assim como a maioria dos países africanos, foi no século XX que ocorreram suas respectivas independências.

2.2 Cabo Verde no contexto colonial português do século XX

Na evolução da exposição sobre as questões gerais relativas a Cabo Verde, faz-se necessário desenvolver um período de suma importância para a história desse país, ou seja, o século XX. Esse momento é de relevância, pois foi nessa fase que esse arquipélago conquista sua independência. O contexto colonial em Cabo Verde tem início no século XV, justamente porque foi nesse período que o país é descoberto e se perpetua até o ano de 1975, ano de independência. Nesse tópico será apresentado e dado enfoque a Cabo Verde no contexto colonial português no século XX.

De acordo com Hernandez, “colonialismo é mais que a não-liberdade. É, sobretudo, o exercício pelo qual a violência institucional e simbólica é naturalizada” (HERNANDEZ,2002, p.119). Partindo dessa perspectiva é possível afirmar que a prática de colonizar pessoa (as) é instaurar na mente do colonizado (os) que eles devem ser submetidos a forças maiores. O contexto o qual Cabo Verde se encontra é em meio a colonização portuguesa, colonização essa principalmente pautada em um discurso filantrópico e tutelar como afirma Parada, “a razão da presença europeia sustentava-se no conceito de tutela”. (PARADA,2013, p.42)

É pertinente, entretanto, ressaltar que a colonização não causa apatia dos povos, pelo contrário inúmeras são as formas de contestação e de resistência, “Em Cabo Verde, pode-se dizer que só na metade do século XIX, com a veiculação dos primeiros jornais, torna-se

⁶ Em 11 de dezembro de 2019, A Morna recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

possível recuperar o clima de insatisfação que anima a luta ideológica até o começo do século XX”. (HERNANDEZ, 2002, p.120)

Quando se fala sobre independência, tem-se a ideia de desvincular toda e qualquer relação com a antiga metrópole. Contudo, em um processo de emancipação, na maioria das vezes, ocorrem duas vertentes distintas. Os acontecimentos, por sua vez, atestam que, em Cabo Verde, não foi diferente. Existia uma corrente que defendia a continuação da colonização portuguesa, e outra que defendia que não fazia sentido ter independência e ainda continuar a relação com Portugal, entretanto o que tem de comum entres ambos os lados são críticas em relação ao governo português, seja em forma de combate em relação a todas as suas práticas ou apenas críticas relacionadas a uma questão econômica, como reitera Hernandez “mesmo na sua incapacidade em tentar livrar o país do atraso e da decadência, colocando-o na trilha do progresso econômico, por meio da criação de condições capazes de emparelhá-lo com as nações europeias.”(HERNANDEZ, 2002, p.120)

A vertente que apoiava a continuidade do colonialismo português estava em torno de uma elite local que se achava pertencente a Portugal, principalmente através de uma prática muito recorrente do colonialismo que é o processo de assimilação⁷, a nação portuguesa, ao exercer essa política, afirmava que, em suas colônias não existiam africanos e sim portugueses de outra categoria, ou portugueses de segunda classe.

Essa elite local muitas vezes transparecia para outros países a ideia de totalidade em relação a permanência do colonialismo português, “sobretudo em ocasiões em que era necessário aplacar as críticas das instâncias internacionais (nomeadamente a ONU), a administração colonialista apresentava as elites locais (dentre os quais os escritores) em manifestação não apenas de “aceitação pacífica”, mas de adesão “fervorosa” ao colonialismo português.” (ANJOS, 2002, p.153)

Até a década de 1920 Cabo Verde enfrentou várias crises, principalmente ligadas a questões climáticas que conseqüentemente levava a questões governamentais, como exemplo a falta de desenvolvimento da agricultura. A falta de infraestrutura também era característica desse período no país. Por exemplo, a falta de escolas e construção de estradas faziam parte dessa escassez, e nesse entremeio ainda tinha as questões da fome, da seca e da emigração, situações que desfavoreciam o país. Porém, ainda não ocorriam ações repreensiva nos moldes

⁷ Para Appiah 1997, a prática assimilation (tradução: assimilação) consistia em transformar os africanos em negros e negras “evoluidos”. Ver página 19 do livro Na casa do meu pai- a África na Filosofia da Cultura.

da ascensão do Estado Novo Português que tem início em 1930 e tem como figura primordial Antônio de Oliveira Salazar.⁸

No começo do século XX, Portugal passa por uma reforma política, após uma revolta em 1910 que derruba a Monarquia Constitucional Portuguesa. Posterior a essa questão é instaurado o governo republicano. Nesse sentido, é importante apresentar o contexto no qual estava instaurado esse novo governo. No início do século XX até 1929, o mundo teve dois acontecimentos que marcaram definitivamente a história da humanidade, a primeira e a mais devastadora foi a Primeira Guerra Mundial e o segundo acontecimento foi a Crise de 1929, ou chamada de A Grande Depressão. Esses dois fatos emblemáticos tornaram a situação, em Portugal, um completo caos, principalmente para a classe trabalhadora, essa situação calamitosa serviu de porta de entrada para um golpe de Estado militar no ano de 1926.

Com a crise do liberalismo, agravado principalmente após a Primeira Guerra Mundial, inicia-se no continente europeu um movimento conservador e autoritário, que sugere ser uma forma de solução para a então Europa devastada, foi exemplarmente nesse movimento que surge o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. Portugal não estava à parte dessa situação, foi justamente em razão das circunstâncias que o discurso de caráter fascista ganha força e notoriedade nesse país. Em 1932 irrompe o regime ditatorial Salazarista que se tornou uma das ditaduras mais duradoura do continente europeu.

O governo Salazarista se caracteriza por ser, como afirma Bobbio (2000), “ativo e intencional do manipulador e o caráter passivo e inconsciente do manipulado” (BOBBIO,2000, p.27). Esse governo se constitui como sendo um regime autoritário, de direita, ultraconservador, fascista e ditatorial, entende-se por ditadura de acordo com Rodrigues,

Uma forma de organização autoritária de governo, nascida de golpes ou anautogolpes, com o estabelecimento de relações verticais fortemente hierarquizadas, do Estado com a sociedade, inclusive no que se refere ao acesso a informação por parte dos cidadãos (...) (RODRIGUES, 2017, p.43).

Em 1933, Salazar impõe uma Nova Carta Constitucional, na carta estava estabelecido: censura, proibição de movimento de grevistas e criação de um sistema político unipartidário. Tais medidas não eram aplicadas apenas a Portugal, mas também as suas então colônias (Moçambique, Guiné Bissau, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). Foi em

⁸ Antônio de Oliveira Salazar foi um estado-novista português, nasceu em Vimieiro, Portugal na data de 28/4/1889 e morreu em Lisboa, Portugal em 27/7/1970 foi professor e político português. Foi dirigente português que permaneceu por mais tempo no poder durante o período republicano.

meio a esse contexto que começa a luta pela independência dos países de colonização portuguesa.

As ações repressivas intensas em Cabo Verde têm como data primordial o ano de 1930, antes mesmo da ascensão de Salazar. Após o golpe de estado que foi dado em Portugal ocorre a promulgação do Acto Colonial (Ato Colonial). Essa lei constitucional passou a reger as relações entre a metrópole (Portugal) e as colônias portuguesas. O Ato Colonial de 1930 foi aprovado pelo decreto nº 18570 de 8 de julho de 1930⁹.

Uma das principais mudanças impostas pelo Ato Colonial foi a mudança de denominação dos territórios africanos pertencentes a Portugal. Verifica-se que, de “províncias ultramarinas” passam a ser colônias, essa mudança ocorreu devido ao então governo não aderir à política de assimilação que, por muito tempo, foi concedida a esses territórios. Para os militares e posteriormente também para Salazar existia a diferenciação entre o “civilizado” e o “indígena”.

Além disso, foi criado um engendrado arcabouço repreensivo nas então colônias, para Jofilly,

Repressão abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais se incluem cassações, intervenções, censura leis autoritárias, ameaças, vigilâncias, suspensão exacerbada e demissões injustificadas. Todas com consequências apreciáveis na vida dos cidadãos, provocando medo, perda dos meios de subsistência, e esgotamento dos laços sociais. (JOFILLY, 2014, p.158)

Em Cabo Verde, durante todo esse período, qualquer ação era considerada subversiva. As ações repreensivas eram realizadas pela ação da polícia colonial ou como era conhecida, a PIDE⁶ (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que foi criada por meio do Decreto-Lei n.º 35 046 de 22 de outubro de 1945¹⁰ Essa repressão era feita até mesmo para aqueles que eram a favor da continuação do colonialismo no país os quais passaram a ser alvo de medidas punitivas. A elite local passa a ser também um importante grupo contestador desse regime já que ter cargos na administração já não bastava para esse grupo, como afirma Anjos,

⁹ Texto pertencente ao Acto Colonial no Diário do Governo. Está disponível em: *Acto colonial 1930* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$ato-colonial-1930](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$ato-colonial-1930). Acesso em: 08/06/2019.

¹⁰ Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi a chamada polícia política portuguesa que atuou nos anos 1945 a 1969. Essa polícia era responsável pela repressão de toda e qualquer forma de oposição ao regime político vigente. A PIDE utilizava a tortura como principal forma de obtenção de informações. Decreto disponível online em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1945/10/23400/08570859.pdf>. Acesso em: 08/06/2019.

Os escalões subordinados do funcionalismo do aparelho administrativo colonialista representam um limite para uma geração que não mais se contenta em ter títulos universitários, mas ambiciona uma correlação entre título escolar e cargo público não limitado pela condição de colonização. (ANJOS,2002, p.156)

As ações repressivas do governo português em Cabo Verde só têm fim em 25 de abril de 1974, após a Revolução dos Cravos. A independência de Cabo Verde ocorre um ano após a deposição de Salazar, ou seja, em 5 de julho de 1975. O contexto em que ocorre a independência desse país está subjugado a uma influência de conceitos e práticas que pregam a união dos negros e africanos, como o pan-africanismo e a negritude, “tal como o pan-africanismo, a *négritude* começa pela suposição da solidariedade racial dos negros.” (APPIAH, 1997, p.23).

O marco da emancipação cabo-verdiana girou em torno do PAIGC, esse partido e o seu fundador Amílcar Cabral foram os responsáveis pela conquista da independência cabo-verdiana, PAIGC se torna o único partido guineense reconhecido internacionalmente e pregava a união entre os países para assim ter êxito em sua independência, como reitera Hernandez “o marco fundamental na história do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde é o ano de 1959, na Guiné portuguesa, transparecendo a orientação e a disposição de ação do recém fundado PAIGC”. (HERNANDEZ, 2002, p.170). Cabral acreditava que a unidade fortalecia o movimento, é partindo disso que ele mantinha relações com outros países africanos, assim com a guerra ele recebeu bastante ajuda principalmente dos países do norte da África, de acordo Hernandez, “a união se impõe, a despeito de matrizes ideológicas e políticos dos movimentos nacionalistas dos diferentes países africanos.” (HERNANDEZ,2002, p.162).

É importante evidenciar que Cabo Verde não foi uma nação apática ou branda perante as práticas degradantes do colonialismo português como muitos estudiosos sobre esse país afirmam, reitera-se que inúmeras foram as formas de resistência perante o colonizador e notadamente a literatura é uma delas.

2.3 Literatura cabo-verdiana: instrumento de construção do nacionalismo.

Nessa dinamização, é necessário verificar o contexto de cada nação estudada para que assim seja possível compreender melhor o tipo de literatura produzida. No que se refere a Literatura africana, percebe-se uma total ligação com a independências e a construção de um nacionalismo nos pós emancipação. É partindo desse princípio que esse tópico abordará como

surge a literatura cabo-verdiana e sua importância macro no contexto colonial português e como ferramenta para a construção de um nacionalismo.

De acordo com França

Procurar testemunhos da literatura cabo-verdiana anteriores ao início da segunda metade do século XIX é tarefa em vão: Um que outro escrito de autor ligado à terra pelo acaso do nascimento, ou mesmo com uma genealogia crioula, são insuficientes para povoar o deserto intelectual em que a ilha de Santiago se tornaria após um fugaz fausto por alguns observado no período quinhentista. (FRANÇA, 1998, p.115).

A literatura cabo-verdiana só tem registros verificáveis a partir de meados da década de 1800 do século XIX, uma vez que é nesse período que “surgem os suportes capazes de possibilitar o desenvolvimento de uma literatura erudita: as escolas, a imprensa e o associativismo recreativo”(FRANÇA, 1998, p.115). A literatura desse país se divide em três fases: 1ºRomance, 2ºmodernismos e 3ºrealismo. E tem como gêneros literários a prosa¹¹ e poesia¹² esse último sendo a preferência dos cabo-verdianos, “referimos a poesia por ser a atividade literária mais prestigiada se bem que, talvez, não a mais válida do arquipélago” (FRANÇA, 1998, p.116).

Como afirma Oliveira (2007, p. 46), “o jornalismo e a literatura africana nascem juntos”, já que somente a partir de 1842 surge o primeiros inscritos publicado a partir da criação da imprensa essa afirmação parte da realidade em que se fazia presente as atividades literárias, principalmente no caso cabo verdiano o maior consumo da literatura, com foco nas poesias ocorria através de jornais, folhetins e posteriormente as revistas, já que esses eram os meios de circulação de mais fácil acesso, isso fica evidente de acordo com Anjos, “ não é de se estranhar, portanto o facto de a poesia ser o género dominante da literatura cabo-verdiano, e as revistas, os centros de consagração intelectual” (ANJOS, 2002, p.140).

O contexto em que ocorre a efervescência da literatura cabo-verdiana se desenvolvia em torno do processo de independência de Cabo Verde, nesse cenário, era presente uma forte repreensão e os intelectuais encontraram na escrita a necessidade de serem ouvidos. Dessa forma, “a literatura contém, agora um projeto ideológico mediante o qual é deflagrada a polémica em torno da consciência do país, isto é, do nacional. ” (HERNANDEZ, 2002, p.136).

¹¹ Prosa: é um gênero narrativo que se caracteriza por ter um discurso livre, direto e um texto escrito sem divisões rítmicas.

¹² Poesia: é toda e qualquer manifestação criativa e não está necessariamente legada a um gênero literário.

A década de 1950, em Cabo Verde, foi marcada por constantes embates políticos e identitários e sobre forte repressão, isso refletiu nas produções literárias, as quais foram vistas como representantes dessa luta pela independência e criação de uma identidade nacional. Como afirma Hernandez (2002), “a heterogeneidade em torno das preferências ideológicas soma-se o pouco preparo teórico e pragmático na organização de movimentos contestatórios, além das dificuldades impostas pela censura e pela repressão do governo português, acentuadas com Salazar.” (HERNANDEZ,2002, p.161).

Como afirma M’Bokolo

O ano de 1960 foi indiscutivelmente o ano da África, pois ,perante a supressa, a perplexidade e a incredulidade dos outros continentes, viu dezoito de suas colônias da Europa ascender em alguns meses à soberania e ao reconhecimento internacional como Estados; simultaneamente, era brutalmente abalada e, aparentemente, ficava para sempre comprometida ,a imagem da África complacientemente difundida pelas potências coloniais segundo a qual os africanos seriam, por um período mais ou menos longos ,incapazes de se governar por si próprios e precisavam de ser orientados por potências tutoras.(M’BOKOLO, 2011, p.629)

Muitos países africanos conseguiram sua independência, no entanto a sua emancipação não era reconhecida, isso basicamente significa que, a liberdade desses países não era legítima e deveria ser “tutorada”, ou seja, esses então novos países não eram capazes de se autogovernarem e caberia às potências, principalmente europeias serem esses tutores. É nesse cenário de não reconhecimento de sua autonomia que a maioria dos países africanos, senão todos, observam a necessidade de criar um nacionalismo e, no caso cabo-verdiano, a escolha de criação de uma identidade nacional ocorreu por meio da literatura.

A literatura cabo-verdiana potencialmente apropriou-se e utilizou os aspectos culturais para criar uma identidade nacional. Problematizando o conceito de cultura, pode-se realizar uma reflexão a partir do historiador inglês marxista do século XX, Edward Thompson. De acordo com Thompson cultura é:

Um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; como uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa por exemplo, o nacionalismo a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante assume a forma de um “sistema”(THOMPSON, 1998, p. 17).

Nesse sentido, é de suma importância apresentar uma perspectiva de cultura e de interpretação da literatura, não apenas como uma narrativa, mas também como fruto de resistência de uma dominação política.

Verifica-se analogamente que a literatura teve uma grande representatividade no campo político do país, e para a análise acerca disso é necessário ter-se em mente que o trato

com as fontes, independentemente do tipo que elas sejam, deve procurar entender todo o contexto no qual foi escrita, além do contexto social do autor, sempre pautados numa intencionalidade. Desse modo, segundo Chartier:

Todo documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar da realidade do texto construído, pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real” na própria “historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita. (CHARTIER,1994, p.102)

O movimento literário, crucialmente demonstrado para a criação de uma identidade nacional, foi a Claridade. Esse movimento surgiu a partir da revista Claridade. Esse periódico serviu para mostrar que, além de obras literárias, ele possuía um significativo teor político e social. De acordo com Ferreira (1986), “Claridade é luz que nasce, luz nova que alumina, que se rasga diante dos nossos olhos, e rasgando-se diante dos olhos desnuda as coisas novas, as coisas nunca vistas porque ocultas na opacidade do lado de lá” (FERREIRA,1986, p. LXV).

A revista teve como fundadores que Jorge Barbosa (1902-1971) que, em suas poesias, trabalhou com temas que retratavam aspectos sócio políticos do país. Baltassar Lopes, o pseudônimo de Osvaldo Alcântara (1907-1990). Esse autor escreveu várias obras e a que mais se destacou foi o romance “Chiquinho” que retratava a sociedade de cabo verde no começo do século XX, e foi exatamente essa obra que deu início ao movimento Claridade. Manuel Lopes (1907-2005), era ensaísta, poeta e ficcionista. Ele abordou em suas obras temas relevantes como emigração e seca.

Em suma, ambos os fundadores faziam parte da elite cabo-verdiana. Os três escritores são renomados em Cabo Verde pelas suas importantes obras; eles foram os primeiros a pensar nas problemáticas questões sociais de Cabo Verde por meio da cultura cujas obras literárias são bem prestigiadas, tanto na poesia quanto no romance.

É de conhecimento amplo que a revista Claridade surge durante esse período (1936-1975) e nesse momento o país enfrentava diversas ações repressivas da PIDE que fizeram com que esse movimento (Claridade) fosse realizado de forma clandestina, assim os fundadores da revista observaram que, por meio dos impressos, poderiam expor alguns de seus pontos de vista em relação à situação presente e as características vivenciadas em Cabo Verde.

Em que pese o ponto de vista do ideal de caboverdianidade, proposta pelos claridosos, é possível afirmar que, “vista desse ângulo a afirmação identitária dos claridosos era um instrumento cultural que serviria mais tarde de suporte à luta pela independência”

(SILVEIRA, 2005, p.141). Os claridosos eram ambíguos no que consiste à criação desse ideal de nacionalismo, pois ao mesmo tempo em que eles queriam uma identidade cabo-verdiana, sempre acabavam se ligando às características portuguesas, denotando assim uma ideia de pertencimento a Portugal.

Os claridosos têm em suas concepções a necessidade de criação de uma identidade nacional que fuja do pertencimento desse país ao continente africano. Essa necessidade de afastamento se deve principalmente à necessidade de Cabo Verde ser inserido no contexto luso-tropical. Desse modo, esses intelectuais proclamam uma aproximação ao invés de um distanciamento. Mesmos sendo aclamados em relação a suas obras, eles são bastantes criticados em relação a sua proposta de ideal de nação, como reitera Anjos, “em meados da década de 60, eles são alvos de contestação sob a acusação de passividade diante da colonização” (ANJOS, 2002, p.150), essa “passividade” da qual intitula os claridosos ocorre principalmente por esse movimento não participar ativamente da luta armada pela independência de Cabo-Verde e, por exaltarem no pós-independência o ideal de nação cabo-verdiano, a ideia de pertencimento a Portugal.

É importante ressaltar que, por mais que os claridosos aclamaram a nação portuguesa, ao fim ao cabo eles queriam sua independência, assim sendo esse movimento sofreu duras perseguições da PIDE, e muitos dos que participavam desse movimento eram acusados de atividades subversivas, já que não era necessário que se falasse mal do governo, tudo e qualquer coisa que fosse considerado subversivo já era alvo de vigilância excessiva e atitudes punitivas.

Pelas ideias apresentadas, percebe-se a importância da história de um país. Por conseguinte, pouco se fala e poucas pessoas conhecem verdadeiramente esse país. Estudar a trajetória histórico-cultural de Cabo Verde, tornou-se obrigatoriamente importante, não apenas por ser um país africano, recém-independente ou por ser uma ex-colônia de Portugal, mas por ser um local tão próximo e, paradoxalmente, tão distante do Brasil. A necessidade de estudar sobre essa nação é justamente para compreender as relações do porquê Cabo Verde e Brasil serem chamadas de irmãs além-mar e o respeito às nossas raízes.

3 BRASIL E CABO VERDE: Irmãos Além-Mar

3.1 Afinidades entre Brasil e Cabo Verde

O capítulo em questão tem como finalidade apresentar as afinidades dos países Brasil e Cabo Verde, tendo em vista que, apesar de estarem em diferentes continentes, ambos possuem inúmeras afinidades, as quais estabelecem a engrenagem necessária que deu impulso ao movimento literário presente neste trabalho, o então Movimento Claridade. A problemática central deste capítulo é por que os claridosos tentam se afastar do continente africano, propagando a ideia de similitude com o Brasil. Com base nessa abordagem, para responder tal questionamento, faz-se necessário explicar alguns contextos.

Consoante ao ponto de vista histórico, o ponto de partida sobre as semelhanças entre esses dois países, teve início no período da expansão marítima ibérica, uma vez que Brasil e Cabo Verde foram colonizados por Portugal. Dado o exposto, observa-se essa relação, principalmente no que diz respeito a questões portuárias, já que Cabo Verde se torna um importante posto de embarque e desembarque das caravelas portuguesas para outras regiões, dentre elas o Brasil, como afirma Oliveira,

Ainda que aparentemente distantes e diversos, na realidade, entre o Brasil e Cabo Verde houve sempre uma relação muito estreita, uma relação antiga, iniciada com a expansão ibérica e com as grandes viagens através dos mares, que viam as ilhas de Cabo Verde como uma importante base para as caravelas portuguesas, que partiam para a Índia ou para o Brasil. (OLIVEIRA, 2010, p.84)

É importante apresentar que não apenas Cabo Verde, mas a maioria dos países africanos, de colonização portuguesa, possuem essa estreita relação com o Brasil, conexões essas que perpassam até hoje. A forma de colonização portuguesa em África, por muito tempo, foi apresentada pela historiografia, partindo principalmente de um teor econômico. No entanto, hoje, diversos estudos apresentam que os motivos da colonização portuguesa em África perpassam por outras esferas, como evidência Muniz:

Por uma abordagem historiográfica tradicional, é evidenciado que o interesse dos portugueses era tão somente as possibilidades comerciais que poderiam ser concretizadas nos fortes litorâneos, sem a necessidade de que avançassem para o interior do território africano. Assim, as motivações econômicas, únicas capazes de consolidar o projeto de acumulação de riquezas dos portugueses, nessa perspectiva, foram os principais motores, senão os únicos, do grande movimento de expansão ultramarina, que se inicia pela costa africana a partir da cidade de Ceuta. Aliás, não só que se começa ali, mas, por essa abordagem, ali permanece, demonstrando a falta de interesse dos europeus em adentrarem para o interior do continente. No entanto, a tendência da historiografia atual é propor uma abordagem transdisciplinar,

envolvendo múltiplos olhares no estudo da expansão marítima. Dessa forma, esse movimento histórico é visto como decorrente de fatores que não podem ser dissociados: o econômico, o político, o religioso, o social, entre outros. Expressões tais como “Caravelas da Cultura”, “A Espada e a Cruz”, “O Sagrado e o Profano” sinalizam para novas abordagens, novos problemas e novos objetos. (MUNIZ, 2018, p.40)

Partindo desse pressuposto, sobre novas abordagens, dimensiona-se um fator crucial no que diz respeito à questão da relação social dessa tríade: Portugal, Cabo Verde e Brasil. Portugal, enquanto nação colonizadora, realizou em suas colônias a lógica de imposição cultural apresentada como sendo uma assimilação, ou seja, nas colônias existiriam os ditos “novos portugueses”. Por um certo tempo, no Brasil, esse fato teve bastante aceitação por parte dos brasileiros, que se viam como sendo os portugueses no trópico, entretanto com inúmeras frustrações em relação a Portugal ocorre uma necessidade de se criar a identidade brasileira¹³, identidade essa que tinha como objetivo se desvencilhar das heranças lusófonas.

Essa tomada de consciência impulsiona o processo de independência do Brasil no ano de 1822. Assim, norteadas por essas informações, fundamenta-se a questão da relação da independência do Brasil, e sua influência em Cabo Verde. A forma de colonização portuguesa em Cabo Verde foi pautada na

organização da mão-de-obra que define o caráter da propriedade e, nas ilhas, quer escravocrata, quer apresentando características servis, o traço é a exploração, a violência e a arbitrariedade. Por consequência, são precárias as condições de subsistência de todos os trabalhadores e quase sempre os que os distingue é o maior ou menor grau de miséria e degradação pessoal. São essas as circunstâncias que presidem a formação dos vários grupos sociais, diante das quais não permanecerão indiferentes. (HERNADEZ, 2002, p. 33).

Esse descaso do governo português em Cabo Verde oportuniza que esse país e outros países, até então colônias de Portugal, vejam o Brasil a sua luz no que diz respeito a criação de uma identidade nacional. A grande questão é, por que o Brasil?

Os países africanos de colonização portuguesa, tendo em vista os argumentos aqui apresentados, legitima sobremaneira que os cabo-verdianos enxergam o Brasil como sendo um país com mais semelhanças as suas situações e vivências do que exatamente Portugal, como evidencia Oliveira

Tendo obtido no início do século XIX a sua independência, o Brasil era visto pelos países africanos, que ainda estavam sob o domínio de Portugal, como um irmão mais

¹³ É de suma importância ressaltar que a necessidade dessa criação de identidade no Brasil, parte da elite brasileira, ressaltando que é uma elite branca e escravocrata e que buscavam soluções para seus anseios e demandas, somente em um segundo momento e a lentos passos que ocorre a inserção de outras esferas sociais como, o índio e o negro como sendo povos importantes na construção da identidade brasileira.

velho que se tinha oposto e que se tinha revoltado contra o jugo colonial e que agora procurava construir um percurso como nação livre e independente, com uma identidade própria, uma cultura e uma literatura que já nada tinham a ver com as portuguesas. (OLIVEIRA, 2010, p.84)

Esse enfoque favorece a compreensão de que, com a independência do Brasil, os brasileiros cogitaram a necessidade de criação de uma identidade nacional e, principalmente, a valorização local. Partindo dessa perspectiva, portanto, que os países africanos de colonização portuguesa, no caso Cabo-Verde, inspiram-se para criar sua caboverdianidade¹⁴, ou seja, a valorização nacional, otimizando assim uma forma de apreço em diversos âmbitos.

É importante apresentar que, tanto no Brasil como em Cabo Verde, foi adotado por Portugal o processo de assimilation, em suas colônias não existiam africanos e sim portugueses de outra categoria. Em contrapartida, os cabo-verdianos estavam insatisfeitos com muitas questões, mesmo que parte da elite local se considerasse como sendo os “portugueses em África”, os quais não fecharam os olhos para a situação calamitosa na qual se encontrava submerso o país. Partindo dessa inquietude, literalmente os cabo-verdianos se utilizam da literatura como ferramenta para construção de uma identidade nacional, fato que ocorre antes mesmo de sua independência.

O Brasil, notoriamente se torna espelho para as literaturas africanas de língua oficial portuguesa, e os literatos cabo-verdianos encontram na literatura brasileira um fator preponderante que a engendrada literatura portuguesa não lhe concedeu. “Ao apropriar-se da literatura brasileira como patrimônio simbólico, o colonizado africano, nos espaços de língua portuguesa, abria caminho para o seu protagonismo no campo da literatura e da cultura. ” (GOMES, 2008, p.63)

Em Cabo Verde, ocorre um parentesco significativo com o Brasil, principalmente no que diz respeito a questões climáticas, tendo em vista que Cabo Verde se assemelha muito ao nordeste, mais precisamente ao sertão brasileiro. Essa proximidade perpassa por questões tais como: a estiagem, que leva à seca e, por conseguinte, leva à escassez alimentar, somando-se a um processo muito presente nas duas regiões, a emigração. Contudo, a aproximação com essa região brasileira vai muito além de questões drásticas. Os cabo verdianos acolhem essa região como parentesco, principalmente por observar nos sertanejos nordestinos a sua mesma forma de força mediante as dificuldades.

¹⁴ A caboverdianidade, se assemelha a brasilidade, que seria essa forma de caracterizar quem é o caboverdiano.

A disposição dessas questões incorre na problemática em que grande parte da população cabo-verdiana, vê-se obrigada a sair do país em busca de novas condições de vida, esse processo de se retirar da terra é doloroso, entretanto, em muitos casos, é a única saída. Por outro lado, os cabo-verdianos carregam um sentimento de “fincar os pés”, ou seja, eles saem de Cabo Verde, mas Cabo Verde não sai deles. É certo que a questão da identidade nesse país é de suma importância, principalmente em relação ao sentimento de carregarem consigo, onde estiverem, um pouco da sua paridade.

Na dinamização contextual em que, partindo da semelhança com o nordeste brasileiro, os autores do Movimento Literário da Claridade, inspiram-se diretamente com o modernismo brasileiro, pois esse movimento abordou de maneira contundente e impactante a região nordestina do Brasil, em suas intempéries.

3.2 A influência do modernismo brasileiro na Revista Claridade

Em 1930, surge em Cabo Verde o Movimento Literário da Claridade cujo objetivo foi a criação de uma identidade nacional. Esse anseio identitário há muitos anos já se fazia presente na vida literária dos intelectuais cabo-verdianos, mas é apenas nesse período que ocorre uma necessidade de se colocar em prática ideias já debatidas.

Sob esse aspecto, partindo da criação desse movimento, ocorrem inúmeras indagações no que diz respeito ao conteúdo e às propostas que se farão presentes neste agrupamento, é nesse cenário que se manifestam algumas inquietações como: por onde iremos começar? O que iremos abordar? Sobre quem vamos falar? Em meio à simultaneidade dessas dúvidas que surge então uma luz. Os intelectuais da Claridade observam em outro continente, em outro país, a inspiração que precisavam. É precisamente nesse aspecto que esses estudiosos veem no modernismo brasileiro seu ponto inicial como fator determinante norteador. Nesse sentido, faz-se necessário expor o que foi realmente esse projeto.

Em 1922, surge no Brasil um movimento literário, cultural e artístico, denominado de Modernismo,

Modernismo brasileiro constitui um amplo e bastante complexo movimento, que tem seus primeiros sinais nos anos de 1912 e 1917, atingindo seu marco fundamental em 1922, com a chamada Semana de Arte Moderna, realizada nos dias 15, 17 e 19 de fevereiro em São Paulo(...) (NASCIMENTO, 2015, p.377)

Esse movimento surge como uma necessidade imperiosa de criação de uma nova forma de nacionalidade. Esse novo modelo sociocultural tinha como proposta o rompimento com os antigos padrões classicistas europeus e a valorização do nacional. É importante ressaltar que o movimento modernista foi fortemente influenciado pelas vanguardas europeias

O exemplo externo ficou por conta das vanguardas europeias. A liberdade criadora, o rompimento com o passadismo, a expressão da subjetividade e um certo irracionalismo eram tendências dessas vanguardas que se irradiavam para outras partes do mundo. Paris era o centro cultural da Europa e por isso tanto fascinava artistas e escritores de todo o mundo, influenciando-os. Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, exemplos dessas importações, trouxeram para o Brasil estas tendências, as quais foram responsáveis pela profunda transformação cultural brasileira que se iniciou no século XX. (OLIVEIRA,2012, p.83)

O modernismo estava imerso a um momento crucial na sociedade brasileira, já que esse período do começo do século XX foi de rupturas de paradigmas em diversos âmbitos, como: sociais, políticos, econômicos e culturais, e nesse processo se observa que,

Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. (ANDRADE,1974, p.231)

Segundo Abel (1995), a evolução do modernismo brasileiro perpassa pela sua divisão em três gerações específicas, tais como: a primeira geração (1922-1930); a segunda geração (1930-1945) e terceira geração (1945-1960). Todas sumariamente bem definidas. A primeira geração foi marcada preponderantemente pelo início do rompimento com o passado, criação de uma renovação estética, valorização do nacional, o retratar o cotidiano da população brasileiro. Nesse aspecto apresentados, seus desafios. Nessa geração ocorre a criação de grupos, como por exemplo: Movimento Pau-Brasil, Movimento Verde-Amarelo e Movimento Antropofágico. Os principais nomes dessa geração são: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e Menotti Del Picchia.

A segunda geração se destacou pela consolidação do movimento e a inserção de novos temas e gêneros literários. Primordialmente nessa fase ocorre a forte presença da temática regionalista e valorização de temas como: desigualdades sociais, a vida do retirante nordestino e os resquícios da escravidão brasileira, a presença massiva da prosa e a valorização da linguagem coloquial. Os anos de 45 são fortemente marcados pela retratação do sertanejo brasileiro. Os autores que renomados dessa geração são: Carlos Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, José Américo de Almeida, José

Lins do Rego e Vinícius de Moraes. Exatamente essa geração que mais influenciou o movimento cabo-verdiano, Claridade.

A terceira e última geração é caracterizada pela renovação da temática e alargamento da prosa, bem como a indiscutível forte presença do romance. A geração de 45, do modernismo, preocupa-se em fazer análises críticas sociais voltadas para o nordeste do Brasil. Além disso, exaltam o regionalismo, seja na linguagem coloquial seja em aspectos culturais. Autores de destaque: Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Mário Quintana, João Cabral de Melo Neto, Lygia Fagundes Telles e Ariano Suassuna.

Cumprido considerar que foi definitivamente relevante o marco da literatura brasileira nas ideias dos intelectuais da Claridade. Conforme já foi exposto, os intelectuais cabo-verdianos não viam na literatura portuguesa a inspiração necessária para seu movimento, mas encontraram na literatura brasileira o que precisavam. Essa relação com os literatos brasileiros acontece antes mesmo do modernismo, muitos dos literatos cabo-verdianos já liam escritos de autores brasileiros, como por exemplo, Castro Alves.

Verifica-se que, partindo dessa relação literária que os claridosos utilizam do modernismo brasileiro, a fase Claridade inicia o período do modernismo literário em Cabo Verde. Observa-se notoriamente que uma das principais propostas dessa geração foi o rompimento proposital com a literatura colonial de valorização do “herói navegador”¹⁵ e sim valorizar as características locais.

Em linhas gerais, os claridosos se inspiraram diretamente no modernismo brasileiro, principalmente na Geração de 45 e no Romance de 30. Esse movimento serviu como um guia intelectual (claridosos), principalmente no que diz respeito à semelhança em que os romancistas referenciam o sertão nordestino, como afirma Fraga, “a renovação centra-se no conteúdo em decorrência da temática das secas” (FRAGA,2011, p.4).

Confirma-se que a geração de 45 do modernismo tem como alvo as críticas sociais pertinentes ao nordeste do Brasil, com a exaltação do regionalismo, a linguagem coloquial em aspectos culturais constituem o enfoque. Mediante a questão, a inovação do romance de 30 possui como obra inaugural o romance “A Bagaceira” de José Américo de Almeida, no qual é possível fazer uma relação dessa obra com o movimento claridade, já que ambos abordam temas recorrentes. De acordo com Fraga, “ verifica-se que, ao longo da obra, a situação

¹⁵ Ler Gomes,2008.

geográfica e histórica da região, mesclada por uma pobreza enorme, se tornou um grande sentimento de reivindicação social” (FRAGA, 2011, p.5). Essa geração aborda a imigração, a seca, a fome, o regionalismo e as reivindicações sociais por meio da literatura, desse modo os claridosos observam no modernismo brasileiro uma aproximação e uma inspiração sintomática para o movimento Claridade, principalmente pela semelhança nas problemáticas tanto do Nordeste quanto em Cabo Verde.

A literatura brasileira foi tão importante no processo de inspiração dos claridosos que, em muitas obras desses intelectuais, ocorrem significantes citações de autores brasileiros. Exemplarmente, o autor Jorge Barbosa cita em um de seus poemas o autor Manuel Bandeira; outra figura de importante inspiração é Jorge Amado. Cabe ressaltar, porém, que não deve haver a concepção de que a literatura cabo-verdiana foi uma réplica do movimento modernista brasileiro, e sim ver que esta foi uma inspiração para os romancistas cabo-verdianos que há muito tempo acalentava a vontade de criação de uma identidade nacional. Assim, sempre ocorreu um anseio por parte dos intelectuais em mostrarem a literatura da terra, isso fica evidente na afirmação de Gomes:

Precedendo outras formas de luta, o discurso literário possibilitava, nesse momento, a assunção de um sentimento nativista fundamentado na recuperação das raízes, na tentativa de estabelecer denominadores comuns que identificassem as culturas africanas de língua portuguesa. (GOMES,2008, p.114).

O movimento Claridade possui uma particularidade que gera alguns embates, essa característica é a dualidade desse movimento. Os intelectuais da Claridade desde da formação do movimento sempre buscaram um afastamento do continente africano, e uma aproximação com outras regiões, sendo assim de início os intelectuais desse movimento ovacionavam muitos ideais portugueses, até mesmo exaltado que Cabo Verde possuía uma relação amigável com Portugal, no segundo momento veio a exaltação das similitudes com o Brasil, e meio a isso esse movimento também pregava a valorização local.

Nesse antagonismo de ideais o movimento sofre duras críticas para categorizar seus anseios e nessa trajetória os intelectuais da Claridade não se reconheciam enquanto africanos, mas sim como *cabo verdianos*, para eles o fato de estarem no continente não lhes atribuíam as

características do imaginário africano¹⁶ que o *outro*¹⁷ atribuía a esse continente. Os claridosos se sentiam como sendo únicos e viam sua nação como um lugar particular, ou seja, nem portugueses, nem africanos, para eles o “ser cabo verdiano” não se encaixava em nenhum nicho senão em uma totalidade. Segundo as propostas do movimento, a intenção era apresentar Cabo Verde como uma país único.

Uma das características que também leva à escolha do Brasil como referência ocorre justamente por eles observarem o país como sendo também particular no sentido de ser o único país de colonização portuguesa imerso no continente americano. Um outro fator que influenciou diretamente a construção do movimento Claridade foi a presença dos postulados do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, principalmente no que concerne essa valorização da lógica luso-tropical.

3.3 Influência de Gilberto Freyre sobre os claridosos

Os claridosos foram fortemente influenciados pelos postulados do sociólogo brasileiro Gilberto de Melo Freyre, um intelectual pernambucano que pregava em seus discursos a questão racial na sociedade brasileira. A utilização para a diferenciação das pessoas baseada no conceito de raça teve seu início no século XVIII, entretanto o seu apogeu ocorreu no século XIX. De acordo com Hebe Mattos,

É a partir da primeira metade do século XIX, especialmente nos Estados Unidos, que até mesmo a origem comum da espécie humana passa a ser questionada (poligenismo) [...] Desde então, durante todo o século XIX, a partir de uma argumentação biologizante permitiram novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais[...] (MATTOS,2004, p.11-12)

A entrada das teorias raciais no Brasil ocorreu a partir de 1820, e se concentrava nas mãos de uma elite branca e letrada a utilização dessas teorias para a justificativa do cativo

¹⁶ “O continente africano sempre foi um dos locais favoritos do imaginário ocidental manifestar diversos simbolismos e fantasias. Um dos mais persistentes estereótipos vinculados ao território da África seria que suas terras sempre desenvolveram culturas nativas selvagens e perigosas, os famosos pigmeus, canibais e gigantes negróides ou etnias primitivas, quase semelhantes ao tipo de vida que nossos antepassados mais remotos levavam. Sem escrita, sem estado organizado e centralizado, e muito mais importante, sem cidades, templos e construções de pedra. Portanto, prescindindo de civilizações aos moldes ocidentais. Apesar de não muito conhecidas, existem grandes estruturas arquitetônicas no continente (além das egípcias), como as de Axum (Etiópia), Napata e Meroé (Sudão), Tumbuctu e Jenne (Máli), Grande Zimbabwe, Cami e Naletale (Zimbabwe).” (LANGER,2005, p.1)

¹⁷ “Do ponto de vista da antropologia, o Eu referido não é o indivíduo em si; nem tampouco o é o Outro. O eu é sempre um ser coletivo, transcendental, é a cultura que está embutida em cada indivíduo; o Outro é simplesmente uma outra cultura, uma cultura que se coloca como objeto de entendimento”. (GOMES, 2009, p. 53).

e da hierarquização social, desse modo essa elite encontrou nas doutrinas raciais a base científica para legitimar argumentos já profanados.

De acordo com Schwarcz (1995), “aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, [...]”. (SCHWARCZ,1995, p.65)

No Brasil foi efetivado um argumento pautado na ideia da democratização racial,

(...) erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existências, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. (NASCIMENTO,2016, p.47)

As ideias freyrianas estavam pautadas em um discurso de valorização da colonização portuguesa com base nesse argumento da democratização racial. Essa ideia de harmonização dos povos, leva também a uma questão crucial no que diz respeito a interpretações dos estudos de Freyre, que seria o *ser mestiço*, o mestiço seria a consolidação dessa relação “democrática” e “harmoniosa” dos portugueses com os diversos povos. A figura do mestiço se apresenta em duas questões: a primeira como uma forma de degeneração evolutiva das raças,

O fator “raça” era então entendido como um tipo de influência vital “no potencial civilizatório” de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. O Brasil aparecia nesses relatos retratados como primeiro grande exemplo de “degeneração num país tropical “de raças mistas. (SCHWARCZ,2017, p.26)

A segunda como uma forma evoluída para se alcançar o embranquecimento de uma população, “ Embranquecimento passou a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização europeia, onde uma nova raça emergia) para absorver e integrar mestiços e pretos(...) ” (GUIMARÃES, 1995, p.39)

Freyre carregava consigo características conservadoras e de apoio a Portugal, um dos seus principais arcaibouços teórico era a ideia do luso- tropicalismo,

(...)o complexo teórico lusotropical tem como base a bem propalada noção de que os portugueses forma colonizadores mais suaves e benignos, assim como mais propensos à miscigenação com gentes de cor, habitantes dos trópicos, devido a um conjunto de fatores de ordem climatológica, geográfica, histórico-cultural e mesmo genética, que teriam sido decisivos na formação da “maior civilização moderna nos trópicos. (FREYRE,1992, p.190)

É por causa dessas afeições que, em 1954, ele é financiado pelo governo autoritário português salazarista para viajar para as terras portuguesas em África. A escolha desse intelectual foi com o intuito de levar para essas localidades o enaltecimento do discurso de carácter cultural e racial democrático e suavizar a questão da exploração portuguesas nessas localidades, tendo em vista que a década de 1950 é o período que eclodem os movimentos de independência no continente.

Essa viagem ocorre em meio a um período no qual o governo português se vê perdendo as forças nas suas então colônias, principalmente porque, além dos descasos com essas localidades, o novo regime autoritário adotou uma série de novas medidas. Essas medidas podem ser observadas no Acto Colonial¹⁸ que entra em vigor no Estado Novo, com governo Salarazarista.

Ao longo dos anos, o Acto Colonial passa por uma série de modificações, dentre elas a nova revisão de 1951¹⁹ que traz uma nova forma de denominação das terras portuguesas em África, que de colônias passam a ser províncias ultramarinas.

A viagem de Freyre fora bem estratégica e de início bem aceita, principalmente pelos intelectuais da Claridade que há muito tempo ansiavam pela ida desse intelectual, tendo em vista que os claridosos aclamavam os discursos de Freyre, principalmente o ideal de mestiçagem e o luso-tropicalismo. De acordo com a exposição, os claridosos carregavam consigo a negação de pertencimento perante o continente africano, e, com relação à questão, Freyre de intelectual aclamado passa a ser rechaçado.

Ao viajar para terras portuguesas e conseqüentemente a Cabo Verde, Freyre carregava convicções, principalmente no que diz respeito às percepções sobre o continente africano. No livro *Aventura e Rotina: sugestão de uma viagem á procura das constantes portuguesas de carácter e ação*, o autor expõe as semelhanças entre Cabo-Verde, Portugal e Brasil

Mais de uma vez minha impressão foi a do déjà vu, tal a unidade na diversidade de que caracteriza os vários portugueses espalhados pelo mundo; e tal a semelhança desses portugueses diversos com o Brasil. Donde a verdade, e não retórica, que encontro na expressão “lusotropical” para designar complexo tão disperso; mas quase todo disperso só pelos trópicos. (FREYRE, 2010, p.19)

¹⁸ Ver no Anexo A

¹⁹ Partes da nova denominação, ver Anexo B.

E também faz referência ao parentesco de Cabo Verde com o Ceará, “e em luta com a terra árida e contra o sol cru um povo, em sua maioria mestiço de português com africano da Guiné, que se parece com o cearense na coragem com que, magro e ágil, enfrenta verdes mares bravios” (FREYRE, 2010, p.270).

É nesse livro também que Freyre apontava que Cabo Verde possuía característica puramente africanas

Não esperava encontrar nas ilhas que as populações fossem predominantemente africanas na cor, no aspecto e nos costumes, com salpicos, apenas, de influência europeia, sobre essa predominância étnica e social. A presença dominante do europeu apenas se revela no que é oficial: edifícios, ritos de administração, o traje, o andar, a falar dos burocratas e dos negociantes mais importantes. (FREYRE, 2010, p.274).

Essa visão de Freyre, fez com que os, os intelectuais da Claridade realizaram duras críticas a ele, alegando que o mesmo não tinha propriedade para falar do país, tendo em vista que conheceu apenas dez ilhas do arquipélago, dentre elas: a ilha de Santiago. Um dos fundadores da revista, Baltasar Lopes realizou um artigo em 1956, sobre as aceções de Freyre perante as ilhas cabo verdianas, esse escrito de repulsa fora chamado de: *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Nesse texto Lopes apresenta claramente seu descontentamento, isso pode ser observado nesse trecho “pela cabeça de quem, medianamente informado das coisas de Cabo Verde, é que passa que o cabo-verdiano é mais africano do que português? ” (LOPES, 1956, apud, MEDINA, 2000, p.58).

Foram esses discursos que provocaram o afastamento dos claridosos do referido intelectual. É interessante salientar a frustração relacionada ao posicionamento desse intelectual em ligar Cabo Verde ao continente africano, tendo em vista ser algo que eles insistentemente buscavam se desvencilhar. Essa questão com o sociólogo fez com que os claridosos refletissem em uma nova forma de abordar suas propostas no movimento, principalmente criando uma autenticidade e se afastar do colonizador.

Além de entender as inspirações desse movimento, fez-se necessário compreender a proporcionalidade do que foi a Revista Claridade, como marco fundamentalmente importante do movimento Claridade. Partindo desse princípio, poder-se-á apresentar o que foi esse movimento sob a exposição de apontamentos dos dois primeiros anos dessa revista.

4 MOVIMENTO LITERÁRIO DA CLARIDADE

4.1 Formação da Revista Claridade: Artes e Letras.

Em África as palavras carregam um forte poder, isso pode ser observado na presença marcante da história oral ou da literatura. É partindo desse aspecto que esse capítulo irá se ater. O movimento literário da Claridade além de importante no que diz respeito a construção da identidade em Cabo Verde também serviu para mostrar a notória presença da literatura nas sociedades do continente africano.

Antes de apresentar a fundo o que fora esse movimento se faz necessário apresentar a importância da literatura como fonte histórica, tendo em vista a sua importância para o entendimento do objeto aqui em questão.

Esse trabalho se centra em uma abordagem da história cultural. A mesma perpassa por quatro fases, não que ocorra uma divisão precisa, mas de acordos com os acontecimentos ocorre a necessidade da cronologia. A primeira seria a que Burke (2008) denomina de fase clássica da história cultural, a mesma perpassa ao período de 1800-1950, possui com nomes de destaque, Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, esses intelectuais se concentravam em fazer uma análise a partir da visão que o historiador realiza um retrato de uma determinada época e lugar, nesse sentido tem muita análise referente a artes, os mesmos viam as manifestações artísticas como forma de se estudar uma determinada cultura

A segunda fase se concentra em uma análise da cultura mais relacionada a visão econômica, nesse sentido temos Max Weber como nome de destaque, esse intelectual procurava analisar como a cultura interfere nas transformações econômicas. A terceira fase pode ser compreendida como a necessidade de se estudar a história da cultura popular, essa nova abordagem ganha destaque na década de 1960. A quarta fase, ficou conhecida como Nova História Cultural. Burke denomina de NHC, a mesma ganha destaque a partir de 1980, essa nova abordagem da história cultural se preocupa em analisar a história das mentalidades, nesse sentido tem nomes destaques: Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Essa expansão da história cultural é auxiliada por outras ciências, nesse sentido tem a antropologia com destaque ao auxílio a estudos da história cultural. Nomes de destaque de antropólogos estudados pelos historiadores: Marcel Mauss, Mary Douglas, Clifford Geertz e

Edward Evans-Prichard A história cultural era ligada a uma narrativa tradicional, com essa nova abordagem percebe-se que ocorre uma mudança, a mesma passa a se preocupar em dar voz as minorias, a história de vidas e principalmente ocorre uma nova visão de narrativa que se preocupam não apenas em apresentar uma história dos vencidos e triunfal, mas sim com visões críticas de cada relato.

Nesse sentido é de suma importância apresentar uma perspectiva de cultura e de interpretação da literatura não apenas como uma narrativa, mas também como fruto de uma dominação política, especialmente na construção de uma identidade nacional. Segundo Burke (1991), processo de revisão das fontes históricas, foi inaugurado com a Escola dos Annales em 1930, e se efetiva nos anos de 1970, onde é possível observar uma confluência de debates a respeito do que poderia ser considerado fonte.

O conceito utilizado na pesquisa é a literatura, posto isso é necessário apresentar que somente a partir de 1970 é que alguns autores começaram a defender a ideia de que a literatura deveria ser utilizada como documento científico. Para Ribeiro (2000), a literatura deve ao mesmo nível que a História ocupar lugar de importância em meio a essas análises, uma vez que as duas possuem uma forte ligação frente aos processos políticos e sociais, que variam do período em que foram vividos ou escritos, tendo em vista que as mesmas são narrativas, entende-se assim que nem a história nem a literatura são estáticas, mas que assumem um lugar específico justamente por que elas são dialéticas.

Desse modo de acordo com a concepção de Pesavento:

Tanto História quanto literatura são modos de explicar o presente, inventar o passado, pensar o futuro, e utilizam de estratégias retóricas para colocar em forma de narrativa os fatos sobre os quais se propõe abordar. Ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, possuindo um público destinatário e leitor. (PESAVENTO, 2004, p.81).

Assim podemos afirmar que, a literatura e a História se complementam. Observa-se dessa forma que o trato com as fontes, independentemente do tipo que elas sejam, deve procurar entender todo o contexto no qual foi escrita, além do contexto social do autor, sempre pautados numa intencionalidade.

Antes de qualquer coisa a literatura deve exercer um caráter político. A teoria literária afirma que a origem da literatura está na ficcionalidade. E quando retratada supõe que o limite dessa arte é a imaginação e isso remete a um afastamento da realidade, de um fato

acontecido. A literatura vem com o objetivo não de retratar uma realidade, mas sim de fazê-la viva.

Por causa da literatura assumir um caráter político, ela funciona como uma produtora de conhecimento que pode ou não reger uma sociedade. Os teóricos literários se preocupam em analisar os aspectos estruturais da obra, enquanto os historiadores devem se preocupar em saber o que está por trás das narrativas e como as mesmas influenciaram, ou influenciam, determinado contexto. Em oposição a isso alguns estudiosos e letristas contemporâneos afirmam que os critérios utilizados para a medição do valor de uma obra, têm haver com o comportamento de cada sociedade em suas épocas distintas.

Atualmente é possível afirmar e observar a utilização da Literatura no âmbito da História bem como um número considerável de produções acadêmicas onde as obras literárias constituem pontos cruciais da pesquisa. Neste caso aqui em específico, objetivamos diminuir e preencher algumas lacunas ainda existentes no que diz respeito ao conhecimento sobre a História da África e dos povos africanos, utilizando especialmente a Literatura africana, com foco nos países de língua oficial portuguesa.

Posto essa breve apresentação, iremos no ater a seguinte pergunta: o que foi o movimento literário da claridade?

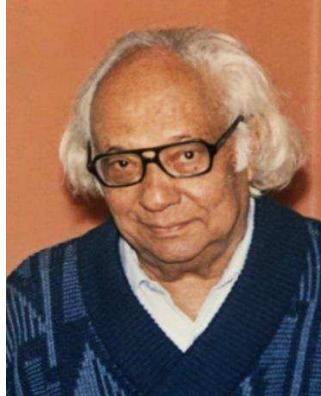
O movimento claridade surge em 1930, em Cabo Verde, mais precisamente na cidade Mindelo, o Marco desse movimento é a fundação da revista Claridade em 1936. A revista surge segundo as palavras de Baltasar Lopes, de acordo com Hamilton:

Há um pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começamos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo da formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde. O elemento de estudo, investigação e descobrimento presta uma profundidade sócio-histórica às actividades cultural-literárias dos intervenientes do grupo *Claridade*. (HAMILTON, 2010, p.98).

A revista Claridade foi fundada no ano de 1936 em Cabo Verde mais precisamente na cidade de Mindelo, e teve como fundadores: Jorge Barbosa que em suas poesias trabalhou com temas que retratavam os aspectos políticos e sociais do país; Baltasar Lopes, pseudônimo de Osvaldo Alcântara, esse autor escreveu várias obras e a que mais se destacou foi o romance *Chiquinho*, que retratava a sociedade cabo-verdiana no começo do século XX, e deu início a fase moderna da literatura cabo-verdiana; e Manuel Lopes esse autor abordou em se suas obras temas como emigração e seca. Os fundadores da revista eram adeptos a ideias burguesas e liberais, e faziam parte da elite cabo-verdiana.

FUNDADORES DA REVISTA CLARIDADE

Figura 2 - Baltassar Lopes



Disponível em: <https://brito-semedo.blogs.sapo.cv/homenagem-a-baltassar-lopes-intervencao-603361>.
Acesso em:28/10/2020.

Figura 3 - Jorge Barbosa



Disponível em: <https://www.lusofoniapoetica.com/poetas-de-cabo-verde/jorge-barbosa>. Acesso em:28/10/2020.

Figura 4 - Manuel Lopes



Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/l/manuel-lopes>. Acesso em:28/10/2020.

O movimento Claridade ficou conhecido como o movimento da fase moderna da literatura cabo-verdiana. Os claridosos acreditavam que somente por meio do ensino e da intelectualidade era possível a tomada de consciência de pertencimento a nação. Sempre ocorreu um anseio por parte dos intelectuais em mostrarem a literatura da terra, isso fica evidente na afirmação de Gomes:

Precedendo outras formas de luta, o discurso literário possibilitava, nesse momento, a assunção de um sentimento nativista fundamentado na recuperação das raízes, na tentativa de estabelecer denominadores comuns que identificassem as culturas africanas de língua portuguesa. (GOMES,2008, p.114).

Reitera-se que inúmeras são as formas de resistência perante o colonizador segundo Gomes:

Apesar do peso de uma dominação cultural que durou cinco séculos, o cabo-verdiano cedo começou a resistir, reivindicando a sua identidade. Essa resistência expressava-se através da fala cabo-verdiana (crioulo), das vozes entoando mornas, das cantigas de trabalho, dos repiques do batuque, da euforia do *funaná* dançado, dos poemas engajados, dos contos ‘di boká di tardi’ que junto às manifestações coletivas como a tabanca, se somavam à resistência organizada que desencadeou as lutas de libertação nacional. (GOMES, 2008.p.127).

Nesse sentido é de suma importância apresentar uma perspectiva de cultura e de interpretação da literatura não apenas como uma narrativa, mas também como fruto de resistência de uma dominação política.

4.2 Importância do movimento Claridade para a construção de uma identidade nacional.

É praticamente impossível abordar o processo de construção da identidade nacional cabo-verdiana sem relacionar com o movimento Claridade. O grande questionamento é: por que esse movimento foi tão aclamado no processo de construção do ideal nacional cabo-verdiano?

Em Cabo Verde sempre existiu por parte dos intelectuais uma necessidade de valorizar a nação, antes mesmo do movimento Claridade já ocorria pequenos grupos que analisavam essa questão, entretanto a força do movimento Claridade ocorreu justamente por causa do período no qual esse movimento estava inserido. Como já foi exposto, o período da criação desse movimento ocorre no chamado “boom das independências” no qual vários países africanos deixam de ser colônias. Uma questão primordial em um país recém independente, é a sua identidade.

Pode-se compreender por identidade,

Os diversos sujeitos sociais conduzem suas experiências por representações atribuídas, auto atribuídas e compartilhadas a respeito de quem são e de quem podem ou desejam ser. Essencialmente conflitiva, envolvendo interação social, afetos, autoestima e jogos de poder,² a identidade é uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas. Mais incisivamente do que a noção de cultura, a identidade implica a produção de discursos portadores de signos de identificação. Nem sempre um grupo com uma cultura em comum percebe-se, denomina-se, reconhece-se ou é objeto de discursos identitários. A identidade estaria ligada, desta forma, à representação da cultura de um ou mais grupos humanos. (MORENO, 2014. p.7-8)

É partindo dessa perspectiva que os claridosos ganham destaque, eles não foram os únicos, mas foram os primeiros a apresentarem Cabo Verde tanto na visão das problemáticas, quanto na visão de valorização dos bens desse país,

As temáticas desses intelectuais repercutiam as angústias do povo cabo- verdiano, principalmente as longas secas, subsequentes fomes, mortes e extrema miséria presenciadas no arquipélago. Isso incitou a nova geração a defender esse povo, com o pressuposto de afirmar a identidade cabo-verdiana e, por consequência, a sua autonomia. A geração de Baltazar Lopes da Silva marcou a literatura moderna cabo-verdiana, numa relação de complementaridade. Esta geração acabou por erguer um modelo identitário, que se configurava e coexistia com a identificação do Estado nacional português, e difundia a ideologia assimilacionista e regionalista. Os Claridosos, apesar de defenderem as particularidades do arquipélago de Cabo Verde, consideravam-no como uma região de Portugal como Minho ou Algarve. (MADEIRA,2014, p.16)

É importante apresentar que a claridade teve dois momentos cruciais. De início até meados da década de 60 do século XX, esse movimento reverberava uma distância com o continente africano e uma proximidade com Portugal, já posteriormente até a década de 60 e ocorre um processo de *reafricanização* desse movimento, isso ocorre principalmente, pois na década de 50 surge uma nova geração literária que pensava essa construção de identidade partindo da ideia de paridade com o continente africano,

A década de 50 marca dogmáticamente uma nova era na formação da identidade nacional, com o acento tónico no resgate das origens. O discurso emblemático sobre a nação, que apresenta traços fortes com o continente africano, encerrava o significado de que era a altura certa da ruptura, tornando a nação livre, com hábitos característicos e liberta da opressão e da administração colonial. Estes ideais e pensamentos foram enunciados por um grupo de intelectuais, pertencentes à geração de Cabral, ou geração da consciência nacionalista, denominando-se esta época como a da “reafricanização dos espíritos”. Para essa a nova geração de intelectuais parecia claro que o tipo de cabo- verdianidade afirmado pelos Claridosos, continha o princípio de pensamento da ideologia assimilacionista, não podia funcionar como instrumento de mobilização para uma possível independência nacional. A nova opção da geração, no fundo, teria de se traduzir numa reviravolta das orientações políticas de uma cultura mestiça, de modo a que a especificidade cultural cabo-verdiana pudesse ser reorientada para o quadro de uma aproximação à África. A defesa da raiz africana, e o profundo laço que une este continente aos cabo-verdianos passa a ser um dos grandes propósitos e, possivelmente, um dos mais importantes pressupostos teóricos, a ponto de o caracterizarem como o movimento da “reafricanização dos espíritos”. (MADEIRA, 2011.p.17)

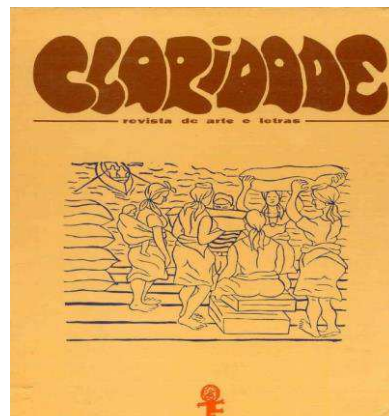
Podendo se fazer uma análise do movimento Claridade, observa-se que ele abrange os anseios dos cabo-verdianos. Se em um primeiro momento pregava essa lógica assimilacionista, isso era reflexo do que a população se enxergava enquanto tal, já que essa população estava inserida nessa lógica colonizada. É importante entender que o ato de assimilação também é um ato de resistência perante a uma colonização. Já no segundo momento ocorre essa reafricanização, isso também acontece devido a população se sentir exausta perante essa lógica colonial e está no eixo desse momento de independências.

É praticamente impossível um movimento da dimensão que foi a Claridade não perceber que ao longo dos anos ocorre mutações de ideais e perspectivas, é importante elencar essa questão, justamente por que os estudos acerca desse movimento tece duras críticas no que consiste nessa dualidade de ideias, entretanto é necessário entender que esse movimento abrangeu os anseios daqueles que eles tinham contato, que no caso era a população cabo-verdiana, era ela a protagonista das pautas do movimento e da revista Claridade.

Então, a importância desse movimento ocorre justamente por que foi ele que melhor conseguiu apresentar os cabo-verdianos como eles mesmo os enxergavam. Apesar de inúmeras questões que pôde-se parecer em contrariedade, não tem como negar a importância desse movimento e de seus fundadores e colaboradores ao longo dos anos, mesmo após 60 anos do fim da revista esse movimento é discutido e seus fundadores reverberados, tanto em Cabo Verde, quanto em outras regiões como exemplo no Brasil. Tal presença pode observada a partir do aumento de estudos sobre a importância desse movimento, principalmente pelo fator novo de abordar a característica identitárias de um país.

4.3 Catalogação da revista

Figura 5: Capa da revista Claridade.



A revista Claridade foi fundada em 1936, no país de Cabo Verde mais precisamente na ilha de São Vicente, na cidade de Mindelo. A revista se constitui de nove volumes e um total de 370 páginas. A responsável pela impressão da revista era o grupo, **Composto e Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda**, conforme os anos o local de tipografia da revista muda, acredita-se que essa mudança de local de impressão ocorreu devido a ação repressivas. O diretor da revista nos dois primeiros volumes é Manuel Lopes, a partir do terceiro até o nono se que se torna diretor é o João Lopes. A revista também não possuía uma periodicidade, tanto que o 4º volume só sai dez anos depois. O preço da revista era de 2\$00(equivalia a R\$8,00), era uma revista de custo elevado, levando em conta a situação econômica presente em Cabo-Verde.

Tabela 1 - Quantidade de páginas dos volumes da revista e seu local de impressão.

VOLUME	QUANTIDADE DE PÁGINAS	LOCAL DE IMPRESSÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Volume 1	10	Rua Infante D.Henrique São Vicente, Cabo Verde	Março, 1936
Volume 2	10	Rua Infante D.Henrique São Vicente, Cabo Verde	Agosto,1936
Volume 3	10	Rua Infante d. Henrique, São Vicente, Cabo Verde	Março,1937
Volume 4	40	Avenida governador Guedes Vaz, são Vicente, Cabo Verde	Janeiro,1947
Volume 5	45	Rua de Santo Antônio, são Vicente, Cabo Verde	Setembro,1947
Volume 6	42	Rua de Santo Antônio, são Vicente, Cabo Verde	Julho,1948
Volume 7	52	Rua de Santo Antônio, São Vicente, Cabo Verde	Dezembro,1949
Volume 8	76	Travessa Brites d' almeida nº12 São Vicente, Cabo Verde	Maió,1955
Volume 9	83	Travessa Brites d' almeida nº12 São Vicente, Cabo Verde	Dezembro,1966

Fonte: Tabela confeccionada pela própria autora do texto.

Índices da Revista Claridade²⁰

1º Volume

²⁰ Ver os títulos e autores dos demais volume no anexo C.

Capa: Lantuna & 2 motivos de "finaçom" (batuques da ilha de Santiago)

Páginas 2, 3 e 7: Bibia, excerto do romance inédito "Chiquinho" de Baltazar Lopes

Páginas 4 e 7: poema Écran (dedicado a Osório de Oliveira), de Manuel Lopes

Páginas 5 e 6: Tomada de vista, de Manuel Lopes

Página 6: 2 poemas [é este o título], de Pedro Corsino Azevedo

Página 8: poema Almanjarra, de Osvaldo Alcântara [Baltasar Lopes]

Página 9: Apontamento, de João Lopes

Na página 9 anuncia-se a publicação por Claridade de "Arquipélago", poemas de Jorge Barbosa, e em "próxima edição" "Partir", poemas de Manuel Lopes

Página 10: Poema de Jorge Barbosa

2º Volume

Capa: Venus morna de Xavier da Cruz

Páginas 2, 3 e 9: Um galo que cantou na Baía [sic], excerto de conto inédito de Manuel Lopes

Página 4: Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil, de Osório de Oliveira

Páginas 5 e 10: Notas para estudo da linguagem das ilhas, de Baltazar Lopes

Página 6: Poemas - Vertigem, de Jorge Barbosa e Presença de Osvaldo Alcântara.

Página 7: continuação do poema Presença, de Osvaldo Alcântara e Mamã

Páginas 8, 9 e 10: O Lobo e o Chibinho de Manuel Lopes

3º Volume

Capa: Poema de quem ficou, de Manuel Lopes

Páginas 2, 3 e 7: Infância, excerto do romance "Chiquinho", de Baltazar Lopes

Página 4: O Sentido Heróico do Mar, de Artur Augusto

Página 5: Poema, de Jorge Barbosa

Página 6: Apontamento, de João Lopes

Página 8: poema Nocturno, de Osvaldo Alcântara

Páginas 9 e 10: Tomadas de Vista, de Manuel Lopes

Fonte: Informações obtidas através do site:

Fonte:<https://mindelosempre.blogspot.com/search/label/Revista%20Claridade%20%28capas%20e%20%C3%A1ndices%29>. Acesso em:22/10/2020.

Muito se pergunta acerca do nome. Alguns afirmavam que o nome Claridade originou da revista francesa Clarité, porém em termos políticos e ideológicos as duas são completamente opostas, enquanto a revista Claridade possui ideais mais burgueses, a revista

Clarité queria de todas as formas romper com os ideais de direita. A revista aborda Cabo Verde através de uma perspectiva cultural, desse modo observa-se que ao longo de todos os volumes ocorre a presença de poemas, contos apontamentos, poesias, notas e gêneros musicais, como por exemplo: a morna.

A revista Claridade surgiu como uma forma de valorização da caboverdianidade. É importante ressaltar que durante esse período (1936-1966) esse país ainda era colônia de Portugal, desse modo acabava por sofrer também atitudes repressivas da polícia colonial, ou como era conhecida a PIDE. Essas ações autoritárias se mostram bastante presente na revista, tanto que a partir do 3º volume até ao 9º toda última página contém a seguinte frase: **Visado pela Censura**²¹, essa frase era para mostrar que a revista passou pela censura e poderia circular.

Ao longo de todos os volumes da revista fica nítido a forte relação desse movimento com Portugal, isso é observado na sessão de **Periódicos Recebidos**, no qual ocorre uma leva de escritos que vinham de Portugal.

4.4 Apontamentos literários: Revista Claridade (1º, 2º e 3º volume)

Esse capítulo se propõe apresentar as principais temáticas enfocadas pelo movimento nos três primeiros volumes da revista. A escolha por apenas esse período ocorre em virtude de perceber que neles continham a chamada primeira fase da revista claridade, fase essa que mais valorizou as principais características do arquipélago.

A revista Claridade em sua totalidade ela é bem simples em relação as questões editoriais, isso pode ser por causa do pouco investimento financeiro. Esse volume possui imagem apenas na capa, e nos três primeiros anos possui um número de páginas relativamente pequeno.

²¹ Essa frase também se fazia presente nos impressos portugueses. Ver Anexo D.

4.4.1 Apontamentos Literários 1º Volume

Figura 6 - Capa do 1º volume da revista Claridade.



Disponível em: <https://brito-semedo.blogs.sapo.cv/tudo-e-claridade-493083>. Acesso em: 28/10/2020.

O primeiro volume possui um total de 10 páginas, sendo 7 poemas, apenas um em crioulo; 1 trecho do romance cabo-verdiano Chiquinho; e uma sessão de escritos que elencam questões particulares do país.

Na página um, se faz presente o poema intitulado de **1 Lantuna & 2 Motivos de Finaçom (batuques da ilha de Sant'Lago)**, escrito pelo poeta Manuel Lopes. É o primeiro poema da revista e o único desse volume ao utilizar a língua crioula. Esse escrito traz a referência a um dos gêneros musicais típicos de Cabo Verde que é o funaná²². Sem dúvidas esse poema é que mais apresenta a proposta dos claridosos na revista, que é mostrar a criação da identidade nacional através da esfera cultural.

²² Como género musical, o funaná caracteriza-se por ter um andamento variável, de *vivace andante*, e um compasso binário. O funaná está intimamente associado ao acordeão mais precisamente ao acordeão diatónico, conhecido em Cabo Verde por **gaita**. Este facto vai influenciar uma série de aspectos musicais que caracterizam o funaná, como por exemplo, o facto de, na sua forma mais tradicional, usar apenas escalas diatónicas e não escalas cromáticas texto retirado do site: <https://sites.google.com/site/dancastradicionais123/funana> Acesso em: 22/10/2020.

A página dois e três, encontra-se um trecho intitulado de **Bibia** do romance Chiquinho escrito por Baltassar Lopes. Essa obra se configura como o marco da fase moderna da literatura cabo-verdiana, é importante apresentar que o lançamento da obra foi em 1947, porém a primeira publicação desse romance foi justamente nesse volume da revista. A obra Chiquinho é dividido em três partes: Infância, São Vicente e As águas. Esse escrito foi realizado com o intuito de valorização das características do arquipélago. Ao longo do romance observa-se a presença de referências a algumas ilhas como: São Vicente e São Nicolau. A importância de Chiquinho na literatura cabo-verdiana ocorre principalmente por causa do autor ter enfatizado a língua crioula

As páginas 4 e 7 traz o poema **Écran**, escrito por Osório de Oliveira.

Para além dessas ondas que não param nunca
 Atrás deste horizonte sempre igual,
 No extremo destes sulcos brancos sobre o mar azul
 (cinzento nos dias de ventania)
 Que as hélices deixaram, impelindo
 Os cascos inquietos dos vapores....
 (Sonhos rolando sobre um abismo de ironia:
 promessas de outro mundo mais lindo,
 -ó meus gritos interiores!...)
 há outros gritos diferentes
 Os olhos cheios de outra imagem do mundo,
 Nervos febris picados do delírio da civilização
 Que a distância do Atlântico dissolve antes de chegar;
 Há o “homem no meio da multidão”;
 Há as grandes perspectivas dos continentes
 Aonde não chega a canção evocativa do quebra- mar;
 (e há os pormenores: o comboio –aço a morder aço-
 Levando as cidades através o sossego imenso dos campos;

O avião furando vertiginosamente o espaço

Ascendendo e apagando na noite os olhos faiscantes como pirilampos; as ambições

multimilionárias

Dos reis de coisas várias

Enchendo o mundo de cartazes

Que são a beleza do século XX

E que meus olhos vorazes,

angustiosos, de pedinte

sorvem nos jornais e revistas atrasadas;

há as stars soberbas, desejas,

efêmeras como deusas de papelão

(OLIVEIRA, 1936, p.4)

Osório de Oliveira é um escritor que se caracteriza por abordar a questão da diáspora do cabo-verdiano. Pode-se focar a questão da diáspora em três fases: 1ª (1900-1920); 2ª (1927-1945); 3ª (1946-1973), a maioria do que emigram são homens. Na maioria de seus escritos esse autor apresenta a forte relação do cabo-verdianos com o mar, tendo em vista que isso norteia o cotidiano dessa população, a pesca é a principal atividade econômica. Além disso a questão marítima também se faz presente na emigração, já que muitos saem do país para trabalhar na pesca das baleias, principalmente, nos Estados Unidos.

Ao longo desse poema o autor tece observações principalmente em relação a essa questão da emigração do cabo-verdiano. Ao sair do arquipélago com inúmeros sonhos, ele acaba se deparando com outras situações, no qual o autor apresenta a visão do emigrado ao reconhecer os inúmeros defeitos do além-mar. Oliveira se preocupa em trazer um aspecto mais realista em relação a questão da imigração.

A página 8 tem o poema **Almanajarra**, escrito por Oswaldo Alcântara, nesse poema é possível observar a presença da história oral, e a importância dela no que diz respeito a passagem do conhecimento. Esse poema traz as recordações de Nhô Joca, a figura desse senhor pode-se fazer referência aos *Griot*,

(...) personagens idosas como responsáveis pela transmissão e manutenção de traços culturais autênticos estaria ligada não apenas a uma certa autoridade que possuem pelo acúmulo de experiências, mas prioritariamente por tratarem-se de personagens limiares. Seres cuja autoridade reside também na posição privilegiada em que se situam: na zona fronteira onde a vida e a morte indistintas; entre a vida visível e a invisível, situação que remete a uma visão filosófica africana do mundo pois que “estão mais próximos dos mortos e participam de sua condição” e que, por participarem dessa intimidade com o mundo invisível, a espiritualidade torna-se mais presente. Daí talvez venha a leveza, daí também a aparente fragilidade física. Numa lei de compensação, maior fragilidade física, maior potencialidade de forças vitais do universo. (NASCIMENTO, 2006, p.125)

O trecho abaixo mostra como Nhô Joca apresenta questões folclóricas, como as lendas para os mais jovens. Ao ler esse poema, Alcântara faz com que o leitor consiga imaginar a cena desse personagem passando seus conhecimentos.

Agora vos vou contar
 Uma história divertida
 Dos pescadores da terra
 Das feiticeiras do mar:
 O Boi Douro foi-se banhar
 Nas águas do mar...
 No cocuruto duma onda
 Apareceu uma moça
 Que tinha corpo de peixe
 Cabeça fina de gente
 Ela estava cantando...
 E o boi foi seguindo
 O canto da moça:
 Limpa esta estrada.

(ALCÂNTARA, 1936, p. 8)

A página 9 possui o texto intitulado de **Apontamento**, escrito por João Lopes. Esse texto gira em torno das observações do autor ao fazer uma comparação com as colonizações portuguesas e inglesas,

O fato positivo é a criação em Cabo Verde de um ambiente de grande liberdade humana, nascida desse processo sui generis absolutamente português, ao invés dos colonizadores anglo-saxônicos que sempre munidos da piedosa bíblia protestante asfixiaram moralmente o pobre negro em nome da grande civilização, apertando-o nas tenazes colouline, e não permitindo que ele se evadisse desse compartimento estanque. Por isso, enquanto o crioulo tem um sentido profundo da terra mãe (Portugal) e por ela sente irremissível apelo quando emigrante, o negro americano liberta sua esperança de desforra social nas estridências do jazz, na nostalgia dos blues ou em poemas de afirmação reivindicatória, como o de Langston Hug He- I too am

América. De um lado o equilíbrio étnico, a reciprocidade de culturas, a liberdade, mesmo dentro da miséria ambiente; do outro o pensamento permanente na hora da revanche, da libertação, da lei de Lynch. (LOPES,1936, p.9)

Uma das principais características dos claridosos era justamente essa exaltação da colonização portuguesa, ao longo desse escrito Lopes além de enaltecer essa colonização, também afirma que a mesma foi crucial na composição cultural do arquipélago e ainda afirma que a colonização inglesa não possibilitou tal ação nas suas colônias.

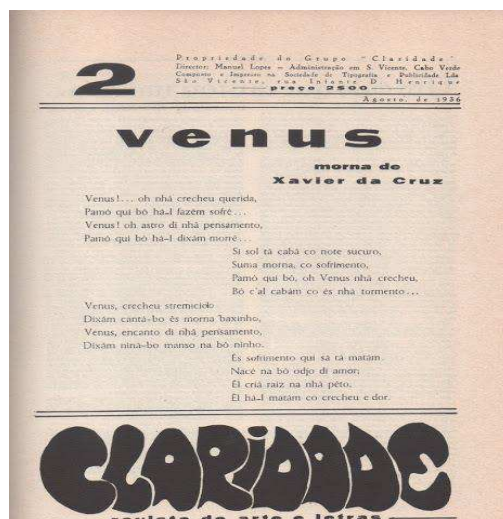
Na página dez e última desse volume aparece o poema de Jorge Barbosa, intitulado de **Poema**.

“Tem de ti e das coisas que nos rodeiam
A expressão da nossa humildade
A expressão passiva do nosso drama
Da nossa revolta
Da nossa silenciosa revolta melancólica!”

O trecho acima apresenta que os claridosos tinham consciência da situação na qual Cabo Verde se encontrava, esses intelectuais mesmo com todas suas concepções tendenciosas para com Portugal, não fecharam os olhos perante tal. Se faz necessário compreender que a característica desse movimento não foi contestação armada, e sim uma forma combativa por meio das letras. Apesar de inúmeras acusações de passividade perante o governo português, os claridosos utilizavam da literatura para contestar e principalmente fazer com que seus escritos fossem divulgados.

4.4.2 Apontamentos Literários 2º Volume

Figura 7 - Capa do 2º volume da revista Claridade.



Disponível em: <https://mindelosempre.blogspot.com/2017/11/3234-claridade-mitica-revista-de-artes.html>. Acesso em: 28/10/2020.

O segundo volume da revista *Claridade* possui um total de 10 páginas e oito obras: uma morna, duas notas, dois contos e três poemas. Na primeira página do segundo volume da revista se encontra a morna **Venus**, escrita por Xavier da Cruz. A morna é um gênero musical típico do arquipélago de Cabo Verde que nos versos se observa constantemente a retratação do cotidiano dos cabo-verdianos, além disso retratar também a relação com os irmãos do alémmar, ou seja, aqueles que emigraram, de fato a morna traz um forte amor pela terra natal. Esse texto está inscrito em crioulo. É perceptível a presença de expressões que demonstram uma certa lamentação, isso pode ser visto em palavras como: dor, sofrimento e matám. É identificável a relação de nostalgia dos cabo-verdianos que tiveram que sair do país e a relação de amor com a pátria, já que muitos afirmam que *Venus* é o planeta do amor, podemos ver no trecho: “Venus! Oh astro di nhá pensamento (...)” (CRUZ, 1936, p.1)

As páginas 2,3 e 9 retratam o conto, **Um galo que cantou na Baía**, escrito por Manuel Lopes. O conto gira em torno de alguns marinheiros de uma companhia marítima chamada de Grinalda, onde os mesmos são capturados fazendo contrabando de garrafões de grog, uma bebida alcoólica feita à base de rum, água e açúcar, ou como conhecemos aguardente. O título do conto se deve a uma morna feita por um dos personagens, o guarda Tol. “Era assim no estado de transe de Tol... que qualquer coisa tinha que sair. E saía uma morna... nessa morna ele canta: já canta galo na baía” (LOPES, 1936, p.9)

Ocorre também a apresentação de aspectos da economia cabo-verdiana, ao retratar a presença dos ingleses e de uma Companhia de Carvão, conforme retratado no trecho: “Trabalhou nos anos melhores em Companhias inglesas de carvão e atravessava as ruas todos os dias, enfarruscadas, atrás de companheiros silenciosos” (LOPES, 1936. p.2). Naquela conjuntura, a maioria da população do arquipélago não possuía ensino superior, e assim a mão de obra acabava sendo barata e explorada.

Na página quatro, traz a nota **Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil**, escrita por Osório de Oliveira. A mesma foi transcrita em Lisboa no ano de 1936, como uma forma de enaltecer as semelhanças entre Cabo Verde e Brasil, mais precisamente, o nordeste brasileiro. É possível perceber esse enaltecimento quando o autor fala que:

Os cabo-verdianos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhe forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdianos para compreender, sentir e amar a nova literatura brasileira. (OLIVEIRA, 1936, p.4)

Nesse escrito é observado a citação de algumas ilhas que compõem o arquipélago tais como: Brava, Fogo, Sant’lago (Santiago) e São Vicente. “E note-se que os habitantes de

Sant’Lago é o de menor desenvolvimento intelectual, por ser mais puramente africano, por ser menor nessa ilha a obra de miscigenação, por aí ainda influir o ‘éthos’ da África negra” (OLIVEIRA, 1936, p.4). No exposto acima identificamos a retratação do autor ao falar que a ilha de Sant’Lago (Santiago) é a ilha com menor índice intelectual, e que isso se deve ao fato de ser a ilha mais “puramente africana”, ou seja, a ilha que mais possui pessoas de cor escura, desse modo ele associa o baixo índice intelectual a tez escura. Tais afirmações acabaram por gerar inúmeras críticas aos claridosos, sobretudo, frente a necessidade que eles detinham em negar a importância das contribuições dos africanos, aqui visto como não dotados de intelecto.

Figura 8 - Mapa da ilha de Santiago



Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Santiago. Acesso em: 28/10/2020.

Atualmente ainda existe uma forte disputa entre as ilhas, particularmente, a Ilha de Santiago²³, que mais recebeu negros africanos ao longo das dinâmicas do tráfico transatlântico, e a Ilha de São Vicente, fortemente influenciada pelos portugueses. Tais disputas dizem respeito notadamente aos debates de qual seria o território mais representativo da “essência” cabo-verdiana.

Oliveira também fala da importância que as mulheres exercem em Cabo Verde, ao verificar a figura matriarcal como chefe da família, isso se deve ao processo de imigração por

²³ A ilha de Santiago ficou conhecida por ser o lugar que foi instaurada a Colônia Penal do Tarrafal(Campo do Tarrafal), essa prisão foi criada pelo Governo de Portugal, durante o período do Estado Novo, a instauração desse lugar ocorre através do Decreto-Lei n.º 26 539, de 23 de abril de 1936. Os prisioneiros que iam para esse campo eram portugueses e das colônias portuguesa em África, como exemplos; líderes políticos guineenses e angolanos. Essa prisão ficou conhecida pelas inúmeras torturas. Atualmente a antiga prisão se tornou um museu. Informações obtidas em: SILVA, Celestino Domingos Tavares. **O antigo Campo de Concentração do Tarrafal da opressão à valorização cultural**. (Dissertação defendida na Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias). Lisboa. 2018.(Disponível online)

parte dos maridos, que migravam e deixavam as mulheres. Atualmente é bastante expressiva a quantidade de famílias monoparentais no país, a presença feminina na geração de renda e controle do agregado familiar constitui uma forte característica da sociedade cabo-verdiana. O autor também faz questão de ressaltar o “alto índice intelectual”, daqueles com características menos africanas no arquipélago, isso se mostra presente no trecho abaixo,

O alto nível mental dos caboverdeanos é há muito, uma das maiores provas a excelência da colonização portuguesa e da nossa capacidade civilizadora. Mas os caboverdeanos, até há pouco, se tinham talento literário aproveitaram cantando na Itália, como Henrique de Vasconcelos, que foi um dos artistas da prosa, sem se importarem com a tragédia do seu povo e da alma de sua terra. (OLIVEIRA, 1936, p.4)

Como é perceptível nesse trecho, é recorrente a necessidade de afirmação das contribuições dos portugueses no arquipélago, visto que de acordo com os intelectuais da Claridade, Portugal havia sido uma espécie de luz para esse país. Ao contrário da visão recorrente quanto aos impactos das colonizações em África, os claridosos buscavam afirmar que a forma de colonizar dos portugueses havia sido única e benéfica. Nessa nota, ainda é possível perceber que o autor retrata algumas características do cotidiano de uma parte da população cabo-verdiana.

As páginas 5 e 10 é apresentado **Notas para o estudo da linguagem das ilhas**, escrita por Baltazar Lopes. A mesma foi uma forma de apresentação da língua nacional, o crioulo, em que o autor afirma ser “o crioulo de Cabo Verde uma linguagem nitidamente romântica, portuguesa” (LOPES, 1936, p.5). Assim, inicia expondo que alguns autores veem o crioulo como uma fusão da língua indígena e europeia, já outros, como uma forma de relação entre vencedor *versus* vencido. O crioulo se formou a partir da necessidade de comunicação entre o colonizador e colonizado. “Por um lado, o crioulo caboverdeano constitui um grupo definido e solidário nas suas subdivisões.” (LOPES, 1936, p.10).

Para os claridosos, Cabo Verde é visto como um lugar único, e o crioulo falado no país é diferente dos demais, isso seria devido ao fato dessa língua ter sido fortemente influenciado pelo português. O crioulo acaba por constituir uma língua de contração, resultante da apropriação de termos do português e das línguas faladas na costa ocidental do continente, e nos dias atuais é uma das principais formas de comunicação utilizada pela população local. Por mais que o português seja o idioma oficial, no cotidiano os cabo-verdianos falam o crioulo, que é tida como a língua nacional. Existe ainda um intenso debate com relação a aceitação do crioulo como língua, especialmente entre os linguistas que acabam por identificá-lo como “dialeto”. Vale ressaltar que no âmbito da estrutura linguística os dialetos seriam uma espécie de sub-língua,

no sentido de não deterem elementos, tais como, normas de escrita, que os pudessem fazer alcançar tal status.

No caso do crioulo cabo-verdiano, ao contrário, existem regras e formas de escrita própria, o que tem contribuído para a recusa da sua identificação enquanto “dialeto”. José Osório de Oliveira, por exemplo, afirma que o crioulo é uma língua. Também se observa nesse texto o reforço da relação com o Brasil, ao estabelecer comparações com a linguagem sertaneja, que na concepção de muitos dos claridosos possui um nível maior de dificuldade de compreensão, do que a linguagem metropolitana.

4.4.3 Apontamentos Literários 3º Volume



Disponível em:

<https://mindelosempre.blogspot.com/search/label/Revista%20Claridade%20%28capas%20e%20C3%ADndice%29>. Acesso em: 28/10/2020.

A primeira página desse volume tem o poema, como o seguinte título **Poema de quem ficou**, do autor Manuel Lopes:

Poema de quem ficou

Eu não te quero mal
 Por êste orgulho que tu trazes;
 Por este ar de triunfo iluminado
 Com que voltas...
 ...o mundo não é maior
 Que a pupila dos teus olhos:
 Tem a grandeza
 Da tua inquietação e das tuas revoltas.

...que teu irmão que ficou
 Sonhou coisas maiores ainda,
 Mais belas que aquelas que conheceste...
 Crispou as mãos à beira-do –mar
 E teve saudades estranhas, de terras estranhas,
 Com bosques, com rios de prata, montanhas de oiro-
 Que nunca viram teus olhos
 No mundo que percorreste...
 (LOPES, Manuel, 3º volume, Revista Claridade,1937, p.1)

Esse poema no qual o autor escreve se caracteriza pelo tom saudosista e melancólico. Esse escrito irá tratar de uma situação muito presente em Cabo Verde que é a emigração, segundo Santos:

Como muitos dizem em Cabo Verde, ‘a emigração é a janela alternativa à porta que Deus fechou’. Esse ditado popular cabo-verdiano, diz tudo. Um país que sempre enfrentou grave problemas da seca, a limitação do território, à insularidade e a um processo de colonização que intensificou as diferenças sociais. A emigração aparece como a única saída para suprir as necessidades básicas dos crioulos. (SANTOS,2014, p.16)

Nesse texto é apresentado a fala de dois irmãos, um que imigra e outra que fica em Cabo Verde. No trecho: “**...o mundo não é maior que a pupila dos teus olhos: Tem a grandeza Da tua inquietação e das tuas revoltas.** ”, percebe-se que o irmão que emigrou volta arrogante e o seu irmão que ficou dá-lhe um conselho, demonstrando que o mundo assim como seus olhos também são grandes, desse modo ele quer mostrar para o irmão que ele não é melhor por que viajou para outros lugares. Ao fazer uma análise sobre a arrogância do irmão que imigra, pode-se perceber que esse sentimento seja devido a ele ser o possível provedor de sua família que ficou em Cabo Verde, pois na maioria das situações os parentes que imigram passam a ser os provedores das famílias que ficaram, para além disso, a economia cabo-verdiana também se mantém em grande parte pela remessa econômica enviada pelos imigrantes, isso fica evidente na afirmação de Santos:

Remessas dos trabalhadores emigrados, em termos gerais, podem ser definidas como o envio de recursos pelos emigrantes aos países de origem. No caso de Cabo Verde as remessas dos emigrantes têm um impacto de extrema importância para a economia nacional. As remessas de emigrante têm diminuído significativamente a redução da pobreza das famílias que ficam, devido ao fenômeno de envio do dinheiro. O recurso recebido na terra (Cabo Verde) dos que partem contribui para aumentar a estabilidade das famílias e a riqueza do país, que podem ser econômica, social, cultural e de conhecimento. (SANTOS,2014, p.17)

Já no trecho: **“...que teu irmão que ficou sonhou coisas maiores ainda, mais belas que aquelas que conhecestes...”**, demonstra que o irmão que ficou não era acomodado, ele também tinha sonhos, mas por obstáculos da vida (algumas hipóteses: dificuldade financeira, doença e compromisso familiar) não pode conhecer o mundo para além do seu país. Ao fim ele afirma que sente saudades daquilo que nunca viveu, **“E teve saudades estranhas, de terra estranhas, com bosques, com rios de prata, montanhas de ouro- Que nunca viram teus olhos No mundo que percorreste...”**.

Nas páginas dois, três e sete está presente o capítulo **Infância** do romance Chiquinho de autoria de Baltazar Lopes. O conto Chiquinho se preocupa em apresentar o ser cabo-verdiano, como sendo de acordo com Alfama:

Homem bilíngue porque se expressa em duas línguas: o crioulo, a sua língua de berço e de comunicação no quotidiano, e o português herdado do colonizador que é sua língua oficial. Homem destemido e resignado, porque marcado pelas agruras do destino. Um destino condicionado pelas terras secas e inóspitas. Pelas raras chuvas. Pelo abandono à vontade da sorte, da seca e da fome. Pela dicotomia entre terra e mar. Pelo complexo dilema de querer ficar e ter de partir ou ter de partir e querer ficar. (ALFAMA,1998, p.247).

A obra Chiquinho perpassa segundo Alfama:

O tempo do romance situa-se entre partida do pai Chiquinho para América e a partida deste para o mesmo destino longe. Tempo suficiente para, numa articulação ‘passado/futuro’, Chiquinho completar a transição do espaço da infância e a adolescência para o da estranha realidade dos adultos (ALFAMA,1998, p.249).

Este capítulo irá apresentar a ida de Chiquinho e seu tio a um casamento na Ribeira da Prata²⁴, esse lugar de acordo com o Chiquinho era um local místico, com presença de feiticeiras, e isso dava-lhe medo, esse sentimento fica claro no seguinte trecho **“Ribeira da Prata! Este nome era dentro do meu coração como que um presságio aziago. Era um grito em noite escura que eu sentia quando evocava os casos que na ilha contavam daquela ribeira povoada de feiticeiras ”** (LOPES,3º volume Revista Claridade.1937.p.2). Já o seu tio era cético perante as crenças desse lugar, **“quando disse que tinha medo de ir, meu tio garantiu-me que eram tudo história”** (LOPES,3º volume Revista Claridade.1937.p.2). Ao longo do conto percebe a dualidade dos personagens principais desse capítulo, Chiquinho uma criança fantasiosa e seu tio um homem mais velho, descrente.

Ao chegar em Ribeira da Prata Chiquinho fica deslumbrado com a aldeia, **“Ribeira da Prata! Não esqueço o seu encanto penetrante que vem não se sabe de onde”** (LOPES,3º

²⁴ Aldeia que fica na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde.

volume Revista Claridade.1937.p.2).Posteriormente a chegada de Chiquinho da vila Ribeira da Prata, ele é chamado por sua vizinha Nhá Tudinha para que ele lesse uma carta enviada a ela da América de seu irmão Antônio João Duarte, na carta estava escrito que “ **Tudinha triste novidade que eu tenho para você é teu filho Manuel que faleceu dia 3 de novembro derivado de uma máquina que pegou ele e matou na fábrica**” (LOPES,3º volume Revista Claridade.1937.p.2). No trecho:

Dois velhos sentados um canto, abanavam reprovativamente a cabeça. Não valia a pena ter ido tão longe para ser morto pela máquina. Antes o falecido tivesse ficado em São Nicolau. Talvez chegasse velho, no meio da pobreza dos outros, a cama de finca-pé e o chão de barro batido não o matariam como a máquina (LOPES, 3º volume Revista Claridade,1937, 1937, p.2).

Os dois trechos apresentam problemáticas sociais bastante presente em Cabo Verde, são eles: a escassez de alimentos que conseqüentemente desencadeiam a fome, a pobreza, a necessidade de melhores condições de vida, que gera a imigração, nessa última se tem imigrantes cabo-verdianos sujeitos a péssimas condições de trabalho. Os que imigram acabam conseguindo melhores condições de vida do que aqueles que permanecem no país isso fica evidente no trecho,

O velho -Totone Menga Menga que disse...-eu tive quatro filhos e duas fêmeas. Carrinho está na américa e vivo debaixo dele, os outros não podem levantar a cabeça da enxada, carregados de filho que estão, porque serão tão diferentes? O retrato mostra Carrinho um rapaz estilado, bem vestido e os outros nem gaze têm no corpo (LOPES,3º volume Revista Claridade.1937. p.3).

Outra característica da sociedade cabo-verdiana é atividade agricultora, desse modo “diversificar a produção, acrescentando nas lavras legumes e frutas, isso proporcionaria aos camponeses o acesso a uma dieta mais rica e diversificada” (TÓMAS,2007, p.93). Isso fica claro no trecho “**vivíamos todos na esperança das as-águas. Depois das colheitas limpavam-se as hortas de palhas de milho e dos feijoeiros já secos. Em alguns lugares mais frescos invernavam as aboboreiras** ” (LOPES,3º volume Revista Claridade.1937.p.3).

A maioria das terras são compradas com dinheiro das pescarias principalmente de homens pescadores que imigram e na maioria dos casos muitos não retornam seja por morte, ou por que construíram outra família, assim as famílias passam a ser matriarcais já que os homens imigram e as mulheres se tornam as chefas da casa. Isso fica evidente na passagem “**ele nunca me deixou faltar nada. Pena ter morrido tão novo, sem gozar diretamente o seu trabalho**” (LOPES,3º volume Revista Claridade.1937.p.3).

Outro ponto que merece destaque é o papel feminino na sociedade cabo-verdiana, como já foi exposto, os homens imigram e muitas das vezes não retornam, assim as famílias passam a ser chefiadas por mulheres, além disso elas foram de suma importância para na participação da luta pela independência e da emancipação de Cabo Verde, isso pode ser demonstrado na afirmação de Gomes,

A emigração, fenômeno que tem afetado preponderantemente a população masculina em muito contribui como determinante deste percentual. Sendo a base econômica de Cabo Verde eminentemente agrícola, torna-se fácil concluir da importância da mão de obra feminina nos campos. E mais. Ressaltamos o papel preponderantemente da mulher na construção, nas lutas de libertação e na emancipação do país. (GOMES,2008, p.161)

Chiquinho tinha como figura de herói o seu avô, ele fora um pescador de baleia que morreu em um navio na América, **“Gostaria de ser como ele, sair a conhecer mares na pesca de baleias”** (LOPES, Baltazar.3º volume Revista Claridade,1937.p.3). Ao longo desse trecho percebe-se a influência do mar na vida de Chiquinho, como afirma Alfama:

Os personagens ligados ao mar, de uma forma ou de outra, são os que venceram. Dentre eles está o companheiro de infância de Chiquinho, Tói Mulato, desde cedo, destinado a ser marinheiro. Por isso, é a ‘personificação de uma espécie de pureza cabo-verdiana, daquilo que Manuel Lopes qualifica de espiritualismo puro ou de wanderlust e que também afecta o próprio Chiquinho ao embarcar para a América. (ALFAMA,1998, p.252)

Ao longo do texto também se faz presente aspectos religiosos principalmente de crenças populares como os curandeiros, **“chegaram várias pessoas, a todas Totone deu conselhos, indicou remédios, deu sua benção. Dizia coisas numa língua que eu não entendia”** (LOPES,3º volume Revista Claridade,1937, p.7).

Ao fim podemos concluir que Chiquinho lembra em muitos aspectos o sertanejo nordestino e pode se fazer uma referência de acordo com Alfama (1998), a obra de José Lins do Rego, O Menino do Engenho.

Na página quatro está presente o poema **O sentido Heróico do Mar**, do autor Artur Augusto²⁵. Esse poema de início irá apresentar sobre aqueles que vivem em contado com o mar principalmente os pescadores e marinheiros, o autor se preocupada em mostrar que ambos têm suas particularidades, isso fica evidente no trecho: **“A paisagem, mais do que nenhum outro fator, molda na alma dos povos os seus defeitos e virtudes –as suas qualidades: vincando-**

²⁵ Foi advogado, escritor e jornalista cabo-verdiano. Nasceu em Cabo Verde em 14 de outubro de 1914 e faleceu em Guiné-Bissau em 14 de julho de 1983. Dividiu sua vida entre Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal. Como escritor teve sua obra **Sensuais** censurada pela PIDE. A sua principal obra foi A Grande Aventura (1941). Era defensor dos presos políticos perseguidos pela PIDE.

se tão profundamente, que embora afastados pelo tempo e pela distância, os homens que algum dia nasceram sob o mesmo céu, mantêm suas particularidades comuns ” (AUGUSTO,3º volume Revista Claridade,1937, p.4).

O autor Artur Augusto já faz parte da chamada vertente “inquietação marítima”. De acordo com Mariano: “Digo inquietação marítima para significar uma poesia motivada pela insularidade²⁶ geográfica, ou, mais, rigorosamente, pelas revelações que, nessa poesia, se estabelecem entre o homem caboverdiano e o mar” (MARIANO,2010, p.254).

Para Augusto cabe aos poetas desvendarem através das letras a alma humana, de acordo com ele o espírito só é compreendido por aqueles mais sensíveis, no caso os poetas,

Ora todo homem que vive em contacto diário com o mar, é essencialmente contemplativo: o mistério do infinito perturbado, a grandeza do que o cerca subjugado. Mas como ia escrevendo, são os poetas quem melhor compreende, ou antes, em quem melhor se compreende, aquele sentido de comunhão, são eles que, como sismógrafos, registram os vagos e indefinidos mistérios da alma. (AUGUSTO,3º volume Revista Claridade,1937, p.4).

Ao longo do texto Augusto faz referência a outros autores cabo-verdianos como Jorge Barbosa, **“Jorge Barbosa em seu último livro “Arquipélago” constata a influência do mar”**. (AUGUSTO.3º volume Revista Claridade,1937.p.4). Cita também Manuel Lopes, **“há as grandes perspectivas dos continentes aonde não chega a canção evocativa do quebramar (Manuel Lopes in “Claridade”nº1)”** (AUGUSTO, 3º volume Revista Claridade,1937. p.4). Outro autor a qual Augusto se refere é Antônio Pedro, **“Antônio Pedro talvez com um sentido mais superficial não refletindo nitidamente o sentir atlântico”** (AUGUSTO, Artur.3º volume Revista Claridade,1937.p.4).Ao fim o autor cita Teixeira de Pascoais, **“Teixeira de Pascoais, poeta que só compreende a grandeza das montanhas”** (AUGUSTO,3º volume Revista Claridade.1937.p.4), ao citar Pascoais, Augusto tece uma crítica a ele afirmando que o mesmo é superficial em suas reflexões, e por último o autor cita Eugenio Tavares **“Eugênio Tavares por ventura um dos maiores líricos de Cabo Verde tem produzido, é um espontâneo, a sua ideia clara e seus pensamentos firmes”** (AUGUSTO,3º volume Revista Claridade,1937.p.4). É importante frisar que todos esses autores partem da visão do mar não apenas como algo da natureza, mas sim como uma força que está presente em sua alma, segundo Mariano:

²⁶ Insularidade, significa todas as características de uma ilha.

Eis aí: o mar não é apenas uma presença; o mar não é algo que acresça ao homem, ou que esteja fora dele. O mar está no homem: está na ‘alma’, está no corpo. E não de modo passivo. O mar é movimento. Impregna e espraia-se no canto da morna, explode nas coxas ágeis das mulheres; preenche os sonhos e as inquietações. Em suma: o mar está em tudo e em todos. (MARIANO,2010, p.254)

No último trecho do poema o autor fala que **“nesta época de grave crise para as letras portuguesas, eu tenho a maior fé nos destinos da nova geração de artistas que vejo surgir nesse Arquipélago”**(AUGUSTO,3º volume Revista Claridade, 1937.p.4), quando o autor fala de “grave crise para as letras” ele se refere a censura exercida pela PIDE, e ao falar de “nova geração de artistas” ele está se referindo a geração literária da Claridade.

Na página cinco está presente o poema intitulado de **Poema**, de autoria de Jorge Barbosa, esse autor se caracteriza por escrever em sua maioria temas relacionados a: amor platônico e amor não correspondido.

POEMA

Onde para
 A que morava do outro lado da cidade,
 Acolá no alto de onde se via o mar
 Que haverá
 Acontecido a menina tringueira que lia romances
 À tarde, assentada à porta de casa?
 Eu passava por lá
 Para vê-la
 Mas ela
 Não levantava os olhos do livro que tinha na mão
 Ou se levantava
 Ao voltar uma folha
 Era apenas
 Para olhar de soslaio
 O panorama marítimo da baia.
 Que é feito daquela a quem eu fiz
 Os meus sonetos românticos
 Os meus sonetos bem medidos
 Com as rimas melhores que escolhia

No Dicionário de Rimas
 E depois copiava no meu caderno de capa de cartão vermelho?
 Que é feito do seu destino
 E da juventude o seu corpo?
 Que é feito da menina que lia romances?
 Talvez na Argentina...
 Talvez em Bissau...
 Talvez em Dakar...
 Que é feito dela?
 E do meu caderno de capa vermelha?
 (BARBOSA, 3º volume Revista Claridade, 1937. p.5)

Esse poema ira falar acerca de um amor não correspondido. A mulher a qual o eu lírico está apaixonado não nutre os mesmos sentimentos para com ele, sua paixão é outra, a obra em verso, ou seja, os poemas, no qual se fazem presente nos livros que ela ler.

Na página seis está o texto **Apontamento**, do autor João Lopes²⁷. O texto irá falar acerca da falta que os cabo-verdianos tem com a violência e crimes passionais. O autor realiza uma investigação acerca dessa atribuição de insuficiência do cabo-verdiano. Para começar ele utiliza os argumentos do cabo-verdiano Dr. Mário Alfama Ferro²⁸,

O aspecto agreste destas ilhas, vistas do mar, deixa no espirito do forasteiro a impressão de uma hipotética rudeza de alma dos seus habitantes. Continuando o seu estudo afirma que o caboverdeano chega a mostrar uma certa apatia- causa inibitória de por vezes necessárias, afirmações reactivas, tudo pelo conformismo excessivo, que caracteriza o nosso povo, perante as imposições da adversidade (LOPES, 3º volume Revista Claridade, 1937, p.6).

De acordo com Dr. Mário Ferro o local no qual o cabo-verdiano habita o faz ser apático e conformado excessivamente. Ferro afirma que nem mesmo os retornados influenciaram a criminalidade em Cabo Verde, isso fica evidente no trecho **“Cita finalmente o caso curioso desde sempre ter havido grande corrente emigratória para os Estados Unidos, pátria de crimes organizados e de gangsters, sem que o crioulo haja sofrido a mais**

²⁷ Nasceu em 1984 em Ribeira Brava (São Nicolau, Cabo Verde) e morreu em 1979 em Lisboa, Portugal. Foi diretor e colaborador da revista Claridade. Era um intelectual autodidata de formação humanística.

²⁸ Em 1934 apresentou o trabalho com o seguinte título A criminalidade em Cabo Verde e sua repressão, no 1º Congresso Nacional de Antropologia e Etnologia.

pequena influência daquele meio no tocante à criminalidade ” (LOPES,3ºvolume Revista Claridade,1937. p.6).

De acordo com Lopes “em situações em que outro povo teria uma atitude reactiva, o caboverdeano abstém-se. Essa abstenção chama-se resignação” (LOPES,3ºvolume Revista Claridade,1937. p.6). O autor também afirma que em algumas situações principalmente a causas da própria função humana (fome, miséria, doenças e torturas) o caboverdeano se mostra violento,

Foram movimentos de grandes massas que pela excitação produzida, medo, tiveram sempre grande influência na superexcitação de funções genéticas deformando o material humano. A ajuntar a estas perturbações, temos factores de várias espécies, nomeadamente as secas de 1774,1830-33,1863-64,1932-42. Além disso, moléstias quasi epidêmicas, desordens alimentares, a falta de necessários cuidados profiláticos e a deficiência assistência médica, sem falar nos depauperamentos orgânicos, motivado por jejuns forçados (LOPES, 3ºvolume Revista Claridade,1937, p.6).

O autor ao longo do texto analisa os factores pelo qual o cabo-verdiano recebe a atribuição de passividade. Ele analisa factores como: hereditariedade, o meio, a genética, eugenia e miscigenação. Lopes afirma que:

O crime está intimamente ligado aos complexos orgânicos, sociais biopsicológicos. Na formação da idiosincrasia crioula, actuaram não só influências genotípicas pela hereditariedade, como também as resultantes do meio ambiente. Elas determinaram no caboverdeano uma incapacidade reactiva perante o crime, muitas vezes necessário, como poderá Durkheim (LOPES, 3ºvolume Revista Claridade, 1937, p.6).

O autor tece uma comparação ente os judeus alemães e os cabo-verdianos, os primeiros mesmo sendo perseguidos ainda conservaram sua cultura, já os segundos mesmo imigrando ainda mantem a nostalgia e a preservação de certos costumes da sua terra natal.

Ao fim do texto o autor afirma que a miscigenação facilitou a inversão do cabo-verdiano, “a prolongada miscigenação de cinco séculos obliterou o vigor das camadas invertidas na colonização” (LOPES,3ºvolume Revista Claridade, 1937.p.6). A mestiçagem é um factor muito exaltado em Cabo Verde, já que os cabo-verdianos não ver isso como algo degradante, como na maioria das vezes o factor raça mestiça é considerada como tal.

No caso cabo-verdiano segundo Almada “a miscigenação surge, pois como um factor necessário e determinado pelas circunstâncias e condições concreta da ocupação e vivencia nas ilhas” (ALMADA,1998,p.58).Ao fim da texto Lopes afirma que os que tem a tez mais escura são mais violentos que os demais, ao afirmar isso o autor cita a ilha de Santiago, afirmando que lá “se conservou o mais puro ethos africano, sempre houve a necessidade de libertação manifestadas nas diversas revoltas ” (LOPES,3ºvolume Revista Claridade,1937, p.6).

Ao fazer esse comentário Lopes passa ao leitor que ele associa o caráter violento a cor da pele. Esse texto se preocupa em apresentar como o cabo-verdiano se intitula como uma civilização única e particular, isso pode ser evidenciado a partir da visão de Almada,

A Babel em que as mesmas se transformaram após sua ocupação por pessoa de origem linguística, étnica, antropológica e social diversa gerou a Crioulidade, como harmonização e síntese de culturas e tradições ,produzindo uma nova sociedade dir-se-ia uma nova civilização- eminente e essencialmente compósita, portadora de uma identidade própria, com sua maneira de ser e de estar, mas, onde se encontram traços e característica tipicamente africanos, ao lado de outros marcadamente europeu (ALMADA,1998, p.59).

A particularidade do cabo-verdiano surge da mestiçagem e os próprios afirmam que nesse país não tem africanos e sim uma civilização Crioula.

Na página oito está presente o poema **Nocturno** do autor Osvaldo Alcântara, segundo Figuerido:

‘Nocturno’ dá-nos sob a característica de um lirismo dramático de circunstância, a captação do quotidiano através de uma curiosíssima subjectivação da experiência pessoal do poeta. O tecido do poema age apenas como suporte da comunicação da experiência; intimamente do seu tempo interior, o seu desenvolvimento, caminha no sentido profundo de um acto, a superação de um momento lírico (FIGUEREIDO,2010, p.362).

Nocturno

Arcadas soluçantes no lirismo ingênuo da serenata;

Passos nas vielas nostálgicas da vila antiga ao luar.

Romantismo de moças as janelas

Na ansiedade amorosa ao luar.

A noite vai perdendo o peso;

Os fios do luar dobram

Um vestido branco

Para Nossa Senhora.

Os coqueiros velam esgaladamente

A ansiedade do mar na boca ribeira...

Na casa de colmo a Pobreza nina

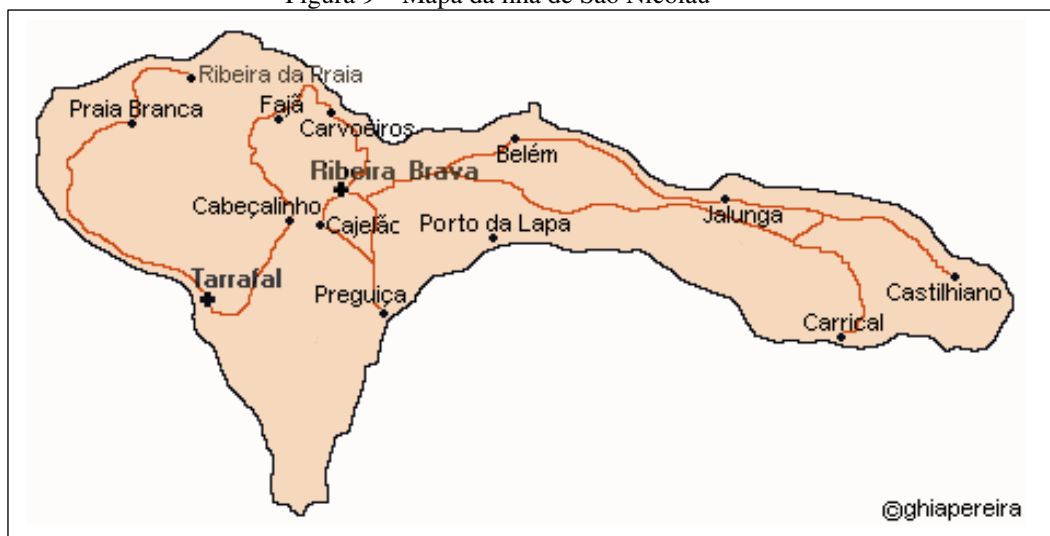
O sono dos filhos dos trabalhadores,
Que sonham com a varinha de condão
Que lhes deu sua madrinha Mãe da Lua.
O busto do Dr. Júlio advinha pensativamente
As rezas adormecidas na Igreja da Sé.
Nas encruzilhadas paradas
Há suspeitas de fantasmas
Que passeiam esbranquiçadamente
Entre as sombras das casas
...lobisomens andam a chupar
O sangue das crianças...
Os gongons piam da rocha a presença nocturno do medo...
A serenata calou-se
Mas há gritos diluídos
No lago transparente do silencio
As montanhas em volta, postadas em tutela
Dormem largamente o sono sereno dos gigantes
(Há sonhos antigos nas vielas
Que cavalgam no luar
E se evadiram do tempo).
Os coqueiros engoliram
A mancha subalterna da vegetação.
Opacidade de sombra comem
Os fantasmas adormecidos casarios.

A noite já não tem peso
 O mundo acabou
 Os grilos cantam metalicamente
 As exéquias do mundo que acabou...
 Aquela moça cansada de esperar, fechou a janela
 E foi continuar a sua teia diária de sonhos
 Enquanto cá fora o luar envolve de grinalda branca
 E flores de laranjeiras os sonhos nupciais de outras moças.

(ALCÂNTARA, 3º volume Revista Claridade, 1937, p.8)

O texto irá falar acerca do ponto de vista do autor perante a vida noturna. O autor irá apresenta como ele observa a noite na ilha de São Nicolau em Cabo Verde. Ao longo do poema o autor apresenta elementos presente na ilha, como exemplo: a ave marinha gongon, a Igreja da Sé, que é a igreja matriz de São Nicolau, e o busto do Dr. Júlio, que fica localizado em Ribeira Brava. Esse autor se caracteriza como afirma Figueiredo (2010), como tendo uma narrativa lírica circunstancial, uso de versos livres, a necessidade de aprofundamento do cotidiano cabo-verdiano e a utilização de versos longos e demorados alternados como versos curtos e sintéticos.

Figura 9 – Mapa da ilha de São Nicolau



Disponível em: <http://topicos123.com/ILHA-DE-SAN-NICOLAU.HTML>. Acesso em: 28/10/2020.

No trecho, **“Na casa de colmo a Pobreza nina”**, a palavra **Pobreza** é a única no meio do texto que está em maiúsculo, desse modo pode-se interpretar que o autor que chamar atenção para essa problemática que assola o arquipélago de Cabo Verde.

O autor também traz alguns aspetos religiosos da religião cristã católica como, citar Nossa Senhora e a Igreja da Sé. Além desses elementos cristãos o autor também traz referencias metafóricas místicas como no trecho, **“...lobisomens andam a chupar.”** O autor apresentar também o tom romântico da noite, como as moças na janela a espera de uma serenata.

As páginas nove e dez está presente a nota **Tomadas de vistas**, escrita por Manuel Lopes. O autor divide a nota em tópicos são eles: Elementos subsidiários, Catapulta, Dois escritores nossos amigos, Aspectos, Parêntesis, Genealogia, Plasticidade e Inquietação, Alegre ou triste o caboverdeano?

De início no tópico Elementos Subsidiários, o autor irá enaltecer a ilha de São Vicente, **“São Vicente é suficientemente particular pela exuberância e pluralidade de elementos subsidiários mais preciosos e que dispõe e são os próprios caboverdeanos vindos de todos os lados do arquipélago, portadores de todos os defeitos e qualidades da raça.”** (LOPES, 3º volume da Revista Claridade. 1937.p.9). A exaltação da ilha de São Vicente pode-se supor que é devido a Revista ter sido criada e mantida nessa ilha. Ao fim desse trecho ele enfatiza os “defeitos e as qualidades da raça” o autor está se referindo as características da raça miscigenada, a qual os claridosos tanto enfatizavam.

Figura 10 - Mapa da ilha de São Vicente



Posteriormente o autor irá citar Osório de Oliveira e Augusto Cassimiro, ao se referir a Osório, o autor afirma que “ **foi ele o primeiro talvez a compreender as afinidades entre Brazil e Cabo Verde**” (LOPES, Manuel.3º volume da Revista Claridade, 193, p.9). O autor faz questão de fazer referência ao Brasil ressaltando que ambos os países possuem afinidades, “**quero dizer aos brasileiros que escutaram estas palavras, que em Cabo Verde existe um grupo de poetas e prosadores que só por si justifica toda a simpatia por aquelas ilhas perdidas do Atlântico**” (LOPES.3º volume da Revista Claridade.1937.p.9). Os claridosos afirmavam que além de terem uma afinidade com o Brasil eles também tinham uma gratidão, principalmente em relação a literatura, mais precisamente o modernismo brasileiro, isso fica evidente segundo Gomes,

Ao assumir afinidades com o Brasil e sua cultura mestiça e autônoma, os escritores claridosos-em processo de emergência da consciência cultural e nacional, como os irmãos africanos de Angola, Moçambique São Tomé e Guiné-Bissau-evidenciaram sua determinação em refletir-se em (e por meio de) outros espelhos, mais próximos porque detentores de um itinerário histórico igualmente colonizado (GOMES,2008, p.112).

O autor também toca em uma questão recorrente em relação aos cabo-verdianos, que é a denominação de apatia desses povos, o autor ressaltar que esses povos são lutadores,

Esses deliciosos logares, repito, existem em quase todo o mundo. Em Cabo Verde não. Nenhum deus especial vela, não corrige, por exemplo, estas coisas estupendas: o excesso varável dos ventos, a variável espécies das chuvas a mais ironias da sua condição física. A luta entre o caboverdeano e a natureza é heroica. (LOPES,3º volume da Revista Claridade,1937. p.9)

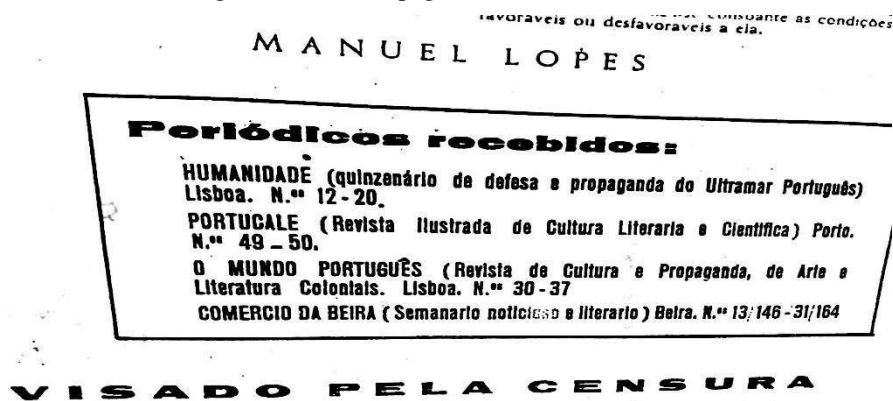
Nesse trecho pode-se fazer um comparativo entre Cabo Verde e o sertão nordestino, assim como o cabo-verdiano o sertanejo nordestino é um lutador em meios as adversidades da natureza, assim o autor apresenta o cabo-verdianos com um herói, um sobrevivente e não um apático. Como afirma Spínola, “ Cabo Verde é um caso típico da capacidade de resistência e adaptação do Homem” (SPÍNOLA, 1998.p.53).

Nas partes finais do texto o autor apresenta que homem é regido sobre o meio no qual ele interage e que o meio interfere nas condições físicas e morais de cada indivíduo. No tópico **Plasticidade e Inquietação** o autor afirma que as deficiências econômicas crioulas se devem principalmente a ancestralidade e a solução é a imigração. O cabo-verdiano observa na migração uma forma mais rápida e pratica de melhores condições de vida, a imigração mesmo sendo prática, ela também inquieta, o cabo-verdiano ao imigrar sente medo, porém é mais rentável sair do país do que ficar.

Ao fim do texto no tópicos Alegre ou Triste, o caboverdeano? O autor irá realizar uma análise acerca da personalidade do cabo-verdiano. De início ela apresenta o gênero musical local, a morna, ela se caracteriza por ser melancólica, ao falar acerca desse gênero musical ele cita o autor baiano Jorge Amado. Lopes chega a conclusão da personalidade do cabo-verdiano, sua consideração é pautada na teoria de Schopenhauer que afirma que a dor é positiva, para Lopes **“a tristeza é o aspecto da alma crioula.”**, ao fazer essa afirmativa o autor deixa claro que a tristeza motiva o cabo-verdiano a querer sair de sua condição e ir em buscar de melhores condições de vida, a tristeza é a força desse povo.

Na última página dos escritos de Manuel Lopes desse (3º) e do volume anterior (2º) está escrito a frase: **Visado pela Censura.**

Figura 11 - Última página do 3º volume da revista Claridade



Fonte: fotografada pela própria autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como foco perceber a importância dos impactos das produções dos intelectuais da Claridade no processo de construção da identidade em Cabo Verde. Desse modo buscou-se compreender qual a forma que os claridosos influenciaram a ideia de similaridade entre Cabo Verde e Brasil, e perceber de que maneira se criou um ideal de caboverdianidade no contexto independentista.

Ao longo das leituras e discursões foi possível entender que os claridosos buscavam por meio de produções literárias um ideal de nacionalidade cabo-verdiano. Esse movimento possuiu algumas dualidades. A primeira seria a respeito da relação ao âmbito literário. Os claridosos enalteciam Portugal, e se inspiraram no movimento modernista brasileiro, porém no

modernismo brasileiro observa-se a vontade de romper com a cultura portuguesa e criar um ideal de nacionalidade puramente brasileiro, entretanto, no movimento Claridade, o que se observa é que esses intelectuais não queriam romper com Portugal, pelo contrário eles acreditavam que essa nação havia exercido uma forte influência intelectual no país, contribuindo para a cultura cabo-verdiana.

Não obstante, também existe uma outra vertente, a que discorda dos claridosos no que diz respeito a essa forma de enaltecimento Portugal, no tocante ao ideal de nacionalidade. Essa linha política afirma que para se construir uma nacionalidade é necessário romper com a antiga nação colonizadora que no caso é Portugal.

É necessário elencar uma observação no que se refere a visível influência do modernismo brasileiro. Algo que merece atenção é, desconstruir a ideia de que o movimento Claridade foi uma réplica do movimento modernista brasileiro, na realidade esse movimento se constituiu como o estopim de um anseio que por muito tempo era latente entre os intelectuais daquele país.

Também se torna necessário apresentar que os claridosos não eram passivos e inertes perante a colonização. Como já foi exposto várias são as formas de combate, sendo assim esses intelectuais utilizam-se da literatura para isso. Esse ponto se torna importante, justamente para compreender esse movimento no contexto no qual estava inserido. De fato, esses intelectuais não foram apenas estudiosos literários, eles influenciaram diretamente a política e a construção da identidade nacional. Assim, deve-se observar como a literatura detém de interferências diretas no campo político e ideológico.

No decorrer das leituras e observações dos volumes, percebe-se a retratação do cotidiano de Cabo Verde, como: a sua influência portuguesa, presença de aspectos culturais, tais como, gêneros musicais e bebidas típicas do país, a forte presença da língua materna, o crioulo, e a diáspora cabo-verdiana.

Por fim, considera-se afirmando que este trabalho tem muito a contribuir no sentido de uma melhor compreensão, da histórica relação estabelecida entre Brasil e Cabo Verde. Espera-se que este trabalho consiga retratar as contribuições do Movimento Literário da Claridade para a sociedade cabo-verdiana e demonstrar também para os brasileiros a importância desse movimento, assim como importância no processo de constituição de um ideal de nação pós-independência.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. **O MOVIMENTO MODERNISTA BRASILEIRO — 1922—1945 CARÁTER LITERÁRIO, ECONÔMICO E POLÍTICO**. Cerrados, Brasília, nº 4, 1995.p.44-60(Disponível online)

ANDRADE, Oswald. **Obras completas. V.VII. Poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: luta de definição de identidade nacional**. Praia: INPC, 2002.

APPIAH, Kwane A. **Na casa de meu pai-a África na Filosofia da Cultura** . Rio de Janeiro:Contraponto,1997.

AUGEL, Moema Parente. **A Nova Literatura da Guiné Bissau**. Republica da Guiné Bissau: KEBUR,1998.

ATO COLONIAL 1930 IN ARTIGOS DE APOIO INFOPÉDIA [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: [_https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$ato-colonial-1930](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$ato-colonial-1930): Acesso em: 08/06/2019.

BETTENCOURT, Fátima (Org.). Claridade a palavra dos outros. In: FIGUEIREDO, Jaime de. **Ensaio de Interpretação do “Nocturno” de Osvaldo Alcântara**. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro: Praia,2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. **“Manipulação”**, Dicionário de Política, vol. 2, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000, p.727-734.

BURKE, Peter. **A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FERREIRA, Manuel. (Org.) **“O fulgor e a esperança de uma nova idade”**, Prefácio. In. Claridade, Revista de Arte e Letras. 2. ed. Lisboa, ALAC, 1986, p. LXV.

FRAGA, Rosidelma Pereira, **Tradição e inovação no romance de 30: uma perspectiva dialógica em A Bagaceira, de José Américo de Almeida**. Revista AVEPALAVRA- ed.12-2º Semestre 2011. (Disponível online)

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. [1933]. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. **Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação**. Recife: É Realizações, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos emblemas e sinais: história e morfologia**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.147-181.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo-Verde: literatura em chão de cultura**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

. _____. **Cabo Verde e Brasil: um amor pleno e correspondido**. In: **Revista de pós-graduação em Língua Portuguesa**, nº 9, 2008. Disponível em: <<http://www.omarrare.uerj.br/numero9/pdfs/simone.pdf>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura**. São Paulo: Contexto, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo; Fundação de apoio á Universidade de São Paulo; Ed.34,1999.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os filhos da terra do sol: formação do Estado-nação em Cabo Verde**: São Paulo: Summus, 2002.

INE CV. **População e Censo** . Disponível em: <http://ine.cv/populacao-e-censo/> . Acesso em 5 de junho de 2019.

JOFILLY, Mariana “**O aparato repressivo da arquitetura ao desmantelamento**”. In: AARÃO, Daniel; RIDENI Marcelo; PATTO, Rodrigo (Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.93-101.

LANGER, Johnni. **Civilizações Perdidas no Continente Negro: o imaginário arqueológico sobre a África**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó Campus de Caicó. V. 07. N. 14, pp.53-72. fev./mar. de 2005 – Semestral ISSN -1518-3394. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em: 20/09/2020.

LEVI, Giovanni. “**Sobre a micro-história**”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. p. 133-162. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

MADEIRA, João Paulo. **O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde**. Revista Científica Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 06 – Ano III – 10/2014 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424 Disponível em: www.ufvjm.edu.br/vozes.

M’BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**, Tomo II (do século XIX aos dias atuais). Salvador: EDUFBA, 2011. p.629-710.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Org.) Simpósio Internacional sobre Cultura e Literatura Cabo-verdianas-Actas (Mindelo,23-27.II.1986). In: HAMILTON, Russel G. **Claridade:** entre a originalidade regional e a identidade nacional. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia,2010.

_____. Simpósio Internacional sobre Cultura e Literatura Cabo-verdianas-Actas (Mindelo,23-27.II.1986). In: MARIANO, Gabriel. **Oswaldo Alcântara - o caçador de heranças.** Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2010.

MEDINA, João. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. In: **Revista USP**, nº 45, 2000. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30108>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

MORENO, Jean Carlos. **Revisitando o conceito de identidade nacional.** In: Identidades brasileiras: composições e recomposições / organização Cristina Carneiro Rodrigues, Tania Regina de Luca, Valéria Guimarães. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MUNIZ, Luciano Borges. **O Mundo Ibérico e as origens das relações com a África Negra:** a expansão ultramarina portuguesa. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018 – ISSN 2237-8871.p.39-53. (Disponível online)

NASCIMENTO, Evando. **A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro:** atualização cultural e “primitivismo” artístico. Gragoatá, Niterói, n. 39, 2. p. 376-391, sem. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Evando. **A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro:** atualização cultural e “primitivismo” artístico. Gragoatá, Niterói, n. 39, 2. p. 376-391, sem. 2015.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feitio de viver:** memórias de descendentes de escravos. Londrina: Eduel, 2006.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Martins. **Breve panorama do modernismo no Brasil-revisitando Mário e Oswald de Andrade.** Revista de Literatura, História e Memória VOL. 8.n. 11. ISSN 1809-5313 Dossiê 90 anos da Semana de Arte Moderna no Brasil UNIOEST E/CASCADEL pp. 82-95,2012. (Disponível online)

OLIVEIRA, Vera Lúcia. **Brasil e Cabo Verde:** duas margens do mesmo mar. Navegações. Porto Alegre, v.3, n.1, pp.84-87, jan. /jun.2010. (Disponível online)

OLIVEIRA, Jurema José de. **As literaturas africanas e o jornalismo no período colonial.** O Marrare (Online).Rio de Janeiro, v. 8, p.42-50,2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **O mundo como texto: leituras da História e da Literatura.** História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p.31-45, set.2003. (Disponível online)

_____. **História & História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

RIBEIRO, Luís Filipe. **Geometrias do Imaginário.** Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2000.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in) visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil.** Aracaju: Edise,2017. 256 p.

SANTOS, Carlos Manuel Ribeiro. **A emigração temporária dos cabo-verdianos: ensino superior e ascensão social.** Redenção: UNILAB,2014.

SILVEIRA, Onésimo. **A democracia em Cabo Verde.** Extra-coleção. Lisboa: edições colibri, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil,** 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras.1995.

_____. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras .2017.

THOMPSON, Edward. Palmer, **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMÁS António, **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral.** Edições tinta da China, Ltd. 1 ed.Lisboa.2007.

VEIGA, Manuel (Coord.) Cabo Verde: Insularidade e literatura. In: SPÍNOLA, Daniel. **Sementeira, Chuva e Seca.** Editions Karthala. Paris, 1998.

_____. Cabo Verde: Insularidade e literatura. In: ALMADA, David Hopffer. **Da Traversia no Deserto ao Ressurgimento de uma Nova ‘Azagua’.** Editions Karthala. Paris, 1998.

_____. Cabo Verde: Insularidade e literatura. In: ALFAMA, Jorge Miranda. **Chiquinho, de Baltasar Lopes, o romance de Claridade.** Editions Karthala. Paris, 1998.

Revista

CLARIDADE, revista de arte e letras. São Vicente, Cabo Verde, 1.vol.,1 – 10p. março, 1936.

CLARIDADE, revista de arte e letras. São Vicente, Cabo Verde, 2.vol.,1 – 10p. agosto, 1936.

CLARIDADE, revista de arte e letras. São Vicente, Cabo Verde, 3.vol.,1 – 10p. março, 1937.

ANEXOS

ANEXO A - ACTO COLONIAL,1933.**ACTO COLONIAL**

Decreto-Lei N.º. 22.465 de 11 de abril de 1933.

Título I - Das garantias gerais**Artigo 1.º**

A Constituição Política da República, em todas as disposições que por sua natureza se não refiram exclusivamente à metrópole, é; aplicável às colónias com os preceitos dos artigos seguintes.

Artigo 2.º

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Artigo 3.º

1.Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.

2. O território do Império Colonial Português é definido nos 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição.

Artigo 4.º

São garantidos a nacionais e estrangeiros residentes nas colónias os direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade, nos termos da lei.

A uns e outros pode ser recusada a entrada em qualquer colónia, e uns e outros podem ser expulsos, conforme estiver regulado, se da sua presença resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional, cabendo unicamente recurso destas resoluções para o Governo.

Artigo 5.º

O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole.

Artigo 6.º

A solidariedade do Império Colonial Português abrange especialmente a obrigação de contribuir pela forma adequada para que sejam assegurados os fins de todos os seus membros e a integridade e defesa da Nação.

Artigo 7.º

O Estado não aliena, por nenhum modo, qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal, sem prejuízo da rectificação de fronteiras, quando aprovada pela Assembleia Nacional.

Artigo 8.º

Nas colónias não pode ser adquirido por governo estrangeiro terreno ou edifício para nele ser instalada representação consular senão depois de autorizado pela Assembleia Nacional e em local cuja escolha seja aceite pelo Ministro das Colónias.

Artigo 9.º

Não são permitidas:

1. Numa zona contínua de 80 metros além do máximo nível da preia-mar, as concessões de terrenos confinantes com a costa marítima, dentro ou fora das baías;
2. Numa zona contínua de 80 metros além do nível normal das águas, as concessões de terrenos confinantes com lagos navegáveis e com rios abertos à navegação internacional;
3. Numa faixa não inferior a 100 metros para cada lado, as concessões de terrenos marginais do perímetro das estações das linhas férreas, construídos ou projectadas;
4. Outras concessões de terrenos que não possam ser feitas, conforme as leis que estejam presentemente em vigor ou venham a ser promulgadas.

§ único em casos excepcionais, quando convenha aos interesses do Estado:

Pode ser permitida, conforme a lei, a ocupação temporária de parcelas de terreno situadas nas zonas designadas nos n.ºs 1º, 2º e 3º deste artigo;

Podem as referidas parcelas ser compreendidas na área das povoações, nos termos legais, com aprovação expressa do Governo, ouvidas as instâncias competentes;

Podem as parcelas assim incluídas na área das povoações ser concedidas, em harmonia com a lei, sendo também condição indispensável a aprovação expressa do Governo, ouvidas as mesmas instâncias.

Artigo 10.º

Nas áreas destinadas a povoações marítimas das colónias, ou à sua natural expansão, as concessões ou subconcessões de terrenos ficam sujeitas às seguintes regras:

1. Não poderão ser feitas a estrangeiros, sem aprovação em Conselho de Ministros;
2. Não poderão ser outorgadas a quaisquer indivíduos ou sociedades senão para aproveitamentos que tenham de fazer para as suas instalações urbanas, industriais ou comerciais.

§ 1º Estas proibições são extensivas, nas colónias de África, a todos os actos de transmissão particular que sejam contrários aos fins do presente artigo.

§ 2º São imprescritíveis os direitos que este artigo e o artigo anterior asseguram ao Estado.

Artigo 11.º

De futuro a administração e exploração dos portos comerciais das colónias são reservadas para o Estado.

Lei especial regulará as excepções que dentro de cada porto, em relação a determinadas instalações ou serviços, devam ser admitidas.

Artigo 12.º

O Estado não concede, em nenhuma colónia, a empresas singulares ou colectivas:

1.º O exercício de prerrogativas de administração pública;

2.º A faculdade de estabelecer ou fixar quaisquer tributos ou taxas, ainda que sejam em nome do Estado;

3.º O direito de posse de terrenos, ou de áreas de pesquisas minerais, com a faculdade de fazerem subconcessões a outras empresas.

§ único na colónia onde actualmente houver concessões da natureza daquelas a que refere este artigo observar-se-á o seguinte:

Não poderão ser prorrogadas ou renovadas no todo ou em parte;

O Estado exercerá a seu direito de rescisão ou resgate, nos termos das leis ou contratos aplicáveis;

O Estado terá em vista a completa unificação administrativa da colónia.

Artigo 13.º

As concessões do Estado, ainda quando hajam de ter efeito com aplicação de capitais estrangeiros, serão sempre sujeitas a condições que assegurem a nacionalização e demais conveniências da economia da colónia. Diplomas especiais regularão este assunto para os mesmos fins.

Artigo 14.º

Ficam ressalvados, na aplicação dos artigos 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, os direitos adquiridos até a presente data

Título II - Dos indígenas

Artigo 15.º

O Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios de humanidade e soberania, as disposições deste título e as convenções internacionais que actualmente vigoram ou venham a vigorar.

As autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas.

Artigo 16.º

O Estado estabelece instituições públicas e promove a criação de instituições particulares, portuguesas umas e outras, em favor dos direitos dos indígenas, ou para a sua assistência.

Artigo 17.º

A lei garante aos indígenas, nos termos por ela declarados, a propriedade e posse dos seus terrenos e culturas, devendo ser respeitado este princípio em todas as concessões feitas pelo Estado.

Artigo 18.º

O trabalho dos indígenas em serviço do Estado ou dos corpos administrativos é

remunerado. Artigo 19.º

São proibidos:

1. Todos os regimes pelos quais o Estado se obrigue a fornecer trabalhadores indígenas a quaisquer empresas de exploração económica;
 2. Todos os regimes pelos quais os indígenas existentes em qualquer circunscrição territorial sejam obrigados a prestar trabalho às mesmas empresas, por qualquer título.
- Artigo 20.º

O Estado somente pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais.

Artigo 21.º

O regime do contrato de trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade pública somente para fiscalização.

Artigo 22.º

Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de temporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.

Artigo 23.º

O Estado assegura nos seus territórios ultramarinos a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, com as restrições exigidos pelos direitos e interesses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública, e de harmonia com os tratados e convenções internacionais.

Artigo 24.º

As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.

(...)

Paços do Governo da República, 11 de abril de 1933.

[ass.] António de Oliveira Salazar, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, Manuel Rodrigues Júnior, Daniel Rodrigues de Sousa, Aníbal de Mesquita Guimarães, César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches, Duarte Pacheco, Armindo Rodrigues Monteiro, Gustavo Cordeiro Ramos, Sebastião Garcia Ramires. (Fonte: Diário do Governo, I.ª série, n.º 83 de 11 de Abril de 1933, págs. 650-652.)

Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html. Acesso em: 25/10/2020.

ANEXO B - ALTERAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. REVISÃO DE 1951. (REVOGAÇÃO DOS TERMOS).
NESSA ALTERAÇÃO CONTÉM A MUDANÇA DE TERMOS, DE COLÔNIAS PARA PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS/TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS.

Segunda-feira 11 de Junho de 1951

1 Série— Número 117



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO—1\$20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries	Ano 360\$
A 1.ª série	140\$
A 2.ª série	120\$
A 3.ª série	120\$
Semestre	200\$
	80\$
	70\$
	70\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Presidência da República:

Lei n.º 2:048 — Introduce alterações na Constituição Política da República Portuguesa.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 2:048

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do artigo 80.º da Constituição, a lei seguinte:

CONSTITUIÇÃO

Artigo 1.º
§ único. (Como está na Constituição).

Art. 2.º O Estado não aliena por nenhum modo qualquer parte do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras, quando aprovada pela Assembleia Nacional.

§ 1.º Nenhuma parcela do território nacional pode ser adquirida por Governo ou entidade de direito público de país estrangeiro, salvo para instalação de representação diplomática ou consular, se existir reciprocidade em favor do Estado Português.

§ 2.º Nos territórios ultramarinos a aquisição por Governo estrangeiro de terreno ou edifício para instalação de representação consular será condicionada pela anuência do Ministro do Ultramar à escolha do respectivo local.

Art. 6.º

1.º

2.º

3.º Zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível de vida compatível com a dignidade humana.

4.º Defender a saúde pública.

Art. 8.º Constituem direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

1.º O direito à vida e integridade pessoal;

1.º-A. O direito ao trabalho, nos termos que a lei prescrever;

Art. 9.º Ninguém pode ser prejudicado na sua colação ou emprego permanente, por virtude da obrigação de prestar o serviço militar ou em resultado de serviço na defesa civil do território.

Art. 25.º Estão sujeitos à disciplina prescrita no artigo anterior os empregados e servidores das autarquias locais, dos organismos corporativos e de coordenação económica, das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e das empresas que explorem serviços de interesse público.

Art. 38.º Os litígios emergentes dos contratos de trabalho são da competência de tribunais especiais.

Art. 40.º Serão dificultadas, como contrárias à economia e moral públicas, as acumulações de lugares em empresas privadas.

Art. 45.º É livre o culto público ou particular da religião católica como da religião da Nação Portuguesa. A Igreja Católica goza de personalidade jurídica, podendo organizar-se de harmonia com o direito canónico e constituir por essa forma associações ou organizações, cuja personalidade jurídica é igualmente reconhecida. O Estado mantém em relação à Igreja Católica o regime de separação com relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, mediante reciproca representação, e concordatas ou acordos aplicáveis na esfera do Padroado e outros em que sejam ou venham a ser reguladas matérias de interesse comum.

Art. 46.º O Estado assegura também a liberdade de culto e de organização das demais confissões religiosas cujos cultos são praticados dentro do território português, regulando a lei as suas manifestações exteriores, e pode reconhecer personalidade jurídica às associações constituídas em conformidade com a respectiva disciplina.

§ único. Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e com os bons costumes, assim como a difusão de doutrinas contrárias à ordem social estabelecida.

Art. 61.º O Estado promoverá a realização dos melhoramentos públicos mencionados no artigo anterior, nomeadamente o desenvolvimento da marinha mercante nacional, tendo sobretudo em vista as ligações com os territórios ultramarinos e com os países onde forem numerosos os portugueses.

Art. 72.º O Chefe do Estado é o Presidente da República eleito pela Nação.

§ 1.º O Presidente é eleito por sete anos improrrogáveis, salvo o caso de acontecimentos que tornem impossível a convocação dos colégios eleitorais, terminando neste caso o mandato logo que tome posse o seu sucessor.

§ 2.º

§ 3.º

Art. 73.º

§ 1.º Não poderão propor-se ao sufrágio os candidatos que não ofereçam garantias de respeito e fidelidade aos princípios fundamentais da ordem política e social consignada na Constituição.

§ 2.º Se o eleito for membro da Assembleia Nacional perderá o mandato.

Art. 74.º (Como está na Constituição).

Art. 75.º (Como está na Constituição).

Art. 80.º No caso de vagatura da Presidência da República, por morte, renúncia, impossibilidade física permanente do Presidente ou ausência para país estrangeiro sem assentimento da Assembleia Nacional e do Governo, a Assembleia Nacional reunirá por direito próprio no sexagésimo dia após a vagatura, para deliberar sobre a eleição presidencial.

§ 1.º (Como está na Constituição).

§ 2.º Enquanto se não realizar a eleição prevista neste artigo ou quando por qualquer motivo houver impedimento transitório das funções presidenciais, ficará o Presidente do Conselho investido nas atribuições de Chefe do Estado, conjuntamente com as do seu cargo.

Art. 83.º Junto do Presidente da República funciona o Conselho de Estado, composto dos seguintes membros:

- 1.º O Presidente do Conselho de Ministros;
- 2.º O da Assembleia Nacional;
- 3.º O da Câmara Corporativa;
- 4.º O do Supremo Tribunal de Justiça;
- 5.º O procurador-geral da República;
- 6.º Dez homens públicos de superior competência, nomeados vitaliciamente pelo Chefe do Estado.

Art. 84.º São obrigatoriamente atribuições do Conselho de Estado:

- a) Decidir sobre a idoneidade dos candidatos à Presidência da República; para os efeitos do disposto no § 1.º do artigo 73.º;
- b) Assistir ao Chefe do Estado quando tenha de exercer alguma das atribuições consignadas nos n.ºs 4.º, 5.º e 6.º do artigo 81.º e § único do artigo 87.º;
- c) Pronunciar-se, no caso do § 1.º do artigo 80.º, em todas as emergências graves para a vida da Nação e sempre que o Presidente da República o julgue necessário e para tal o convoque.

§ único. O Conselho reunirá por direito próprio para apreciar as propostas de candidatura à Presidência da República, e as reuniões que celebrar para esse efeito não assistirá o Chefe do Estado nem conselheiro a quem alguma das propostas respeite.

TÍTULO III

Da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa

Art. 85.º A Assembleia Nacional é composta de cento e vinte Deputados, eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, e o seu mandato terá a duração de quatro anos improrrogáveis, salvo o caso de acontecimentos que tornem impossível a convocação dos colégios eleitorais.

Art. 90.º

§ 1.º

§ 2.º A verificação pelo Presidente dos factos referidos nos n.ºs 1.º e 2.º tem os mesmos efeitos que a aceitação da renúncia.

Art. 91.º

1.º

2.º

3.º Tomar as contas respeitantes a cada ano económico, tanto da metrópole como das províncias ultramarinas, as quais lhe serão apresentadas com o relatório e decisão do Tribunal de Contas, se este as tiver julgado, e os demais elementos que forem necessários para a sua apreciação;

4.º

5.º

6.º

7.º

8.º

9.º

10.º

11.º

12.º Deliberar sobre a revisão constitucional;

13.º

Art. 93.º Constitui matéria da exclusiva competência da Assembleia Nacional a aprovação das bases gerais sobre:

- a) A organização da defesa nacional;
- b) O peso, valor e denominação das moedas principais;
- c) O padrão dos pesos e medidas;
- d) A criação de bancos ou institutos de emissão;
- e) A organização dos tribunais.

Art. 95.º

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º Os Ministros e Subsecretários de Estado podem tomar parte nas sessões das comissões permanentes, e, nas sessões em que sejam apreciadas alterações sugeridas pela Câmara Corporativa, pode tomar parte um delegado desta Câmara.

Art. 97.º

§ único. O Governo pode, durante a discussão das propostas ou projectos, submeter à apreciação da Assembleia quaisquer alterações, desde que incidam sobre matéria ainda não votada.

Art. 98.º (Como está na Constituição).

Art. 99.º

a)

b) As deliberações a que se referem os artigos 2.º, 80.º e os n.ºs 3.º, 6.º, 7.º e 12.º do artigo 91.º e outras semelhantes.

Art. 102.º Haverá uma Câmara Corporativa, com duração igual à da Assembleia Nacional, composta de representantes das autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais

de ordem administrativa, moral, cultural e económica, designando a lei aqueles a quem incumbe tal representação ou o modo como serão escolhidos e a duração do seu mandato:

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º Aos membros desta Câmara é aplicável o disposto no artigo 89.º e seus parágrafos, substituídas, porém, as deliberações a que se referem as alíneas b), c) e d) do mesmo artigo pela autorização ou decisão do Presidente e determinando-se por lei o quantitativo e as condições em que será percebido o subsídio referido na alínea e).

Art. 103.º

§ 3.º Se a Câmara Corporativa, pronunciando-se pela rejeição na generalidade de um projecto de lei, sugerir a sua substituição por outro, poderá o Governo ou qualquer Deputado adoptá-lo e será discutido em conjunto com o primitivo, independentemente de nova consulta à Câmara Corporativa. Se esta sugerir alterações à proposta ou projecto na especialidade, poderá a Assembleia Nacional decidir que a votação incida, de preferência, sobre o texto sugerido pela Câmara Corporativa e poderá sempre qualquer Deputado fazer suas tais alterações.

Art. 104.º A Câmara Corporativa funciona em sessões plenárias ou por secções e subsecções.

§ 1.º As secções corresponderão aos interesses de ordem administrativa, moral, cultural e económica e as subsecções aos interesses especializados dentro de cada secção.

§ 2.º Quando a matéria em estudo assim o reclamar, poderão reunir duas ou mais secções ou subsecções.

§ 3.º Na discussão das propostas ou projectos podem intervir o Presidente do Conselho e o Ministro das Corporações e os Ministros e Subsecretários de Estado competentes, os representantes de uns e outros e o Deputado que do projecto houver tido a iniciativa.

§ 4.º As sessões das secções e subsecções da Câmara Corporativa não são públicas, mas poderão sê-lo as plenárias.

Art. 105.º O Governo poderá consultar a Câmara Corporativa sobre diplomas a publicar ou propostas de lei a apresentar à Assembleia Nacional, determinar que o trabalho das secções ou subsecções prossiga ou se realize durante os adiamentos, interrupções e intervalos das sessões legislativas e pedir a convocação de todas ou algumas das secções ou subsecções para lhes fazer qualquer comunicação.

§ 1.º A discussão das propostas de lei na Assembleia Nacional não dependerá de nova consulta à Câmara Corporativa se já tiver sido ouvida pelo Governo.

§ 2.º Durante a sessão legislativa da Assembleia Nacional, poderá a Câmara Corporativa sugerir ao Governo as providências que julgue convenientes ou necessárias.

Art. 106.º A Câmara Corporativa é aplicável o preceituado no artigo 86.º, salvo no que se refere à verificação de poderes, que ficará a cargo de uma comissão especial por ela eleita, e no artigo 101.º, alíneas a) e b), sendo também reconhecida às respectivas secções e subsecções a faculdade conferida no artigo 96.º aos membros da Assembleia Nacional.

Art. 109.º

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º Se o Governo, durante o funcionamento efectivo da Assembleia Nacional, publicar decretos-leis fora dos casos de autorização legislativa, serão aqueles sujeitos a ratificação, que se considerará concedida quando, nas primeiras dez sessões posteriores à publi-

cação, dez Deputados, pelo menos, não requeiram que tais decretos-leis sejam submetidos à apreciação da Assembleia.

No caso de ser recusada a ratificação, o decreto-lei deixará de vigorar desde o dia em que sair no *Diário do Governo* o respectivo aviso, expedido pelo Presidente da Assembleia.

A ratificação pode ser concedida com emendas; neste caso o decreto-lei será enviado à Câmara Corporativa, se esta não tiver sido já consultada, mas continuará em vigor, salvo se a Assembleia Nacional, por maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções, suspender a sua execução quanto à criação ou reorganização de serviços que envolvam aumento de pessoal ou alteração das respectivas categorias em relação aos quadros existentes.

§ 4.º

§ 5.º A nomeação dos governadores das províncias ultramarinas é feita em Conselho de Ministros.

§ 6.º Revestirão a forma de decreto a nomeação, transferência, exoneração, reforma, aposentação, demissão ou reintegração do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Procurador-Geral da República, dos agentes diplomáticos e consulares e dos governadores de províncias ultramarinas, de governo-geral ou simples.

TÍTULO VI

Da divisão administrativa e das autarquias locais na metrópole

TÍTULO VII

Do ultramar português

CAPÍTULO I

Princípios fundamentais

Art. 133.º É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de colonizar as terras dos Descobrimentos sob a sua soberania e de comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização, exercendo também a influência moral que é adstrita ao Padroado do Oriente.

Art. 134.º Os territórios ultramarinos de Portugal indicados nos n.ºs 2.º a 5.º do artigo 1.º denominam-se genericamente «províncias» e têm organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social.

Art. 135.º As províncias ultramarinas, como parte integrante do Estado Português, são solidárias entre si e com a metrópole.

Art. 136.º A solidariedade entre as províncias ultramarinas e a metrópole abrange especialmente a obrigação de contribuir por forma adequada para assegurar a integridade e defesa de toda a Nação e os fins da política nacional definidos no interesse comum pelos órgãos da soberania.

CAPÍTULO II

Das garantias gerais

Art. 137.º Os direitos, liberdades e garantias individuais, consignados na Constituição, são igualmente reconhecidos a nacionais e estrangeiros nas províncias ultramarinas, nos termos da lei, mas sem prejuízo de a uns e outros poder ser recusada a entrada em qualquer delas ou ordenada a expulsão, conforme estiver regulado, se da sua presença resultarem graves in-

convenientes de ordem interna ou internacional, e destas resoluções caberá recurso unicamente para o Governo.

Art. 138.º Haverá nos territórios ultramarinos, quando necessário e atendendo ao estado de evolução das populações, estatutos especiais que estabeleçam, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes, se não forem incompatíveis com a moral, os ditames de humanidade ou o livre exercício da soberania portuguesa.

Art. 139.º O Estado assegura nos seus territórios ultramarinos a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública, e de harmonia com os tratados e convenções internacionais.

Art. 140.º As missões católicas portuguesas do ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino e assistência e instrumentos de civilização, nos termos das concordatas e mais acordos celebrados com a Santa Sé.

CAPÍTULO III

Das garantias especiais para os indígenas

Art. 141.º O Estado garante por medidas especiais, como regime de transição, a protecção e defesa dos indígenas nas províncias onde os houver, conforme os princípios de humanidade e soberania, as disposições deste capítulo e as convenções internacionais.

As autoridades e os tribunais impedirão e castigarão nos termos da lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas.

Art. 142.º O Estado estabelece instituições públicas e promove a criação de instituições particulares, umas e outras portuguesas, em favor dos direitos dos indígenas ou para a sua assistência.

Art. 143.º É garantido aos indígenas, nos termos da lei, a propriedade e posse dos seus terrenos e culturas, devendo ser respeitado este princípio em todas as concessões feitas pelo Estado.

Art. 144.º O trabalho dos indígenas contratados para serviço do Estado ou dos corpos administrativos é remunerado.

Art. 145.º São proibidos:

1.º Os regimes pelos quais o Estado se obrigue a fornecer trabalhadores indígenas a quaisquer empresas de exploração económica;

2.º Os regimes pelos quais os indígenas existentes em qualquer circunscrição territorial sejam obrigados a prestar trabalho às mesmas empresas por qualquer título.

Art. 146.º O Estado somente pode compeli-los ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal ou para cumprimento de obrigações fiscais.

Art. 147.º O regime do contrato de trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade pública somente para fiscalização.

CAPÍTULO IV

Do regime político e administrativo

Art. 148.º São garantidas às províncias ultramarinas a descentralização administrativa e a autonomia finan-

ceira compatíveis com a Constituição e com o seu estado de desenvolvimento e os recursos próprios, sem prejuízo do disposto no artigo 175.º

§ único. Em cada uma das províncias ultramarinas será mantida a unidade política, pela existência de uma só capital e do governo da província.

Art. 149.º As províncias ultramarinas reger-se-ão, em regra, por legislação especial, emanada dos órgãos legislativos com sede na metrópole ou, relativamente a cada uma delas, dos órgãos legislativos provinciais, conforme as normas de competência fixadas na lei.

Art. 150.º Os órgãos metropolitanos com atribuições de legislar para o ultramar são:

1.º A Assembleia Nacional, mediante propostas do Ministro do Ultramar, nos assuntos que devam constituir necessariamente matéria de lei segundo o artigo 93.º, e ainda nos seguintes:

a) Regime geral de governo das províncias ultramarinas;

b) Definição da competência do Governo da metrópole e dos governos ultramarinos quanto à área e ao tempo das concessões de terrenos ou outras que envolvam exclusivo ou privilégio especial;

c) Autorização de contratos que não sejam de empréstimo quando exijam caução ou garantias especiais.

2.º O Governo quando, nos termos da Constituição, tiver de dispor por meio de decreto-lei para todo o território nacional ou se o diploma regular matéria de interesse comum da metrópole e de alguma ou algumas das províncias ultramarinas;

3.º O Ministro do Ultramar, cuja competência abrange todas as matérias que representem interesses superiores ou gerais da política nacional no ultramar ou sejam comuns a mais de uma província ultramarina, como for especificado no regime legal a que se refere a alínea a) do n.º 1.º deste artigo.

§ 1.º A competência legislativa do Ministro do Ultramar será exercida precedendo parecer do Conselho Ultramarino, salvo nos casos de urgência e nos demais indicados na lei, bem como naqueles em que o Conselho demore por mais de trinta dias o parecer sobre a consulta que lhe haja sido feita pelo Ministro. Os diplomas a publicar no exercício desta competência legislativa revestirão a forma de decreto, promulgado e referendado nos termos da Constituição, adoptando-se a forma de diploma legislativo ministerial quando o Ministro estiver exercendo as suas funções em qualquer das províncias ultramarinas e de portaria nos outros casos previstos na lei.

§ 2.º Todos os diplomas para vigorar nas províncias ultramarinas carecem de conter a menção, aposta pelo Ministro do Ultramar, de que devem ser publicados no *Boletim Oficial* da província ou províncias onde hajam de executar-se.

§ 3.º Não pode ser contestada, com fundamento na violação deste artigo, a legitimidade constitucional dos preceitos contidos nos respectivos diplomas, salvo o disposto no § único do artigo 123.º

Art. 151.º São da competência dos órgãos legislativos das províncias ultramarinas que a lei definir todas as matérias que interessem exclusivamente à respectiva província e não sejam da competência da Assembleia Nacional, do Governo ou do Ministro do Ultramar, nos termos do artigo anterior.

§ 1.º Os acordos ou convenções não compreendidos nos artigos 81.º, n.º 7.º, e 91.º, n.º 7.º, que os governos das províncias ultramarinas, devidamente autorizados, negociarem com os governos de outras províncias ou territórios, nacionais ou estrangeiros, dependem de aprovação do Ministro do Ultramar.

§ 2.º Os diplomas dos governos ultramarinos não poderão revogar, suspender ou estatuir em contrário do

que dispuserem a Constituição ou quaisquer outros diplomas emanados dos órgãos legislativos metropolitanos.

Art. 152.º As funções legislativas de cada um dos governos das províncias ultramarinas, na esfera da sua competência, são exercidas sob a fiscalização dos órgãos da soberania e, por via de regra, conforme o voto de um conselho em que haverá representação adequada às condições do meio social.

Art. 153.º O Governo superintende e fiscaliza o conjunto da administração das províncias ultramarinas, nos termos da Constituição e da lei ou leis orgânicas a que se refere a alínea a) do n.º 1.º do artigo 150.º, por intermédio dos órgãos que as mesmas leis indicarem.

Art. 154.º Em cada uma das províncias ultramarinas haverá, como autoridade superior, um governador ou governador-geral, com as atribuições e prerrogativas que a lei definir, não podendo por qualquer forma conferirse-lhe atribuições que pela Constituição pertencam à Assembleia Nacional, ao Governo ou ao Ministro do Ultramar, salvo as que restritamente lhe sejam outorgadas, por quem de direito, para determinados assuntos, em circunstâncias excepcionais.

§ único. Não poderão ser nomeados governadores quaisquer interessados na direcção ou gerência de empresas com sede ou actividade económica na respectiva província.

Art. 155.º As funções executivas em cada província ultramarina são desempenhadas pelo governador, que, nos casos previstos na lei, será assistido de um corpo consultivo.

Art. 156.º A divisão administrativa das províncias ultramarinas e as condições em que nelas poderão ser instituídas autarquias locais serão determinadas por lei, tendo em atenção a importância, o desenvolvimento e a população de cada área.

§ único. Sem prejuízo do disposto no § único do artigo 7.º, os estrangeiros com residência habitual no território por tempo não inferior a cinco anos, sabendo ler e escrever português, podem fazer parte dos corpos administrativos até ao máximo de um terço dos seus membros.

Art. 157.º É supremo dever de honra do governador, em cada um dos territórios ultramarinos, sustentar os direitos de soberania da Nação e promover o bem da província, em harmonia com os princípios consignados na Constituição e nas leis.

CAPÍTULO V

Da ordem económica

Art. 158.º A organização económica do ultramar deve integrar-se na organização económica geral da Nação portuguesa e participar por seu intermédio na economia mundial.

§ único. Para atingir os fins indicados neste artigo facilitar-se-á pelos meios convenientes, incluindo a gradual redução ou suspensão dos direitos aduaneiros, a livre circulação dos produtos dentro de todo o território nacional. O mesmo princípio se aplicará quanto possível à circulação das pessoas e dos capitais.

Art. 159.º Os regimes económicos das províncias ultramarinas são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento e do bem-estar da sua população, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos, e com os direitos e legítimas conveniências da Nação portuguesa, de que são parte integrante.

Art. 160.º Pertence à metrópole, sem prejuízo da descentralização estabelecida no artigo 148.º, assegurar pelas decisões dos órgãos competentes a conveniente po-

sição dos interesses que, nos termos do artigo anterior, devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos dos territórios ultramarinos.

Art. 161.º A lei especificará as parcelas de terrenos ou outros bens no ultramar que, por estarem affectos ou destinados ao domínio público ou interessarem ao prestígio do Estado ou a superiores conveniências nacionais, não podem ser concedidos nem por qualquer outro modo alienados.

§ único. A lei regulará também o uso ou ocupação das mesmas parcelas de terrenos por entidades públicas ou particulares, quando convenha aos interesses do Estado e a título precário.

Art. 162.º As concessões do Estado ou das autarquias locais na esfera da sua competência, ainda quando hajam de ter efeito com a aplicação de capitais estrangeiros, serão sempre sujeitas a condições que assegurem a nacionalização e demais conveniências da economia nacional.

Diplomas especiais regularão este assunto para os mesmos fins.

Art. 163.º De futuro a administração e exploração dos portos ou aeroportos do ultramar são reservadas para o Estado. Lei especial regulará as excepções que devam ser admitidas dentro de cada porto ou aeroporto em relação a determinadas instalações ou serviços.

Art. 164.º Nem o Estado nem as autarquias locais podem conceder no ultramar a empresas singulares ou colectivas:

1.º O exercício de prerrogativas de administração pública;

2.º A faculdade de estabelecer ou fixar quaisquer tributos ou taxas, não se incluindo a cobrança de rendimentos públicos cuja arrematação for permitida por lei;

3.º A posse de terrenos ou o direito exclusivo de pesquisas mineiras, com a faculdade de subconceder a outras empresas;

§ único. Nos territórios ultramarinos onde actualmente houver concessões da natureza daquelas a que se refere este artigo observar-se-á o seguinte:

a) Não poderão ser prorrogadas ou renovadas, no todo ou em parte;

b) O Estado exercerá o seu direito de rescisão ou resgate, nos termos das leis ou contratos aplicáveis.

CAPÍTULO VI

Do regime financeiro

Art. 165.º As províncias ultramarinas são pessoas colectivas de direito público, com a faculdade de adquirir, contratar e estar em juízo.

Art. 166.º Cada uma das províncias ultramarinas tem activo e passivo próprios, competindo-lhe a disposição dos seus bens e receitas e a responsabilidade das suas despesas e dívidas e dos seus actos e contratos, nos termos da lei.

Art. 167.º Constituem património de cada província ultramarina os terrenos vagos ou que não hajam entrado definitivamente no regime de propriedade privada ou no domínio público, as heranças jacentes e outros bens imobiliários ou mobiliários que não pertençam a outrem, dentro dos limites do seu território, e ainda os que adquirir ou lhe pertencerem legalmente, fora do mesmo território, incluindo as participações de lucros ou de outra espécie que lhe sejam destinadas.

§ 1.º A administração dos bens das províncias ultramarinas, situados na metrópole, pertence ao Ministério do Ultramar.

§ 2.º Só ao Tesouro Público ou aos estabelecimentos de crédito, que o Governo designar, podem ser cedidas,

ou dadas em penhor, as acções e obrigações de companhias concessionárias que pertençam a uma província ultramarina e só também podem ser consignados às mesmas entidades os rendimentos desses títulos em qualquer operação financeira.

Art. 168.º Cada uma das províncias ultramarinas tem orçamento privativo, elaborado segundo plano uniforme, de harmonia com os princípios consignados nos artigos 63.º e 66.º, e votado pelos seus próprios órgãos nos termos que a lei declarar.

§ 1.º O orçamento de cada província ultramarina incluirá somente as receitas e despesas permitidas por diplomas legais.

§ 2.º Quando o orçamento não possa entrar em execução no começo do ano económico, continuarão provisoriamente em vigor, por duodécimos, só quanto à despesa ordinária, o orçamento do ano anterior e os créditos sancionados durante ele para ocorrer a novos encargos permanentes.

Art. 169.º No regime legal a que se refere a alínea a) do n.º 1.º do artigo 150.º serão estabelecidas:

1.º As despesas e receitas que pertencem às províncias ultramarinas, separadamente ou em comum, bem como as atribuídas à metrópole;

2.º As regras de fiscalização ou superintendência a que ficam sujeitos os governos das províncias ultramarinas para salvaguarda da ordem financeira.

Art. 170.º A contabilidade das províncias ultramarinas será organizada como a da metrópole, com as modificações que se tornem indispensáveis por circunstâncias especiais.

Art. 171.º As contas anuais das províncias ultramarinas serão enviadas ao Ministério do Ultramar, para, depois de verificadas e relatadas, serem submetidas a julgamento do Tribunal de Contas, nos termos e prazos fixados na lei, e tomadas pela Assembleia Nacional, nos termos do n.º 3.º do artigo 91.º

Art. 172.º A metrópole presta assistência financeira às províncias ultramarinas, mediante as garantias necessárias.

Art. 173.º As províncias ultramarinas não podem contrair empréstimos em países estrangeiros.

§ único. Quando seja preciso recorrer a praças externas para obter capitais destinados ao governo de qualquer província ultramarina, a operação financeira será feita exclusivamente de conta da metrópole, sem que a mesma província assumam responsabilidades para

com elas, tomando-as, porém, plenamente para com a metrópole.

Art. 174.º Os direitos do Tesouro Público ou dos estabelecimentos de crédito referidos no § 2.º do artigo 167.º, por dívidas pretéritas ou futuras das províncias ultramarinas, são imprescritíveis.

Art. 175.º A autonomia financeira das províncias ultramarinas fica sujeita às restrições ocasionais que sejam indispensáveis por situações graves da sua Fazenda ou pelos perigos que estas possam envolver para a metrópole.

Disposições complementares

a) Revisão constitucional

Art. 176.º A Constituição poderá ser revista de dez em dez anos, contados desde a data da última lei de revisão, tendo para esse efeito poderes constituintes a Assembleia Nacional cujo mandato abranger o último ano do decénio ou as que se lhe seguirem até ser publicada a lei de revisão.

§ 1.º A revisão constitucional pode ser antecipada de cinco anos se, a partir do início da sessão legislativa correspondente ao último ano do quinquénio, assim for deliberado por dois terços dos Deputados em exercício efectivo.

Também neste caso o decénio se conta desde a data da lei de revisão que então for votada.

§ 2.º Apresentada uma proposta ou projecto de revisão constitucional, quaisquer outros só poderão ser apresentados no prazo de vinte dias, a contar da data daquela apresentação.

§ 3.º Não podem ser admitidos como objecto de deliberação propostas ou projectos de revisão constitucional que não definam precisamente as alterações projectadas.

§ 4.º Uma vez publicada a lei de revisão cessam os poderes constituintes da Assembleia Nacional.

b) Disposições especiais e transitórias

Eliminados os artigos 138.º, 139.º, 142.º e 143.º da Constituição vigente.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1951.— ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR.

ANEXO C - ÍNDICE: TÍTULOS E AUTORES DOS DEMAIS VOLUMES DA REVISTA CLARIDADE

4º volume

Capa: Música de Osvaldo Alcântara

-Páginas 2 a 11: O Jamaica Zarpou (com indicação "Do romance Terra Viva"), de Manuel Lopes

Página 12: Terra-Longe de Pedro Corsino Azevedo

Página 13: O Poeta foi para a Terra-Longe, assinado por Baltasar Lopes

Página 14: Consummatum, de Manuel Lopes

-Páginas 15 a 22: Um Experiência Românica nos Trópicos, de Baltasar Lopes

Página 23: Há um Homem Estranho na Multidão, de Osvaldo Alcântara

Página 24: Faminto , de Alcântara e Poema de Amor, de Arnaldo França

Página 25: Carta para Manuel Bandeira de Jorge Barbosa

Páginas 26 a 36: Interpretações. "Clarissa" e a arte de Erico Veríssimo (Das notas para um estudo sobre a obra do romancista), de António Aurélio Gonçalves

Página 37: Poema para tu Decorares, dedicado a Hortênsia, de Tomaz Martins

Página 38: Escritório de Nuno Miranda

Página 39: Simplicidade de Jorge Barbosa

Página 40: Lúcio - e - Fé (recolhido por Baltasar Lopes)

5º volume

Capa (de 1 a 10): Uma Experiência Românica nos Trópicos, de Baltasar Lopes

Página 11: Pura Saudade da Poesia, de Osvaldo Alcântara

Página 12: Deslumbramento e Ignoto Deo, de Osvaldo Alcântara

Página 13: Rapsódia da Ponta-da-Praia, de Osvaldo Alcântara

Página 14: Não era para Mim, de Jorge Barbosa

Página 15: Conquista e Liberdade de Pedro Corsino Azevedo

Página 16: Luz e Renascença de Pedro Corsino Azevedo

Página 17: Metamorfose de Aguinaldo Brito Fonseca

Página 18: Oportunidade Perdida de Aguinaldo Brito Fonseca

Página 19 a 31: Recaída I, António Aurélio Gonçalves

Página 31: Noctívago de Nuno Miranda

Página 32: Poema para tu Decorares, de Tomás Martins

Página 33: A Conquista da Poesia de Arnaldo França

Páginas 34 a 41: Interpretações. "Clarissa" e a arte de Erico Veríssimo, de António Aurélio Gonçalves

Páginas 42 a 44: A Estrutura Social da Ilha do Fogo em 1940, de Henrique Teixeira de Sousa

Página 44: Nocturno de Nuno Miranda

6º volume

Capa: Poema do Rapaz Torpedeado, de Osvaldo Alcântara

Páginas 2 a 8: Dona Mana, de Baltasar Lopes

Páginas 8 e 9: Dia de Jorge Barbosa

Páginas 9 e 10: Emigrante de Jorge Barbosa

Páginas 10 e 11: Banquete de Jorge Barbosa

Páginas 11 e 12: Sensibilidade de Aguinaldo Brito Fonseca

Páginas 12 e 13: Esperança de Aguinaldo Brito Fonseca

Páginas 14 a 18: Tabanca, de Félix Monteiro

Páginas 18 a 21: Quatro Poemas do Ciclo da Vizinha, de Osvaldo Alcântara

Páginas 22 a 34: Recaída, de António Aurélio Gonçalves

Página 35: Galo Bedjo, Bida'l Pobre e Casamento, de Gabriel Mariano

Página 36: Finaçom batuques da ilha de Santiago, Baltasar Lopes

Páginas 36 e 37: Tradução dos poemas das pp. 35 e 36 de crioulo para português e algumas explicações sobre os mesmos, por Baltasar Lopes

Páginas 38 e 39: Mala Grande, de Manuel Serra

Páginas 39 e 40: Arquivos da Escravidão, autoria anônima.

Página 41: História Bíblica dos Homens [poema], de Aguinaldo Fonseca

Página 42: Abandono de Pedro Corsino de Azevedo

7º volume

Capa: Vozes, de Manuel Lopes

Páginas 2 a 16: As Férias do Eduardinho, de Manuel Lopes

Página 17: Era Necessário que Todos Vissem e Branca flor de Osvaldo Alcântara

Página 18: continuação de Branca flor e Nasceu um Poema

Páginas 19 a 26: Tabanca de Félix Monteiro

Página 27: Momento de Aguinaldo Brito Fonseca [

Página 28: continuação de Momento e Poeta do Povo de Aguinaldo Brito Fonseca

Página 29: Perdida de Aguinaldo Brito Fonseca

Páginas 30 a 32: Dois Contos Populares da Ilha de Santo Antão (A Doutrina e O Cavaleiro e o Pão Quente), de Baltasar Lopes

Página 32: Dinheiro d'ês Mundo de Gabriel Mariano

Página 33: Caco-Leco de Mário Macedo Barbosa

Páginas 34 a 39: Quatro finações e um Batuque da Ilha de S. Tiago recolha de Baltasar Lopes

Página 40: Voz Íntima de Jorge Barbosa

Página 41: Serenata de Jorge Barbosa

Página 42: continuação de Serenata e Luar de Jorge Barbosa

Páginas 43 a 51: O Folclore Poético da Ilha de Santiago, de Baltasar Lopes

Página 52: Professor Artur Ramos, nota anónima e Poemas de Quem Ficou de Manuel Lopes

8º volume

Capa: Saudade do Rio de Janeiro, de Osvaldo Alcântara

Páginas 2 a 8: Sobrados, Lojas & Funcos, Contribuição para o Estudo da Evolução Social da Ilha do Fogo, de Henrique Teixeira de Sousa

Páginas 9 a 22: Bandeiras da Ilha do Fogo. O senhor e o Escravo Divertem-se, de Félix Monteiro

Páginas 23 a 25: Crianças de Jorge Barbosa

Página 26: Palavra Profundamente de Jorge Barbosa

Páginas 27 e 28: Paz de Arnaldo França

Páginas 28 e 29: Não me Aprisionem os Gestos de Ovídio Martins

Página 29: Ignoto Deo de Ovídio Martins

Página 30: Porquê? , de Ovídio Martins

Páginas 30 e 31: Herança, de Aguinaldo Brito Fonseca

Página 31: Estiagem de Aguinaldo Brito Fonseca

Página 32: Presença do Amigo Morto. Encontraram-no morto, dependurado de uma trave, na Matiota de Aguinaldo Brito Fonseca

Página 32: Impermeabilidade de Terêncio Anahory

Página 33: Viagem e Depois da Chuva de Terêncio Anahory

Páginas 34 a 39: Romanceiro de S. Tomé de Osvaldo Alcântara

Páginas 40 a 54: Noite de Vento, de António Aurélio Gonçalves

Páginas 55 a 59: A Herança, de Virgílio Avelino Pires

Páginas 60 a 65: Balanguinho, de Baltasar Lopes

Página 66: Apontamento de Onésimo Silveira

Página 67: Djom Pó-di-Pilom de Jorge Pedro

Páginas 68 e 69: Mudjer di Hoji de Jorge Pedro

Página 70: Saga de Onésimo Silveira

Páginas 71 a 73: Tradução literal das duas poesias de Jorge Pedro

Páginas 74 e 75: Texto anónimo e sem título, com considerações sobre folclore e sua recolha

Página 76: Texto anónimo e sem título

9º volume

Capa: Carregadeiras, linóleo, de Abílio Duarte

Páginas 2 a 5: História do Tempo Antigo, de António Aurélio Gonçalves

Páginas 5 a 10: Beira do Cais, de Virgínio Melo

Páginas 10 a 12: Titina, de Virgílio Pires

Páginas 12 a 15: Noite, de Virgílio Pires

Páginas 15 a 23: Cantigas de Ana Procópio, de Félix Monteiro

Página 24: Girasol de Corsino Fortes

Página 25: Vendeta de Corsino Fortes

Página 26: Pecado Original de Corsino Fortes

Página 27: Meio-Dia de Corsino Fortes

Página 28: Paixão de Corsino Fortes

Páginas 29 e 30: Noite de S. Silvestre de Corsino Fortes

Páginas 31 a 33: Roteiro da Rua de Lisboa. Poema n.º 4. Nocturno, de Jorge Barbosa

Página 34: In Memoriam de Belarmino de Nhô Talef de Ovídio Martins

Página 35: Desesperança de Ovídio Martins

Páginas 36 e 37: Historieta de Francisco Mascarenhas

Páginas 37 e 38: Desencontro, de Virgínio Melo

Páginas 38 e 39: Vinte e Quatro Horas, de Virgínio Melo

Página 39: Roteiro, de Virgínio Melo

Página 40: Agora e Eu, de Virgínio Melo

Página 41: Testamento Para o Dia Claro, de Arnaldo França

Página 42: Soneto, de Arnaldo França

Páginas 43 a 50: A Família de Aniceto Brasão, de Henrique Teixeira de Sousa

Páginas 51 a 57: O Resgate, de Francisco Lopes

Páginas 58 a 60: Pedacinho, de Baltasar Lopes

Páginas 60 a 63: Egídio e Job, de Baltasar Lopes

Páginas 64 a 69: A Originalidade Humana de Cabo Verde, de Pedro de Sousa Lobo

Página 70: Linóleo de Rogério Leitão

Páginas 71 e 72: Cutchidêra lá di Fora de Jorge Pedro

Páginas 72 a 74: Nha Tabaquêro de Jorge Pedro

Páginas 75 e 76: Texto português dos dois poemas de Jorge Pedro

Página 77: Fonte de nha Sodade de Sérgio Frusoni

Páginas 77 e 78: Tempo Feliz de Sérgio Frusoni

Páginas 79 e 80: Texto português dos dois poemas de Sérgio Frusoni

Páginas 81e 82: Texto anónimo de antecipação sobre este colóquio inserido no programa do V Centenário do Descobrimento de Cabo Verde

Página 83: Registo. Texto anónimo

Disponível em:

<https://mindelosempre.blogspot.com/search/label/Revista%20Clareza%20e%20C3%ADndice%29>. Acesso em: 22/10/2020.

ANEXO D - PRESENÇA DA FRASE VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA NO JORNAL PORTUGUÊS DIÁRIO DE LISBOA, 1936.

ANO 15.º LISBOA — SEGUNDA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 1936 N.º 4745

Diário de Lisboa

Numero avulso 30 CENTAVOS
Administrador e editor
MANZONI DE SEQUEIRA
ADREZISTAÇÃO — Rua da Rosa, 27, 2.º
Telefone Telegrafico: DIBCA

DIRECTOR
JOAQUIM MANZO

Propriedade da RENASCENÇA GRAFICA
Redacção, composição e impressão
ROSA LUZ SORIANO, 48
TELEFONES — 2 0271, 2 0272 e 2 0273
Estrepe telegrafico: DIBCA

ESTE NUMERO FOI VISADO PELA COMISSAO DE CENSURA

Os soberanos que foram a Londres assistir ao funeral de Jorge V não se demoraram muito tempo na capital inglesa. Não sucedeu o mesmo em 1901, por ocasião do enterro da rainha Victoria. A opinião alemã chegou até a preocupar-se com a longa estadia do Kaiser em Londres. Guilherme II demorou-se na capital britânica do dia 19 de janeiro ao dia 3 de fevereiro. Quando regressou à Alemanha, o facto não deixou de ser vivamente comentado no Reichstag, onde se fizeram diversas interpeleções a esse respeito.

O chanceler von Bulow respondeu num longo discurso, em que pela primeira vez fez referencia ás condições políticas pela Alemanha para um entendimento com a Inglaterra:

«A margem das manifestações de pura cortezia, declarou, é necessario preclarar que não pode existir nenhum accordo ou colaboração duradoura sem uma paridade absoluta entre os dois países».

Como se vê, a questão da paridade naval entre as diversas nações já existe ha muito tempo...

* * *

COM o suggestivo titulo «Além do Reno», publicou agora Acurcio Pereira, jornalista de notaveis qualidades, um admiravel livro de impressões sobre a moderna Alemanha. Trata-se duma obra viva, impressionante, de alta reportagem, onde o autor estuda, observa, reflete e discute, em quadros do melhor jornalismo, que tem o valor directo dum documentario, a Alemanha que Hitler hoje domina. «Além do Reno» não é, apenas, o livro dum jornalista, mas dum escritor de estilo brilhante, placido, vigoroso, que nos revela a alma alemã, profundando as suas desilusões e ambições, os seus problemas, e os seus dramas.

A visita ao campo de batalha de Tannenberg e o perfil de Hitler, numa noite de entusiasmo popular, são paginas de bóia e limpida emoção, que se podem considerar modelares. A edição, graficamente cuidada, é enriquecida com valiosos charts-textos.

* * *

AOS subditos ingleses que sentem infundados recelos acerca dos propósitos matrimoniaes de Eduardo VIII, teria este — segundo um jornal estrangeiro — respondido assim:

— Estou tranqüillo. Ha o precedente do meu antecessor Jorge III, que tambem chegou solteiro ao trono. Um ano depois casou-se com Carlota Sofia, irmã do duque de Mecklemburgo-Strelitz, e do matrimonio nasceram quinze filhos; nove varões e seis senhoras.

* * *

SEIS cartas inéditas de Antero de Quental, e dirigidas a Wilhelm Stovck, o celebrado camoneista alemão, foram agora inseridas no Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.

Moralidade Estética

Certos aspectos da arte e da literatura contemporaneas — embora menos afirmativos do que se julga — levam muita gente a pensar no triunfo immediato das tendencias moralizadoras e doutrinarias, através da actividade estética.

Ha quem, por esse motivo, embaundeire em arco, e saúde já o regresso a formulas alinal interiores da expressão literaria e artistica, em que a emoção e o pensamento criadores, submetendo-se e humilhando-se, caem a inspiração, o impeto inicial, e se deixem aprisionar dentro de criterios e intuitos preconcebidos esterilizadores na frieza das suas normas, deprimentes na rigidez dos seus propositos. Cada escritor, cada pintor, cada escultor, cada poeta seriam assim arautos ao serviço duma qualquer idéa gasta, previamente aceite, previamente delineada e definida, e não — como têm sido todos aqueles que mostraram e rasgaram novos horizontes á sensibilidade e á consciencia humanas — pesquisadores e devassadores de mundos ignorados, propagadores de verdades inéditas. A tragedia ou a comedia da vida não encontraria nêles os seus fides e supremos interpretes: — apenas os timidos leccionadores de ensinamentos, de lições albeias.

No dia em que tal excesso de conformismo fosse, de tacto, vitorioso e completo, nem a arte nem a literatura existiriam mais: — ficariam reduzidas a livros e representações muito semelhantes ao «Manual Enciclopedico» pu á «Historia do menino da mata e do seu cão Piloto». Parece, no entanto, que não se deseja, que não se preconiza outra coisa em varios sectores intellectuais da Europa culta. Não em todos, felizmente, e é o que nos vale. Mas em bastantes, e de largo prestigio.

Nenhuma especie de moral, de moralidade, se deverá então impôr aos artistas e aos escritores, nenhuma se lhes deverá exigir? A incontestavel influencia que exercem as suas obras e os seus nomes, dá so publico o direito de lhes pedir, e até de lhes reclamar o perfeito e leal cumprimento da sua ingenita missão. E essa missão é, essencialmente, manter e respeitar sempre os incentivos e o imperio da propria e profunda sinceridade, não a escravizando a ambições de lucro, não a aligeitando ao apetite do exito retumbante, nem a directivas exteriores, nem a covardias rendosas, nem ao receio de chocar e entretar opiniões hostis. Missão nobre, e por vezes delicada, para a desempenhar honradamente não dispensa ela, afinal, o dominio duma forte e limpida moralidade — da moralidade que o filosofo Julio de Gaultier chama «estética», e que reside «na harmonia do homem consigo mesmo», do artista com o seu pendor nativo, com a sua vocação, com o seu temperamento, com a sua maneira de ser íntima, característica e inviolavel. A perfeição, que toda a obra significativa revela e manifesta, não provém senão dessa moralidade estética, dessa harmonia indestructivel entre as mais diversas e complexas energias e possibilidades do artista ou do escritor. Só por meio da sua prática e uso se atinge a autentica e radiosa beleza.

Porquê, então, defender e celebrar as vantagens de preceitos de arte que não conduzem senão á morte ou á negação da arte? Um Garrell, um Eça de Queiroz, um Miguel Angelo, um Rembrand, um Beethoven, um Columbano — logo os repeliriam. E são exemplos imortais de disciplina artistica. Acaso as disciplinas e as regras, applicaveis á nossa lida cotidiana, serão sufficientemente vastas para abranger e orientar o genio e o talento, que sempre os transcenderam renovaram ou transformaram?

JOÃO DE BARROS

O «DIÁRIO DO ALENTEJO», annuncia, e com justificada ar de sensação, que chegam a Beja — dois casais de andorinhas.

Serão dois pares de asas, arautos de uma primavera vivendo nos nossos sonhos, e que chegam cedo de mais, batedores destacados de um cortejo de sol e de flores a quasi dois meses de distancia.

As andorinhas de Beja vêm talvez tomar lugar nos beirais alentejanos, sobre os quais se ergue a chaminé renhinhada de frisos azues, resto de lendas arábicas.

Principios de fevereiro; vento, chuva, nuvens desfeitas, cada de um temporal teimoso como um credo. E andorinhas aos pares!

Esta Anunciação obriga-nos a querer menos mal ao inverno, parece que convencido da sua eternidade — e a esperar a Primavera como noiva, que, sim, agora, temos a certeza que ha-de chegar.

* * *

DURANTE o ataque que o sr. Francklin Bouillon dirigiu ao governo francês, no debate parlamentar que se seguiu á leitura da declaração ministerial, os deputados da esquerda não cessaram de interromper o orador com apertes mais ou menos espirituosos.

A certa altura, o sr. Bouillon voltou-se para os seus adversarios e exclamou:

— Frevino-os de que os oradores desse lado da Câmara serão tratados por nós da mesma maneira.

Uma voz commentou:

— E o senhor pretende ser contra as sanções!

Toda a Câmara riu. O sr. Bouillon tambem. A partir desse momento, porém, fez-se silencio na Câmara.

* * *

UM senador francês que até há pouco tempo foi deputado votou muito mais ao Palais Bourbon do que ao Senado, entretendo-se ali a conversar com os seus antigos colegas.

— Que quere, dizta eis a um jornalista, tendo aqui tantos amigos velhos!

— No Senado não taria a criar novos amigos...

— Pois sim, mas é preciso sempre algum tempo para que os novos amigos se tornem amigos velhos.

* * *

No Secretariado de Propaganda Nacional, não pode já realizar-se na proxima quinta-feira, como estava marcada, a conferencia «Dos Acordes na Arte e na Escola», por Francine Benoit, (ultimamente radiodifundida pela Emissora Nacional), por motivo de doença da cantora Arminda Correia, a quem está confiada grande parte das demonstrações musicais. Espera-se que possa em breve ser marcada data definitiva.

O «DIÁRIO DE LISBOA» DE HOJE É DE 12 PAGINAS